

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

Os Espaços de Medo e os de Castigo nas Pequenas Cidades
do Estado de São Paulo: o Caso Itirapina.

Érico Soriano

Orientador: Prof. Dr. Odeibler Santo Guidugli

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia -
Área de Concentração em *Organização do Espaço*,
para obtenção do Título de Mestre em Geografia

Rio Claro (SP)

2007

303.6 Soriano, Érico.
S714e Os espaços de medo e os de castigo nas
pequenas cidades do estado de São Paulo: avaliação
geral e o caso Itirapina / Érico Soriano. – Rio Claro:
[s.n.], 2007
157 f. : il., mapas, tabs., gráfs., fots.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Orientador: Odeibler Santo Guidugli

1. Violência – Aspectos sociológicos. 2.
Criminalidade. 3. Medo. 4. Presídios. Geografia. I.
Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Odeibler Santo Guidugli (orientador)

Profa. Dra. Sueli Andruccioli Felix

Prof. Dr. José Sílvio Govone

Aluno (a)

Érico Soriano

Rio Claro, 17 de dezembro de 2007.

Resultado: Aprovado

Dedico este trabalho a minha família (meus pais, meus irmãos e minha avó), por toda sustentação recebida ao longo dos anos, e pelo apoio incondicional em todos os momentos.

A minha namorada Camila, por seu apoio constante em todos os momentos,
companheira nesta trajetória.

Agradecimentos

Prof. Dr. Odeibler Santo Guidugli, pela orientação, pela confiança e pela paciência em diversos momentos do trabalho.

Ao Prof. Dr. José Sílvio Govone, amigo que sempre me incentivou e ajudou em vários momentos de minha vida acadêmica.

Ao grupo de professores e colaboradores do Gestafuv, em especial: o delegado Dr. Gustavo, e o Coronel Stein, pelo apoio constante.

A Prof. Dr. Sueli Andruccioli Felix, juntamente com o amigo Márcio, que contribuíram de forma significativa com este trabalho.

Ao desenhista Gilberto Donizeti Henrique, pelo apoio com as figuras e em outras partes do trabalho.

Aos funcionários do IBGE-Rio Claro, em especial a Aurora, por toda a ajuda com os dados.

Ao Leo e a Mari, pela amizade e pelo apoio nos momentos difíceis.

Aos amigos: Pedro (BH), Francisco, Ivo, Dante e Ricardo, por todo o companheirismo nos melhores e piores momentos, sempre compartilhados.

Aos amigos Fábio Paiva (Cidão), Fábio Nunes (SBO) e Maurício, pela amizade sincera e todos os momentos de alegria ao longo dos anos, sem os quais a caminhada não valeria a pena.

A todos que direta ou indiretamente colaboraram com a pesquisa.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS	7
ÍNDICE DE TABELAS	8
RESUMO	9
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO.....	11
1. O MEDO DO CRIME E A GEOGRAFIA.....	13
1.1. VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: ALGUMAS PERCEPÇÕES ATRAVÉS DA LITERATURA ...	13
1.2. O MEDO EM SI E O MEDO DO CRIME.....	20
1.3. AS ESTATÍSTICAS OFICIAIS E A CRIMINALIDADE.....	26
1.4. O MEDO DO CRIME E A GEOGRAFIA	30
1.5. A LITERATURA DE MÍDIA IMPRESSA	35
2. OS ESPAÇOS DE CASTIGO	41
2.1. O MEDO DO CRIME E OS ESPAÇOS DE CASTIGO	44
2.2. Os PEQUENOS MUNICÍPIOS.....	51
2.3. PEQUENAS CIDADES TAMBÉM COMO ESPAÇOS DE MEDO.....	57
2.4. OS ESPAÇOS DE CASTIGO E AS PEQUENAS CIDADES	61
3. ITIRAPINA: CARACTERIZAÇÃO E ESTUDO DE CASO	70
3.1. INTRODUÇÃO	70
3.2. TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS E TEMPORAIS DO MUNICÍPIO DE ITIRAPINA	70
3.3. A DINÂMICA DEMOGRÁFICA	76
3.4. OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS	88
3.5. A MIGRAÇÃO EM ITIRAPINA.....	91
3.6. A MIGRAÇÃO E AS UNIDADES PRISIONAIS	95
3.7. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO E IDADE.....	95
3.8. O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL	100
3.9. RAZÃO DE DEPENDÊNCIA	104
3.10. A ESPACIALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE ITIRAPINA	105
3.11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA E CONSULTADA	130

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Valores Absolutos de Homicídios Dolosos no Estado (2000-2005)	29
Figura 2 - Manifestações contrárias aos novos presídios em municípios paulistas.....	40
Figura 3 - A Evolução da população carcerária do estado de São Paulo	48
Figura 4 - Número de Óbitos ocorridos nas Unidades Prisionais de 1999 a 31/12/2005.....	62
Figura 5 - Freqüência anual de rebeliões nas unidades prisionais entre 1998 e 2005	67
Figura 6 -Crescimento Populacional de Itirapina, entre 1970 e 2006	81
Figura 7 - Crescimento populacional de Analândia, Brotas, Itirapina e Torrinha, entre os anos de 1970 e 2003.....	82
Figura 8 - Variação do total de nascidos vivos, óbitos gerais e a Taxa de fecundidade em Itirapina, no período entre 1980 e 2005.....	85
Figura 9 - Fecundidade no município de Itirapina	88
Figura 10 - População por Gênero e Razão de Sexos. Estado de São Paulo- 1980-2006.....	96
Figura 11 - Evolução da População masculina e feminina de Itirapina, entre 1970 e 2000.....	97
Figura 12 - Pirâmide de Idade do Município de Itirapina do ano de 1991	98
Figura 13 - Pirâmide de Idade do Município de Itirapina do ano de 2000.....	99
Figura 14 - Pirâmide de Idade do Município de Itirapina do ano de 2005.....	99
Figura 15 - População com menos de 15 e mais de 60 anos e Índice de envelhecimento. Estado de São Paulo- 1980-2006.....	101
Figura 16 - Índice de envelhecimento de Itirapina, Região de Governo de Rio Claro e do estado de São Paulo, no ano de 2000.....	101
Figura 17 - Setores Censitários de Itirapina para o ano de 1991	106
Figura 18 - Setores Censitários de Itirapina para o ano de 2000.....	108
Figura 19 - Densidade Demográfica da cidade de Itirapina,segundo os setores Censitários, para o ano de 2000.....	109
Figura 20 - Estrutura etária da população entrevistada	114
Figura 21- Localidade de origem da população entrevistada	115
Figura 22 - Criminalidade e medo na cidade de Itirapina	117
Figura 23 - Natureza da violência sofrida pelos entrevistados.....	117
Figura 24 - Classificação dos entrevistados quanto a violência em Itirapina.....	118
Figura 25 - As principais causas para a criminalidade em Itirapina.....	119
Figura 26- Insegurança e presídios em Itirapina	120
Figura 27- Insegurança e presídios, para os residentes nos setores 8, 9 e 10.....	123

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Categorias de espaço que as mulheres associam com medo de ataques em Helsinque e Edimburgo.....	33
Tabela 2 - Pesquisas de Vitimização no Brasil	34
Tabela 3- Totais de municípios, divididos em categorias, até 50 mil habitantes. censo 2000.....	52
Tabela 4 - Os quinze menores municípios do estado de São Paulo em 2000 e 2005, segundo os totais de suas populações	52
Tabela 5- Perfis Municipais de uma amostra de pequenos municípios do estado de São Paulo.....	53
Tabela 6 - Totais de cidades, segundo as categorias dimensionais. São Paulo-1940/1980.....	60
Tabela 7 - Unidades Prisionais em pequenas cidades (até 20 mil habitantes). Perfil municipal Seade, 2005.....	62
Tabela 8- Evolução da população de Itirapina	79
Tabela 9 - Medidas demográficas e não demográficas do município de Itirapina	80
Tabela 10 - População total, nascimentos, óbitos e valores decorrentes do município de Itirapina, entre 1970 e 2006.....	83
Tabela 11 - Evolução de alguns grupos de idade e de gênero, entre os anos de 1980, 1991, 2000 e 2005	86
Tabela 12 - Os quinze maiores municípios do estado de São Paulo	89
Tabela 13 - Os quinze menores municípios do estado de São Paulo	90
Tabela 14 - Procedência dos Não naturais do município de Itirapina, segundo as unidades da Federação, com destaque para o Estado de São Paulo	91
Tabela 15 - Procedência dos não-naturais no município de Itirapina	93
Tabela 16 - Pessoas não naturais em Itirapina segundo o tempo de residência no município	94
Tabela 17 - População residente e por sexo, no município	96
Tabela 18 - Razão de Sexos de Itirapina, Torrinha, Analândia, Região de governo de Rio Claro e estado de São Paulo em 2006	98
Tabela 19- Evolução dos totais de população de 60 a 69 e de mais de 70 anos para o município de Itirapina, nos anos de 1980, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005	102
Tabela 20- Projeções de população para as faixas etárias de 0 a 14; 15 a 59; 60 mais, para os anos de 2005, 2010, 2015 e 2020	103
Tabela 21-Grupos de idade de Itirapina e Razão de dependência.....	104
Tabela 22- Setores censitários IBGE- Itirapina para o ano de 1991: População e domicílios	106
Tabela 23- Setores censitários IBGE- Itirapina para o ano de 2000: População e domicílios	107
Tabela 24 - Ocorrências criminais em Itirapina	111
Tabela 25- Perfil dos entrevistados no trabalho de campo.....	113
Tabela 26- Percepção dos entrevistados durante o trabalho de campo, em relação a insegurança e ao medo em Itirapina	113
Tabela 27 - Totais das principais causas da criminalidade em Itirapina, em função das áreas de insegurança.....	120
Tabela 28- Perfil dos entrevistados dos setores 9, 10 e 11	121
Tabela 29- Percepção dos entrevistados durante o trabalho de campo, em relação a insegurança e ao medo dos setores 9, 10 e 11.....	122

Resumo

Os índices de criminalidade vêm alcançando níveis acima do tolerado, sendo o crime uma forma perversa que se apropria do espaço da vida física e psicológica das pessoas. A criminalidade vêm apresentando contornos graves e o sentimento de medo e de insegurança da população também vêm crescendo significativamente, deixando de ser um “privilégio” das grandes cidades e atingindo, cada vez mais as pequenas. Neste trabalho, buscou-se relacionar o medo com as estatísticas criminais e, em seguida, com a geografia, através nas modificações espaciais que o medo é capaz de provocar e nos valores e percepções das pessoas.

Além dos espaços de medo que as cidades, cada vez mais, apresentam, há também os espaços de castigo. A multiplicação do crime impõe penalidades que acabam sendo cumpridas de forma coletiva e confinada. Disto resultam os espaços de detenção que representam locais de punição para os criminosos. Porém, de forma controversa, representam grande apreensão e insegurança para a população das cidades onde estão inseridos.

A primeira etapa do trabalho se caracterizou por um embasamento teórico acerca dos temas, através da apreciação de trabalhos geográficos e não geográficos, face a abertura conceitual e a diversidade de obras sobre a temática, predominando os não geográficos.

A segunda correspondeu ao desenvolvimento do perfil de Itirapina e, da pesquisa de campo. Esta última contemplou empiricamente o estudo do medo, com a aplicação de questionários para uma amostra da cidade, que atingiram, proporcionalmente, a totalidade dos setores censitários da mesma. O campo teve a finalidade de medir a percepção da população com respeito à criminalidade e ao medo na localidade, principalmente, a sua relação com as unidades prisionais.

A análise dos questionários e as impressões de campo, permitiram a conclusão de que o medo é uma constante na cidade. Embora isto não seja constatado, de forma incisiva, através da análise dos índices de criminalidade, o medo se tornou uma constante que atinge percentagem expressiva da população de Itirapina.

PALAVRAS CHAVE: MEDO, CRIME, PRESÍDIOS E GEOGRAFIA.

Abstract

The crime indices come reaching levels above of the tolerated, being the crime a perverse form that appropriates of the space of the physical and psychological life of the people. Crime are presenting serious contours and the sense of fear and insecurity of the population are also growing significantly, leaving to be a “privilege” of the large cities and reaching, each time more the small ones. In this work, sought to link the fear with the criminal statistics, and then with the geography, through changes in the space that is capable of causing fear in values and perceptios of people.

Beyond the fear spaces that the cities, each time more, present, there is also the spaces of punishment. The multiplication of the crime imposes penalties that have just been completed on a collective and confined form. Of this the detention spaces result that represent places of punishment for the criminals. However, also, they represent great apprehension and insecurity for the population of the cities where they are inserted.

The first stage of the work was characterized for a theoretical basement concerning the subject, through the appreciation of geographic and non-geographic works, face the conceptual opening and the diversity of conceptual works on this subject, mainly the non-geographics. The second stage corresponded to the development of the profile of Itirapina and, of the field research. This last one, empirically contemplated the study of the fear, with the application of questionnaires for a sample of the city, reaching all the tax sectors of the same one. The field had the purpose to measure the perception of the population about crime and to the fear in the locality, mainly, its relationship with the prison units.

The analysis of the questionnaires and th impressions from the field, had allowed the conclusion that the fear is a constant in the city. Although this is not evidenced, so incisively, through analysis of rates of crime, the fear has become a constant that reaches significant percentage of the population of Itirapina.

KEY WORDS: FEAR, CRIME, PENITENTIARIES AND GEOGRAPHY.

Introdução

“A vida é maravilhosa quando não se tem medo dela” (Charles Chaplin)

A Geografia, através de sua visão holística do espaço, apresenta subsídios suficientes para o estudo de questões do cotidiano, principalmente, considerando a relação entre o espaço e a sociedade. Desta forma, questões atuais relevantes como a violência e a criminalidade deveriam ser, e são, objetos de estudo desta ciência.

Este trabalho teve por objetivo contribuir para a Geografia no que concerne aos estudos da violência, da criminalidade e, de forma mais específica, o medo. De forma complementar, buscou-se relacionar estas temáticas com as unidades prisionais, como elementos da paisagem que contribuem para a difusão da insegurança e do medo para as cidades em que estão inseridos.

Em se tratando de ambiente urbano, muitos são os aspectos que, direta ou indiretamente, afetam a maioria dos habitantes - pobreza, violência, criminalidade etc. Baseada numa visão humanística da geografia, a percepção do medo da violência, e do crime modificam, de forma significativa, o cotidiano das pessoas. Desta forma, o capítulo 1 abordou, como temática, as questões do medo do crime e da geografia, através da obtenção da bibliografia referente às mesmas e as pequenas cidades.

Neste sentido, buscou-se obter e utilizar os trabalhos geográficos mas, pela abertura epistemológica proporcionada pelo tema, assim como pela escassez de trabalhos geográficos, foram utilizadas, também, referências de pesquisadores de outras áreas já citadas do conhecimento, com as quais esta ciência dialoga. A partir desta base teórica, relacionou-se o medo com as estatísticas criminais e, com a Geografia, através das modificações espaciais que as conseqüências do mesmo são capazes de provocar. Estas caracterizadas por alterações urbanísticas provocadas em função do sentimento de insegurança da população.

O capítulo seguinte teve como base a questão dos espaços de castigo, ou seja, as unidades prisionais e, de forma constante, sua relação com o medo do crime. Constatou-se que estas unidades acabaram se tornando centros difusores deste sentimento para a população de muitos lugares, em especial para este trabalho, nas cidades pequenas. Desta forma, foram obtidos dados e foi feita uma caracterização do sistema penal paulista. Ainda no referido capítulo, abordou-se a temática dos pequenos municípios e das pequenas cidades, desde a sua definição e diferenciação, até as suas significâncias sócio espaciais no contexto do estado de São Paulo.

No capítulo 3, o cerne teve como base o estudo de caso da cidade de Itirapina, através de sua história, análise demográfica, socioeconômica, etc. Desta forma, teve como referência a questão da existência de dois grandes presídios como potenciais de geração de problemas na localidade. Este aspecto serviu como fundamentação para a elaboração e a aplicação do questionário sobre parte da população urbana, que revelou o perfil demográfico de Itirapina, assim como a relação da população com a criminalidade e com as unidades prisionais.

Os dados produzidos e utilizados no capítulo 3 serviram de base para o fechamento do trabalho e a elaboração das considerações finais.

1. O medo do crime e a Geografia

1.1. Violência e criminalidade: Algumas percepções através da literatura

A temática da violência é extremamente variada e diversificada. Por isto, apresenta vários significados, podendo ser física ou psicológica, em diferentes graus de intensidade. Estes podem apresentar diferenciações de acordo com as pessoas, suas formações, seus valores e percepções, e o contexto em que o ato violento está inserido. Por ser tão diversa, tem sido estudada pelos diferentes ramos da ciência e por um amplo espectro de especialistas, tais como: sociólogos, advogados, psicólogos, economistas, estatísticos, demógrafos, assim como pelos geógrafos.

A atuação criminosa decorre de leis que a define. Neste sentido, a amplitude das ações criminosas é muito grande e a sociedade apresenta respostas diferentes para cada crime. Por exemplo, um crime de pequeno porte, como um furto de algum produto num supermercado, em todas as suas dimensões, é bastante diverso daquele envolvendo, por exemplo, o assalto a um banco. A percepção da violência e do crime está mais relacionada aos delitos mais violentos, como a utilização de força física e armas de fogo.

No âmbito da temática da violência, busca-se estudar a criminalidade por se tratar de uma problemática crescentemente significativa na sociedade atual e que algumas modalidades podem provocar modificações, especialmente no espaço urbano e no comportamento das pessoas. Porém, há também outras como o estelionato que é crime e sua prática não provoca modificações no espaço.

Qualquer que seja o tema escolhido para a pesquisa científica, a avaliação do “estado da arte” é importante. No caso, a temática da criminalidade, do medo e do castigo já são linhas de trabalho tradicionais, tomando como exemplo Foucault que já trabalha nesta área há décadas. Porém, mais ainda pelo seu caráter relativamente recente na Geografia, embora o estudo sobre esta temática já tenha 35 anos, o tema é inovador pela sua contundência sobre a vida e sua qualidade nas cidades.

Assim, uma etapa relevante foi a de buscar o referencial bibliográfico, bem como o material qualitativo sobre a temática das cidades pequenas, buscando, inicialmente, trabalhos mais recentes. Assim, a partir de 1980, iniciou-se a busca visando inventariar e avaliar a literatura produzida sobre um tema ainda controverso, principalmente considerando os fatores relativos à qualidade de vida e à criminalidade.

Devido à escassez de bibliografia que abordasse, especificamente, a temática das cidades pequenas (principalmente em idioma nacional), procedimentos particulares tiveram que ser adotados. Assim utilizamos, para a ampliação do conjunto, obras de referência como: o Geographical Abstracts: Séries Human Geography; a base de dados DOCPop/DOCPAL¹, gerenciada pela Fundação SEADE e pelo CEPAL, e o Population Index (Pop Index) da Universidade de Princeton (USA). E também alguns sítios como: o da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP); o Scientific Electronic Library On Line (SCIELO Brazil); a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) este, principalmente, através da Revista Brasileira de Administração Municipal especializada em Administração Pública, foram contributivos. Além destas fontes foram utilizadas outras referências em pesquisas populacionais e urbanas como: a própria Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), gerenciada pela Organização das Nações Unidas; a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE); e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Uma significativa parcela da pesquisa sobre obras relativas às cidades pequenas se deu durante os trabalhos do Projeto para Iniciação Científica, bem como o Trabalho de Conclusão de Curso (SORIANO 2004), este último, ao mesmo tempo em que se mantém na linha de pesquisa das cidades pequenas, a qualifica de acordo com as temáticas do crime, medo e castigo.

Para a bibliografia referente à criminalidade e aos espaços do medo buscou-se utilizar o mesmo procedimento de busca realizado para as pequenas cidades, aproveitando as bases e textos de referência que também abordassem a violência e a criminalidade urbanas. Para complemento da bibliografia foram utilizados, além dos trabalhos relacionados ao GESTAFUV², o acervo presente na Biblioteca do IGCE da Unesp, Campus de Rio Claro, com obras de referência, dissertações, teses e periódicos, principalmente: Urban Geography, Landscape and Urban Planning, The Professional Geographer, Geoforum, Applied Geography e Progress in Human Geography.

Deve-se destacar que o número de publicações sobre os temas em língua portuguesa é reduzido, daí a importância da utilização das bases já referidas. Da mesma forma, esta temática relacionada à criminalidade e ao medo do crime, como já foi dito, não é uma

¹DOCPop: Sistema de Documentação sobre População no Brasil.

DOCPAL: Documentos sobre población en América Latina y el Caribe.

²Grupo de Estudos e Análise dos Fenômenos Urbanos e da Violência do Departamento de Estatística, Matemática Aplicada e Computação. Unesp Rio Claro.

exclusividade da ciência geográfica, portanto há a necessidade da busca por autores de outras áreas como; a Sociologia, a Psicologia, o Direito, etc. Destaca-se a rarefação de obras nacionais sobre este tema, principalmente no que tange à Geografia. Há sim, grande quantidade de artigos e livros no idioma inglês, principalmente oriundos do Reino Unido.

Por envolver o estudo da população, o sítio da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), é muito rico em trabalhos, da mesma forma que a base de dados DOCPOP/DOCPAL da Fundação SEADE e o Centro Latino Americano e Caribenho de Demografia (CELADE).

A questão da violência e do crime vem se tornando um grande alvo de pesquisas por muitas áreas do conhecimento, não apenas científico, mas também por outros meios de comunicação como a televisão, o rádio, a internet e, principalmente, a mídia impressa, que sempre aborda questões do cotidiano relacionadas ao crime e ao medo. Desta forma, buscou-se analisar os jornais de maior expressão e importância no estado: o Estado de São Paulo, através do caderno *Cidades*, e a Folha de São Paulo, através do caderno *Cotidiano*. Porém, pelo fato do estudo ter como referência a análise do município e cidade de Itirapina, também foi necessário buscar nos periódicos regionais e locais como: o Jornal Cidade e o Diário de Rio Claro, ambos sediados no município de Rio Claro, assim como o Jornal Regional que abrange, dentre outros municípios, Itirapina, local do estudo.

A questão do crime também se mostra muito variada e diversificada, apresentando várias formas e pesos para cada sociedade. Tanto pode ser considerado como crime o tráfico de drogas quanto os chamados crimes de colarinho branco, assim como uma agressão física. Desta forma, trata-se de uma definição com significados amplos. De acordo com Kowarick e Ant (1982, p. 31):

“... é também necessário deixar explícito que, não obstante o aumento do crime nas suas várias manifestações, quando se fala em violência urbana, geralmente se tem em mente a delinquência das camadas pobres, a assim chamada criminalidade de rua, ao mesmo tempo em que se esquecem outras expressões de violência que afetam rotineiramente milhões de pessoas.”

De acordo com Peet (1975, p. 277/8), a geografia do crime tem como objetivo o estudo dos crimes cometidos com ou em classes mais baixas. Desta forma, deixa de lado os crimes com um nível de sofisticação maior como crimes de colarinho branco.

Os índices de criminalidade vêm alcançando níveis acima do tolerado³, sendo o crime uma forma perversa que se apropria do espaço e modifica a sua feição. Através da consideração do crime em si mesmo ou, pelos seus efeitos, a complexidade do estudo da criminalidade permite várias facetas em sua análise. Uma delas está no medo crescente daqueles que vivem nos espaços onde ela ocorre. Assim, a criminalidade vem apresentando contornos graves, e o sentimento de medo e insegurança da população vem crescendo significativamente.

Trata-se de uma realidade que atinge muitos países e grande percentagem da população mundial. Mesmo nos chamados países desenvolvidos, cidades importantes como Nova Iorque e Paris também apresentam altos índices de criminalidade e elevado grau de insegurança, principalmente no período noturno. Portanto, trata-se de um problema mundial e de difícil solução.

Deve-se levar em conta também a relação entre crimes e civilizações diferentes. Os crimes apresentam pesos e penas diferenciados entre as diferentes culturas. O que é passível de penalidade num país não é, necessariamente, em outro. Em alguns países islâmicos é permitido matar em nome da honra da família, sem que este ato seja considerado ilícito e merecedor de punição. Porém, o consumo de bebidas alcoólicas é proibido, pois representa uma afronta à religião islâmica. Em outros países como a Holanda, é permitido o consumo de maconha sem a necessidade de receita médica, o que justifica o seu uso em outros países.

Até pouco tempo podia-se afirmar que a insegurança era uma exclusividade das capitais e das grandes cidades. Porém, o que se observa na atualidade é uma migração dos crimes e da violência, principalmente para as cidades de médio porte. Entretanto, com certa perplexidade, verifica-se que eles atingem também e, cada vez mais, as pequenas cidades.

De acordo com Guidugli (1985, p. 31),

“Um fato é inegável – o crime urbano é um dos sérios problemas sociais das cidades e o interesse da geografia pelo seu estudo deve, antes de qualquer coisa, vincular-se a uma reorientação da própria ciência que busca, à luz de teorizações diversas, explicar as múltiplas desigualdades espaciais.”

Deve-se levar em consideração a migração do comportamento violento, principalmente quando o mesmo alcança as pequenas e médias cidades. Este fenômeno pode ser observado nas cidades que se localizam próximas a um centro de maior porte. Devido à

³ Não há uma tolerância explícita para a criminalidade. Só a partir de um certo número de ocorrências é que se começa a considerar um grupo como violento. Trata-se de uma análise comparativa.

proximidade, embora continuem demograficamente pequenas, apresentam maior dinamismo, um fluxo maior de pessoas e negócios e, de forma negativa, tornam-se mais vulneráveis a situações novas e podem registrar acréscimos nos índices de violência e criminalidade.

Conforme os trabalhos produzidos pelo Núcleo de Estudos sobre a Violência da USP (NEV), deve ser enfatizado ainda, que a sensação de insegurança da população não é determinada apenas pelas estatísticas policiais ou pela sua percepção das taxas de crimes. Sinais de decadência urbana, de desorganização social e de incivilidade também produzem medo e insegurança.

Segundo Felix (2002, p.138), que trabalha especificamente com a geografia do crime:

“A manifestação espacial do crime modifica os valores e as percepções espaciais, deteriora os espaços urbanos, altera os níveis de concentração ou esvaziamento e cria espaços de medo. A relação crime/insegurança (medo de se tornar vítima) determina uma geometria sócio-espacial que ultrapassa as classes sociais e as condições físicas do ambiente, relacionando-se especialmente ao modo como as pessoas sentem o ambiente urbano com as suas contradições.”

Igualmente, Doeksen (1997, p. 243) afirma que:

“Está crescendo o sentimento de que o mundo em frente a sua porta é um mundo de vandalismo e agressão, onde nós nos sentimos mais ameaçados do que em casa, o que pode ser fatal para o planejamento urbano”.

De acordo com Caldeira (2003), a vida cotidiana e a cidade sofreram alterações devido ao crescimento do crime violento e do medo. Esta realidade se reflete nas conversas diárias da população, o que faz esta realidade se proliferar e circular na cidade. Em todos os lugares, estes são os assuntos mais comentados e difundidos pela população, o que mostra o seu nível de preocupação em relação à insegurança e ao medo nas cidades.

O sentimento de insegurança da população pode, em alguns lugares, gerar alterações no cotidiano da sociedade, como: mudança para horários mais “seguros” para se relacionar, evitando transitar por locais mais “perigosos”, entre outros, além de minar as relações sociais e depreciar a vitalidade das cidades. Nos locais onde esta realidade é observada, este fator acelera os processos de modificações no uso dos espaços, que através do abandono e da degradação, tornam-se áreas repulsivas. Desta maneira, ao mesmo tempo, no espaço urbano ocorrem transformações territoriais para mitigar as causas originárias de violência e de

criminalidade. Como exemplo, temos o incremento dos sistemas de segurança e a fortificação das residências.

Um exemplo desta realidade é o município de Vinhedo, que devido à proximidade com a região metropolitana de Campinas, importa a sua violência e sua criminalidade. Porém, este município com população de 56.062 habitantes (Fundação Seade, 2005) apresenta 31 condomínios e loteamentos fechados, alguns de grande porte, atendendo a uma população urbana⁴ de alta renda de toda a região, que se muda para estes complexos sob a suposição de que nestes espaços os índices de criminalidade podem tender a zero.

De acordo com Caldeira (op. cit1 p.267),

“Apenas com ‘segurança total’ o novo conceito de moradia está completo. Segurança significa cercas e muros, guardas privados 24 horas por dia e uma série infundável de instalações e tecnologias - guaritas com banheiro e telefone, portas duplas na garagem, monitoramento por circuito fechado de vídeo, etc. Segurança e controle são as condições para manter os outros de fora, para assegurar não só exclusão, mas também ‘felicidade’, ‘harmonia’ e até mesmo ‘liberdade’.”

Apesar disso, esta infra-estrutura não nos dá a garantia de que estamos a salvo do crime e do medo por ele provocado. O que mais impressiona nesta situação é que não se trata de uma questão hodierna. As cidades européias não deixaram de ser fortificadas pela ausência do medo e do perigo, e sim pela ineficácia dos muros em relação a bombardeios aéreos. Portanto, a idéia de enclaves medievais que ocorriam em tempos remotos se reproduz de forma semelhante na atualidade, mas sem a ameaça de “povos bárbaros”. Hoje os “bárbaros” seriam outros.

Porém, mesmo enclausurados em condomínios fechados ou em locais mais seguros, não existe este conceito de segurança total. Além do risco de crimes bem planejados, há uma outra modalidade de medo, que são as ameaças que podem ser recebidas via telefone fixo, celular, mensagens eletrônicas, etc. É uma situação potencial de perigo que pode ocorrer mesmo dentro de nossas casas ou em qualquer lugar em que possamos ser localizados.

Há alguns aspectos demográficos que devem ser considerados em face à violência e à criminalidade:

⁴ População rurbana corresponde àquela que reside em municípios que não são nem urbanos nem rurais, sendo uma categoria intermediária.

1. Quanto à população rural e urbana, deve-se destacar que a frequência de crimes ocorridos nas cidades é muito superior à registrada no campo. Não estamos negando a violência no campo, assim como em qualquer aglomerado populacional. Apenas, que o Brasil apresenta uma urbanização de mais de 80%, o que significa a imensa maioria da população vivendo nas cidades e, aliados ao fenômeno da metropolização, o crime e o medo ocorrem, principalmente, no meio urbano. Deve-se destacar a tipologia criminal rural e urbana, as quais apresentavam características diferentes umas das outras, porém hoje não apresentam mais as mesmas características, principalmente pelo fato de que o nível de vida, de recursos e de bens de quem vive na zona rural também mudou muito. Na área urbana temos os índices mais elevados de concentração de população jovem, o que significa uma outra dimensão na questão da criminalidade;
2. Uma outra relação que chama a atenção, do ponto de vista demográfico, é a questão do gênero. Considerando a maior incidência da prática criminosa entre a população masculina, verifica-se que a imensa maioria dos detentos são homens. De acordo com a reportagem do Estado de São Paulo, publicada em 06/05/2002⁵, 95,6% dos presos eram homens. Esta especificidade deve ser remetida não apenas à quantidade de crimes cometidos por uns e outros, mas também aos tipos de crime que, regra geral, as mulheres cometem. Deve-se destacar que a grande maioria dos crimes hediondos e/ou violentos são cometidos pela população masculina, embora este perfil já tenha começado a dar sinais de mudança. Entretanto, até o momento, a população carcerária masculina é maior do que a feminina.
3. Quanto à distribuição de renda, a desigualdade social e econômica é geralmente associada à emergência de atos violentos e criminosos. De acordo com Coelho (1980), associar a pobreza à criminalidade é uma tese “metodologicamente frágil, politicamente reacionária, e sociologicamente perversa”.
4. Por outro lado, é preocupante o crescimento de crimes cometidos por pessoas de classe média, já que não é justificado pela pobreza material. Os grandes atos criminosos necessitam de um nível de sofisticação e de recursos, o que inviabiliza o criminoso mais humilde de certas ocorrências. Nesta categoria criminal, face à ausência de violência explícita que não o qualifica como um crime que gere insegurança à população, e o acesso a mecanismos legais de defesa, como bons advogados, as penas são, regra geral, mais brandas e reduzidas.

⁵ “Brasil tem 235 mil presos e apenas 170 mil vagas”

5. Também devem ser feitas algumas considerações sobre a migração e o comportamento de parte da população das pequenas cidades. Nesta categoria devem-se avaliar as pequenas cidades desprovidas de presídios e aquelas que os têm. Algumas cidades com mais de um, como é o caso de Itirapina. Nestas pequenas cidades, o crescimento demográfico deve ser debitado à migração compulsória dos presos e à complementar de seus familiares. Isto transtorna a vida social urbana, fazendo com que sejam mais facilmente percebidas as diferenças entre quem é nativo e quem não é. Nestas condições, os nativos conhecem a maior parte da população desta cidade e observam, atentamente, os comportamentos, costumes e intenções da própria população e, principalmente, daqueles que vêm de fora.

Esta é uma perspectiva na qual o “outro” perturba a realidade social de determinada localidade. Este é um elemento que dificulta a prática criminosa de um indivíduo em uma cidade de porte reduzido, face ao seu caráter alienígena em relação à cidade.

De acordo com Jacobs (2003), em coletividades pequenas todo mundo sabe sobre a vida de todo mundo. É uma questão conflitante em relação à análise de uma grande cidade, na qual o outro se torna uma possível ameaça, e a privacidade na zona urbana se torna preciosa: “... se trata de uma das dádivas da vida nas grandes cidades mais intensamente apreciadas e zelosamente preservadas”.

Desta forma, o sentimento generalizado de insegurança da população em geral, num estágio mais elevado, torna-se uma fobia caracterizada pelo medo da violência e da criminalidade.

1.2. O medo em si e o medo do crime

O aumento elevado dos índices de criminalidade no Brasil como um todo, aliado aos meios de comunicação que, cada vez mais, exibem violência e criminalidade explícitas em qualquer horário, provocam o conseqüente aumento do sentimento de insegurança da população.

O crime em si já é uma questão desafiadora para a sociedade, uma vez que ele vem crescendo em níveis preocupantes, principalmente, nos países que apresentam grande desigualdade social e econômica. Tão problemático quanto à criminalidade em si, o seu efeito é correspondente ao medo do crime. Ele é hoje uma realidade que não pode ser pormenorizada, uma vez que atinge, em graus diferenciados, todos os níveis da sociedade. O medo independe da classe social, do local de residência, do município em que se reside, etc,

configurando-se num grande problema hodierno, uma vez que a insegurança é uma realidade cada vez mais comum.

Da mesma forma que o crime em si passou a ser objeto de estudo, o medo do crime também. O medo é um problema tão antigo quanto o homem, esta percepção em relação ao crime vem se configurando num tema de grande relevância atual, e que é explorado pelas chamadas ciências humanas e pelas sociais, principalmente pela sociologia, antropologia e geografia. Geograficamente as grandes cidades vão multiplicando seus espaços de medo. É analisado também em outros ramos do conhecimento como a filosofia, o conhecimento crítico (meios de comunicação), o senso comum, dentre outros.

De acordo com Masci (1998, p. 12),

“Medo é um sentimento universal e muito antigo. Pode ser definido como uma sensação de que você corre perigo, de que algo de muito ruim está para acontecer, em geral acompanhado de sintomas físicos que incomodam bastante. Quando esse medo é desproporcional à ameaça, por definição irracional, com fortíssimos sinais de perigo, e também seguido de evitação das situações causadoras de medo, é chamado de fobia.”

Também relacionado ao medo, Smith (1987, p.2) afirma:

“Surveys usually measure fear by asking how safe people feel in different circumstances and how much they worry about different types of crime. Broadly, what is being tapped is an emotional response to a threat: an admission to self and others that crime is intimidating; and an expression of one’s sense of danger and anxiety at the prospect of being harmed.”

Estas formas de medo marcam, de forma crescente, os espaços urbanos, especialmente dos países menos desenvolvidos.

Também se observa esta realidade em países mais ricos e/ou com melhor distribuição de renda e de cidadania para sua população. Basta observar verdadeiras barbáries e o grande sentimento de medo em que vivem os norte-americanos que se isolam em seus subúrbios, cada vez mais fortificados. Da mesma forma, o medo gerado pelos descendentes de imigrantes na França que incendiaram centenas de carros em 2005. Embora nascidos em território francês, não são assim considerados e nem gozam dos mesmos direitos que os franceses.

De acordo com Rico e Salas (1992, p. 1),

“Medo do crime é, desde alguns anos, um fenômeno social que merece um exame detalhado. Por si mesmo, ele representa um perigo para o bem-estar coletivo. Em muitos casos ele ainda produz mudanças importantes nas condutas dos cidadãos, algumas das quais podem pôr diretamente em perigo a segurança da população (aquisição de armas, cachorros, com fins defensivos) e de certa forma contribuir ainda para o aumento da criminalidade. Assim, pois, o medo do crime pode ser tão ou mais danoso para a sociedade do que o próprio crime.”

Atualmente as pessoas apresentam um crescente sentimento de insegurança ao saírem de casa, vendo ao seu redor pessoas consideradas “estranhas”. Até mesmo dentro de casa isso se passa, onde ocorre a maior parte das agressões, ou seja, a violência doméstica. Isto ocorre principalmente nas grandes cidades que registram altos índices de criminalidade.

Neste sentido, muitas pessoas evitam sair de casa no período noturno, o que significa um decréscimo na circulação e na qualidade de vida da população, bem como na economia das cidades. Porém, esta realidade já deixou de ser exclusiva das grandes cidades, ocorrendo até em algumas pequenas.

Embora os homicídios ocorram com uma freqüência bem maior na população masculina, principalmente na faixa etária dos 15 aos 24 anos, deve-se destacar ainda a população idosa, pois ela se tornou um alvo relativamente fácil para a criminalidade e, da mesma forma, em relação à insegurança e ao medo do crime. De acordo com Smith, op. cit, os idosos apresentam um medo grande de assaltos, assim como de crimes residenciais. Ele afirma também que os idosos norte-americanos consideram o crime como o mais sério problema social. Segundo Stafford e Galle (1984), o medo desproporcional que a população idosa apresenta resulta da inabilidade de resistir aos ataques. Também, Berg e Johnson (1979) sugerem que o medo do crime entre a população idosa é consequência da sua relativa falta de força em relação à sociedade, bem como sua impotência no controle do crime.

Segundo Evans e Fletcher (2000), o medo do crime é um problema muito maior do que o crime propriamente dito, uma vez que ele afeta uma quantidade muito maior de pessoas. Assim, ele se converte em uma boa justificativa para a realização deste estudo. Em todas as pesquisas de opinião, a violência e a criminalidade são a grande preocupação da população e sempre envolvem um grande discurso político para as promessas de campanha eleitoral.

Segundo Kowarick e Ant (op. cit. 1 p. 33), “pode-se constatar que o fenômeno da violência urbana tornou-se fato cotidiano para os habitantes da cidade e, em contrapartida, o medo passou a ser uma difusa e poderosa sensação que a todos acompanha”. Esta idéia se identifica com a de Maxfield (1984) apud Smith (op. cit, p. 5), que afirma:

“Distressing though the direct effect of crime can be, it is important to recognize that is not only (or even) recent, victims who are fearful. In Britain, for instance, people who never been assaulted are as likely to express anxiety about their personal safety as are those who have been attacked.”

Esta é uma constatação relevante, uma vez que o medo ao se tornar coletivo e contagioso, se converte num significativo instrumento de mudanças sociais e espaciais.

Ainda de acordo com Kowarick e Ant (op. cit. 2, p. 33),

“... parece agudizar-se uma rotinização do medo no sentido de este não ser mais um fenômeno episódico e extraordinário, tornando-se elemento cotidiano, com o qual as pessoas precisam conviver: o medo tornou-se fato corriqueiro, alastrando profunda insegurança na medida em que os indivíduos se sentem desprovidos dos meios para controlar aspectos essenciais de sua sobrevivência.”

Este sentimento de insegurança que a população sente nos dias de hoje é amplamente alimentado e ampliado pelas notícias e pela mídia. Exemplos para tal situação não são raros, uma vez que motins e rebeliões de presos estão quase que, diariamente, nas manchetes dos jornais ou nos noticiários das televisões. Pode-se observar o aumento do número de programas jornalísticos sensacionalistas em todos os meios de comunicação, que mostram a violência e a criminalidade indiscriminada em tempo real. Esta relação entre a mídia e o medo do crime também deve ser considerada, devido à possibilidade da intencionalidade da violência explícita nos meios de comunicação, como elemento de controle e consumo.

A questão da mídia e da violência explícita na televisão também se mostra como um grande agente intimidador para a população em geral, principalmente para aqueles que moram nos grandes centros. De acordo com Queiroz (2002, p.34),

“O medo desencadeado pela situação de violência que se registra de forma mais intensa nas grandes cidades brasileiras, em particular Rio de Janeiro e São Paulo, ganhou *status* de problema nacional. Isso porque, além da gravidade e intensidade

com que atinge os grandes centros urbanos, essa situação, quando noticiada, recobre o território nacional de forma instantânea e homogênea – circulando inclusive em nível mundial. Faz-se, portanto, presente de forma generalizada, no espaço urbano. Sejam grandes, médias ou pequenas, as cidades brasileiras vêm, paulatinamente e sistematicamente, internalizando o medo da violência urbana como elemento indissociável da vida na cidade.”

De acordo com Neves (2000, p. 2),

“Vivemos uma verdadeira paranóia coletiva, amplificada e retroalimentada pelas notícias e pelas interpretações dadas a elas pela mídia. Em muitos casos, pode-se perceber uma completa inversão de valores, configurada por críticas e reprovações que atingem inclusive aqueles que cumprem seu dever. Parece que nossos órgãos policiais sentem-se acuados diante de tantas ocorrências e tantas reclamações, que transmitem à população uma sensação ainda maior de insegurança e medo. A constatação de tal situação não é difícil, uma vez que, por exemplo, temos o elevado aumento de violência dos policiais por causas externas.”

Ainda relacionado aos policiais, destaca-se a grande quantidade de trabalhos referentes à violência urbana que desqualificam os policiais, quase sempre relacionados à corrupção e à própria violência policial no Brasil. Esta situação, relacionada à corrupção e à violência, é responsável por uma quantidade excessiva de mortes. De forma semelhante, reflete-se outra modalidade do medo: o da população em relação aos policiais, quando estes deveriam representar exatamente o inverso. Trata-se de um resquício do período da ditadura militar, no qual, em alguns casos, a polícia era de fato repressora e temida por parte significativa da população, principalmente no caso dos policiais da ROTA⁶.

Os policiais, como em qualquer ramo de atividade, apresentam uma parcela do seu efetivo despreparada e/ou corrupta. Qualquer país que não pague dignamente sua polícia provocará corrupção. E a realidade brasileira se mostra muito complicada, por exemplo, devido à baixa remuneração muitos policiais vivem em habitações humildes e próximos a delinquentes que eles deveriam prender. Porém, todos convivem no mesmo espaço, o que gera um grande problema, pois o policial e sua família estão em constante perigo devido ao dever imposto pelo seu trabalho.

O sociólogo Kahn (2002) revela que a percepção de insegurança das pessoas não é gerada, necessariamente, pelo fato de terem presenciado ou sido vítimas de violência. "As

⁶ ROTA: Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar.

peças, hoje, têm maior contato com os casos de violência, pois os meios de comunicação estão divulgando mais o assunto. A televisão e o rádio contribuem para o agravamento do medo", analisa o sociólogo. Dados de sua pesquisa confirmam esse fenômeno. Embora cerca de 80% das pessoas entrevistadas considerem que a violência esteja crescendo no país e no estado, apenas 41% delas acreditam que ela tenha aumentado na sua vizinhança. "Quase sempre a violência nos 'outros locais' é percebida pelos respondentes como pior do que no local em que se vive. Os dados evidenciam que se trata de um fenômeno uniformemente distribuído pelas regiões analisadas."

Este fenômeno de percepção da criminalidade e da violência que se observa em outro lugar é interessante. A identidade com o lugar faz com que o "outro" seja pior, em condições mais precárias, sempre pior que o nosso. Desta forma, o excesso de violência explícita banaliza a questão a ponto de parte da população considerar que a criminalidade excessiva existe, mas em outro lugar que não o seu bairro.

Destaca-se que, embora a grande mídia se concentre nos grandes centros urbanos, principalmente nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, seus efeitos intimidadores relacionados ao medo têm um alcance muito maior, transmitindo o medo do crime para praticamente todo o país. Esta exposição exagerada destas duas cidades retrata, de forma acentuada, os índices reais de violência e criminalidade que apresentam. Isto gera uma repulsa nos moradores de outros estados ou mesmo do interior de São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentam medo de morar nestas cidades, assim como de atravessá-las, face à avalanche de notícias negativas registradas diariamente pela mídia.

Ainda de forma simplificada, esta relação entre o medo e os meios de comunicação foi explorada pelo documentário "Tiros em Columbine", de Michael Moore que, analisando a violência nos Estados Unidos, fez um paralelo com a violência no Canadá. O diretor relaciona fatores como a migração, a heterogeneidade, o tamanho das cidades, os totais de população, a música e o cinema, e conclui que a principal diferença que marca de forma incisiva o sentimento de insegurança da população é a mídia norte-americana, principalmente a televisiva. Enquanto isto, o modelo sensacionalista, também adotado pelo Brasil, mostra muita violência e criminalidade explícitas em horário nobre. Por outro lado, o modelo canadense aborda questões de cunho mais social e político, realçando elementos positivos do país.

Um detalhe interessante foi a comparação dos índices de violência entre duas cidades vizinhas, sendo uma localizada nos Estados Unidos e outra no Canadá, e a diferença foi imensa. Ele constatou que os canadenses simplesmente não trancam portas, pois embora os

cidadãos saibam que existe criminalidade, e muitos dos entrevistados já haviam sofrido crimes contra o patrimônio, eles simplesmente não vivem com constante medo dela. No outro extremo, uma parcela significativa dos norte-americanos vive em constante alerta e com medo da violência.

Moore, conforme o mencionado, sugere que os Estados Unidos vivem sob a égide do medo, opção adotada e patrocinada pelo próprio Estado, pela mídia e pela indústria armamentista. Esta sua afirmação está baseada no fato de que esta realidade promove crescimento no consumo em geral daquele país, principalmente de artifícios de segurança e armas de fogo, o que o torna um dos mais violentos países do mundo. Esta realidade perversa gera grande sentimento de insegurança na sua população, que vive em constante ansiedade.

1.3. As estatísticas oficiais e a criminalidade

No Brasil, as estatísticas oficiais relacionadas à criminalidade são de responsabilidade de órgãos e secretarias como: Delegacias de Polícia, Secretaria de Segurança Pública, e, no caso do estado de São Paulo, a Secretaria de Administração Penitenciária e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade.

Porém, o Brasil apresenta dificuldades na disponibilidade dos dados que poderiam ser acessíveis; seja pela subnotificação dos mais variados crimes, provocada pela desinformação e também pelo medo; seja pela recente informatização de parte dos distritos policiais, cuja morosidade permitiu a perda de grande quantidade de documentos originais em papel pela ação de traças, ratos, incêndios, etc; seja pela publicação de pequena parcela dos dados criminais oficiais, o que obriga a quem estiver interessado em desenvolver um trabalho sobre a violência e a criminalidade, a fazer um grande levantamento histórico das ocorrências criminais nos arquivos dos distritos policiais.

De acordo com Vasconcelos (1998), a qualidade das estatísticas de óbitos, assim como a disponibilidade das mesmas no Brasil limita os estudos sobre mortalidade. A autora afirma que, somente a partir de 1974 o Brasil desenvolveu um sistema de estatísticas de registro civil como o definido pelas Nações Unidas.

Ela também aborda o grau de confiabilidade dos dados de óbitos utilizados para pesquisas, uma vez que no caso particular do Brasil temos dois sistemas de informações independentes e que registram números diferentes: o Sistema Oficial de Registro Civil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e o Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde. Embora os dados referentes ao Ministério da Saúde apresentem um

número maior de informações para os estudos de mortalidade, os mesmos são descentralizados e dependem da organização dos estados, enquanto os dados do IBGE, mesmo apresentando menos variáveis principalmente relacionadas à causa da morte, se mostram com maior qualidade.

Porém, no estado de São Paulo as estatísticas de mortalidade da Secretaria de Saúde ficam sob a responsabilidade da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e as informações conflitantes neste caso relacionam-se mais a diferenças metodológicas do que à qualidade das estatísticas.

A frequência de crimes registrados em determinada localidade é dada pelas estatísticas oficiais do governo, fornecidas pelos cartórios e demais órgãos oficiais. São estas estatísticas que determinam o quanto um município se mostra seguro ou violento. Porém, deve-se destacar que estes dados não condizem com a realidade do município. A subnotificação é um problema que ocorre em praticamente todos os países. Uma porcentagem muito grande de crimes não é relatada às autoridades por vários fatores como: fatores culturais, pois muitas pessoas não entendem a importância de registrar as ocorrências, mesmo as de reduzida importância; medo das autoridades, principalmente nas periferias das grandes cidades; vergonha e indisposição, principalmente nos casos de crime doméstico que são, infelizmente, muito comuns; etc.

Neste sentido, Massena (op. cit. p. 290) enumerou as principais limitações que os dados registrados nas delegacias de polícia podem apresentar:

1. Há uma grande subestimação, uma vez que os crimes por diversas razões são poucos registrados;
2. Conforme as características do tipo de crime, ele será mais ou menos registrado;
3. Em algumas áreas os crimes são mais registrados do que em outras;
4. Uma distribuição desigual de delegacias no espaço pode provocar um desvio estatístico;
5. O levantamento dos dados do crime ainda é feito de forma muito rudimentar;
6. O grau de confiança que a população tem na polícia pode influenciar o maior ou menor número de registros, este último o mais importante em relação à subnotificação destes dados.

Esta autora destaca também que os dados estatísticos oficiais são sempre uma opção na abordagem de estudos sobre a violência e a criminalidade. Porém, como não representam o

volume total dos crimes cometidos, não permitem a confiabilidade necessária do registro, sendo assim, eles devem ser utilizados como meros indicadores ou valores relativos.

De acordo com a pesquisa de vitimização coordenada por Kahn (2002), apenas uma em cada três pessoas que sofreram algum tipo de violência notifica a ocorrência para as autoridades, e poucas vítimas de crimes de menor gravidade prestam queixas, ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos.

De acordo com Dantas (2002, p. 2)

“A desinformação gera medo, medo muitas vezes infundado. O antídoto para esse medo, boa informação pública sobre o crime, é um tema ainda bastante controverso no Brasil, mormente quando se trata de divulgar estatísticas criminais oficiais. Voltando da Europa e dos Estados Unidos, é interessante refletir, com as referências de lá, sobre a realidade daqui... Tanto no Brasil, quanto em qualquer outro lugar do mundo, as conseqüências da criminalidade podem ser extremamente graves: mortes, lesões, traumas, etc. Conseqüentemente, a maioria das pessoas, na dúvida, imagina o pior, o que pode gerar angústia, stress e muito medo. A materialização dessa situação trouxe para o cotidiano brasileiro os vigilantes de domicílios, cães de guarda, grades, alarmes, cercas, etc. Toda essa parafernália já caracteriza uma espécie de redesenho medieval da arquitetura das grandes cidades brasileiras. Com a retração da comunidade, amedrontada, para espaços privados cada vez mais fortificados, os espaços públicos vão ficando vazios e desertos e, por isso mesmo, cada vez mais perigosos. Ganham os delinqüentes, ao mesmo tempo em que perde a comunidade, já que seu lugar de socialização e articulação - o espaço público - passa a estar abandonado em função do medo e do isolamento social que ele produz. A desinformação talvez contribua para tudo isso.”

A sensação de segurança ou a ausência do medo do crime não dependem, diretamente, do aumento ou da queda dos índices de violência e criminalidade oficiais. O medo está arraigado em muitas pessoas e pode ser mais prejudicial que o crime em si. A sua intensidade pode alterar os hábitos de vida, modificar os espaços, reduzir as atividades cotidianas e a circulação das pessoas, etc.

Estudos recentes da Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo vêm registrando quedas sucessivas no número de homicídios cometidos na capital do estado, o que aparentemente não vem surtindo efeito sobre o medo e a insegurança dos moradores da capital e de quem a freqüenta. Isto se explica pelo fato de que o medo do crime não é uma exclusividade do item homicídio, embora seja o que se evidencia.

Da mesma forma esta situação pode ser observada pelos números apresentados em relação ao estado. Quanto aos homicídios dolosos, provocados com intenção, os valores absolutos apresentados nas figuras 1 e 2 abaixo mostram que neste referencial o total de homicídios do estado exibe uma importante queda. Comparando-se os anos de 2004 e 2005 houve uma diminuição de 1658 homicídios, o que corresponde a 18,6% dos casos. Comparando-se com os valores absolutos de 2000, há uma diferença de 5362 homicídios, ou seja, uma redução de 42,4%.

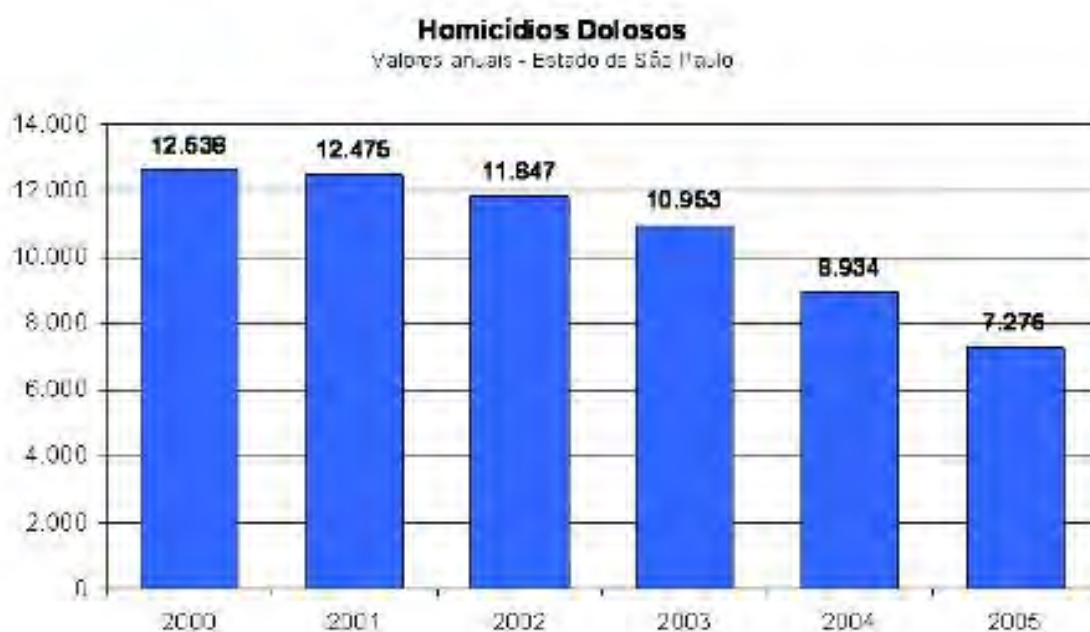


Figura 1 - Valores Absolutos de Homicídios Dolosos no Estado (2000-2005)

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo

Organização: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo

A figura 1 permite a visualização do total de homicídios dolosos anuais ocorridos no estado. Pode-se observar uma expressiva queda nos índices. Comparando-se os anos de 2005 e 2000, há uma queda de mais de 5 mil ocorrências. São valores expressivos, principalmente pelo fato de que a população do estado também apresentou crescimento no período.

Porém, considerando as estatísticas criminais, Soares (2006) demonstrou que os homicídios “intencionais” são fenômenos estruturais que tendem a apresentar mudanças graduais e representam um padrão bastante estável e sem mudanças dramáticas de valor no tempo, nas quais, havendo estatísticas confiáveis, sua quantidade pode ser prevista com alguma precisão, baseando-se na frequência dos anos anteriores. Ainda, de acordo com o autor, em uma cidade, estado ou país, os números absolutos de homicídios em um ano são

quase sempre semelhantes aos do ano anterior. Isto, tanto em escala local quanto regional e nacional, o que deveria facilitar a adoção de políticas públicas eficientes para a redução do número de mortes. No caso dos gráficos, embora haja a variação há uma certa estabilidade. Há uma redução gradual, mas não há grandes variações.

1.4. O medo do crime e a Geografia

O medo embora represente um objeto de estudo mais específico de pesquisadores de outras áreas do conhecimento como psicólogos e sociólogos, provoca alterações na circulação e no cotidiano das pessoas, na arquitetura das casas e nas cidades como um todo. Desta forma causa modificações no espaço urbano e na percepção da população, o que o qualifica como um objeto de estudo, também, para os geógrafos.

Ademais, segundo Adorno (1993, p. 22),

“Tudo leva a crer que a dramatização da violência urbana está a dizer algo além do mero crime. Parece dizer respeito à mudança de hábitos cotidianos, à exacerbação dos conflitos sociais, à adoção de soluções que desafiam o exercício democrático do poder, à demarcação de novas fronteiras sociais, ao esquadramento de novos espaços de realização pessoal e social, ao sentimento de desordem e caos que se espelha na ausência de justiça social.”

De acordo com Smith (op. cit 1, p. 2)

“Anthropological studies (e.g. Merry, 1981a; Smith, 1984b) indicate further that fear is an experience that is not discrete or clearly bounded: unlike crime itself, anxiety about crime is not so much an event as a persistent or recurring sense of malaise. Consequently, the effects of crime can extend beyond the population of victims to impinge on more general aspects of public well-being. As such, fear must be regarded as a social phenomenon rather than a facet of individuals personalities. There is a psychology of fear, but there is also a sociology and (most importantly for the concerns of this paper) a geography.”

De acordo com Pain e Koskela (2000), o medo do crime se relaciona diretamente com o abandono dos locais, principalmente aqueles mais degradados e carentes de infra-estrutura. Embora as autoras também afirmem que o medo do crime está tão arraigado nas pessoas que

melhorias estruturais nas cidades beneficiam apenas alguns aspectos da qualidade de vida. Seus efeitos, entretanto, seriam pequenos na redução do medo do crime.

Na mesma linha, há o trabalho de Wilson e Kelling (1982) sobre o medo, a desordem e o crime. A teoria se chama “Broken Windows”, segundo a qual, se uma janela é quebrada e não é consertada, as outras janelas serão quebradas como um sinal de que ninguém se importa. De acordo com esta analogia, o comportamento desordeiro, se não for controlado, em pouco tempo conduzirá para a promoção de distúrbios e, eventualmente, de crimes sérios. Para Doran e Lees (2005), que estudaram a relação entre o medo do crime, expressado pelo desvio de comportamento e a distribuição espacial da desordem física, com atenção especial para o crescimento dos grafites, deve haver uma intervenção estratégica inicial no ciclo das janelas quebradas para que ocorram ações mais efetivas num estágio inicial e não nos últimos estágios como é mais comum.

Na mesma linha de raciocínio, Nasar et al. (1993) apud Doeksen op. cit afirmam que a presença de incivilidades, caracterizadas pelo abandono de espaços públicos e privados, facilita o desenvolvimento do medo do crime, assim como a atividade criminal. De acordo com os autores, a maneira pela qual a vizinhança se organiza pode influenciar o comportamento de uma comunidade, inclusive o criminal. Koskela e Pain (op. cit) afirmam através da conclusão de outros atores, que o medo pode diminuir consideravelmente através de melhorias na infra-estrutura urbana e nas iniciativas políticas.

Segundo Smith (op.cit. 2, p. 1),

“Crimiminological research has always embraced the spatial perspective. A geographical dimension pervades most major trends in the study of deviance, from Europe’s nineteenth-century ‘cartographic criminologists though Chicago’s early twentieth-century ecologists to the ‘environmental criminologists’ of the present day (these schools of thought are variously reviewed in Davidson, 1981; Herbert, 1982; Smith 1986a). Only recently, however, have the effects of crime been recognized as significant in their own right (Clemente and Kleiman, 1977), and the challenge of assessing a ‘geography’ of fear must now be confronted.”

De acordo com Felix (op.cit. 1, p. 78),

“A escola geográfica da criminalidade está consciente de que os processos espaciais não se explicam por si mesmos, mesmo a despeito dos seus estudos estarem assentados em um modelo estatístico de comportamento, com preocupações com a

identificação dos lugares de ocorrência dos crimes e de residência dos criminosos. Nenhum estudo sério de criminalidade pode desconsiderar os processos sociopolíticos, os conflitos de classes, os comportamentos e as formas de percepção social, política e econômica do espaço.”

Neste sentido em que as incivilidades e os locais abandonados facilitam o desenvolvimento da insegurança para determinadas áreas, Doeksen (op.cit 1, p. 12) relaciona algumas medidas tomadas para a diminuição do medo e para a revitalização de áreas que não foram bem sucedidas, como por exemplo: o embelezamento de locais públicos para que as pessoas permaneçam ali por mais tempo, o que pode tornar estes locais como áreas potenciais de assaltos; o acréscimo de iluminação pública também deve ser observado com cuidado, pois se alguns lugares são perigosos, a circulação não deve ser encorajada à noite devido à iluminação; a questão de ir e retornar ao trabalho a pé para aumentar a circulação nas ruas também não é eficaz se o lugar for perigoso, aumentando a probabilidade dos crimes; da mesma forma, a mistura das residências com o comércio para evitar o crime também se mostra ineficiente pois os comerciantes encerram seus expedientes após o horário comercial e a circulação de pessoas fica muito reduzida. De acordo com o autor, mais pessoas nem sempre significa mais segurança.

Porém, em relação à revitalização de locais públicos, há os casos de Bogotá, assim como os do centro de São Paulo, que contradizem as idéias de Doeksen. De acordo com Jacobs (2000), deve ficar claro que a ordem pública (paz nas ruas) não é mantida basicamente pela polícia, sem com isso negar sua necessidade. “É mantida, fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamentos espontâneos presentes em meio ao povo e por ele aplicados”. (JACOBS, 2003, p. 32)

De forma complementar, Jacobs (2003) afirma o contrário de Doeksen afirmando que a função variada é muito eficaz no combate à violência e à percepção do medo, pela simples presença da população, o que pode significar um agente inibidor para a criminalidade. “Não é preciso haver muitos casos de violência numa rua ou num distrito para que as pessoas temam as ruas. E, quando temem as ruas, as pessoas as usam menos, o que torna as ruas ainda mais inseguras”. (JACOBS, 2003, p. 30)

Na mesma linha de Jacobs, Painter (1996) apud Doran e Lees, ao tratar da escuridão e da desordem, considera que a iluminação pública de qualidade pode se traduzir numa importante contribuição para a estratégia de reduzir o medo. Em sua pesquisa, 90% dos pedestres entrevistados em todos os lugares apresentaram medo do crime numa área escura.

Da mesma forma, Doran e Lees afirmam que encorajar os negócios a fechar em intervalos de tempo alternativos ou promovendo atividades de lazer relevantes como cafés ao ar livre, podem ser meios apropriados para incrementar a vigilância natural e a percepção da segurança.

Uma realidade que se observa no contexto urbano é a refuncionalização dos locais em horários diversos num mesmo dia, como praças e locais públicos, por exemplo. De acordo com Pain e Koskela (2000), numa pesquisa realizada com a população feminina sobre lugares seguros, foi constatado que a maior parte delas apresentava medo ou pavor de transitar por florestas, parques, áreas de recreação, estações, shopping centers, túneis, pontes, etc, especialmente durante a noite. Por exemplo, os centros das cidades embora cheios de “estranhos” apresentam muito mais segurança durante o dia do que no período noturno. Painter (1996, p. 193) afirma que os tipos de crime que causam mais ansiedade estão principalmente em áreas urbanas, especialmente ao anoitecer. “A maioria substancial de mulheres, idosos e homens evita sair à noite simplesmente como uma precaução contra a possibilidade de se tornar a vítima de um crime”.

Os centros, em geral, se tornam verdadeiros desertos no período noturno, já que a maior parte da população evita transitar por ali devido à insegurança. Neste sentido, medidas de revitalização e incentivos à vida noturna poderiam mitigar esta realidade.

Tabela 1 - Categorias de espaço que as mulheres associam com medo de ataques em Helsinque e Edimburgo

Ambientes	Vazios	Cheios
Abertos	Parques, praças, colinas.	Estações ônibus / trem, centros das cidades.
Fechados	Viadutos, pontes, ruas sem saída, alguns parques e florestas, vielas, escadarias.	Restaurantes, alguns túneis, centros de compras, estações de metrô.

Desenvolvido por Koskela e Tuominen, 1995, p.69.

Organizado pelo autor

O medo do crime pode modificar os espaços e gerar mudanças de comportamento. Esta problemática torna-se um desafio aos prefeitos e planejadores urbanos. Trata-se de um problema ainda maior que a criminalidade em si, pois mesmo quem nunca foi alvo de algum crime e/ou ato violento está constantemente sujeito a isto, convivendo diariamente com o sentimento de insegurança.

Embora o medo do crime tenha se tornado uma realidade que acompanha praticamente todas as pessoas, independente dos grupos sociais e dos países a serem considerados, é inegável que a questão espacial influi sim de forma incisiva nesta situação. O

medo apresenta maior influência e maiores conseqüências em determinadas localidades e determinados grupos demográficos. De acordo com Smith (op. cit 3, 1987), isto tem um efeito no estilo de vida, que os geógrafos urbanos e aqueles que analisam a mobilidade espacial da população nunca consideraram. Áreas centrais e zonas periféricas representam, regra geral, grande insegurança para seus moradores e transeuntes.

De acordo com Pickenhayn (2004), que analisou os delitos na Província de San Juan, na Argentina, foi constatado que a população apresenta uma angústia generalizada, queixando-se que não há mais lugares seguros e que o problema cresce a cada dia, sem perspectiva otimista de melhora.

Também devem ser considerados os dois grupos demográficos que mais sofrem as conseqüências da insegurança e do medo, que são os idosos, devido à sua vulnerabilidade e ao seu isolamento e solidão, e as mulheres, que são as principais vítimas de ataques e, inclusive, de forma surpreendente, de violência doméstica. De acordo com Felix (op. cit 2, 1996), estes dois grupos são os mais atingidos pelos efeitos do medo de crimes, este responsável pelo isolamento social.

Devem-se destacar as pesquisas de vitimização que possibilitam aos pesquisadores e aos demais interessados a obtenção de informações desta natureza. Catão (2000, p.19) produziu uma tabela sobre pesquisas de vitimização no Brasil. Em seus registros ela considera aspectos como: detalhes acerca do crime; características do infrator; opinião em relação à polícia e ao sistema de segurança; confiança nas instituições, etc.

A tabela 2 registra até o ano de 1996 os inventários por ela elaborados. A partir deles esta autora complementou até 2004.

Tabela 2 - Pesquisas de Vitimização no Brasil

Pesquisas	Ano	Região	Período Referência	População Alvo
PNAD	1988	Brasil	1 ano	81.628 domic.
ILANUD	1992	RJ-Município.	5 anos	1000 entrev.
ILANUD	1996	RJ-Município.	5 anos	1000 entrev.
ILANUD	1997	SP-Município.	5 anos	2469 entrev.
ISER/PAHO	1996	RJ-Município.	1 ano	1126 entrev.
ISER/FGV	1996	RJ - RM	1 ano	1578 entrev.
SEADE	1998	SP RM e Munic.>50000 hab	1 ano	14000 domic.
USP	1999	SP - RM	6 meses	1000 entrev.
UNESP/GUTO	2001	SP-Marília	5 anos	828 entrev.
UFMG/CRISP	2002	BH-Município.	1 ano	4000 domic.
ILANUD USP/NEV	2002	SP, Rj, Vitória e Recife - RM.	1 ano	2.800 entrev.
UNESP/GUTO	2004	SP-Marília	5 anos	1.300 entrev.

Fonte: Catão

Modificada e complementada: pelo autor

Uma outra consequência do medo do crime para a sociedade é o seu efeito sobre a qualidade de vida urbana, que se torna reduzida. De forma geral, a qualidade de vida se traduz numa série de fatores que possibilitam o desenvolvimento cotidiano satisfatório da população, embora seja um tema controverso, pois ela envolve muitas variáveis subjetivas que podem ser opostas devido a opiniões diferentes.

Neste sentido, o medo do crime facilita o isolamento e a quase inexistência do conceito de comunidade e de coesão social. Isto torna difícil o desenvolvimento dos satisfatores básicos que significam a qualidade de vida, facilitando o isolamento e o individualismo da população. Desta forma, a falta de segurança, a criminalidade e a violência são elementos que minam a qualidade de vida de forma intensa.

Esta realidade se mostra mais comum a cada dia. Nós achamos normal evitar certos locais da cidade por serem mais perigosos, assim como demandamos sistemas defensivos nas casas como: cercas eletrificadas, cacos de vidro nos muros, captadores de imagem, etc. Vivemos numa paranóia constante de que ao passarmos pelo portão de casa já nos tornamos alvos potenciais de algum ato violento, como já foi dito, depreciando a vida nas cidades. Há alguns anos a rua era uma extensão das casas, onde as crianças podiam brincar despreocupadas sem a supervisão dos pais. Infelizmente hoje a leitura da questão é outra, sendo esta uma realidade cada vez mais rara nas cidades.

1.5. A Literatura de mídia impressa

A questão da violência e do crime vem se tornando um grande alvo de pesquisas por muitas áreas do conhecimento, principalmente as das chamadas ciências sociais. Da mesma forma, a perspectiva do medo começa a se converter em tema relevante no meio científico, não se restringindo apenas às ciências sociais, mas também a outras como a medicina. Por exemplo, consultórios psiquiátricos têm, cada vez mais, pacientes portadores da doença do medo e do pânico. Porém, como é a frequência do evento que provoca o aumento do interesse no âmbito científico, também no cotidiano esta questão está na ordem do dia. Assim é que, nesta perspectiva, vem crescendo a difusão do medo por meio de jornais, revistas e outros meios impressos. De maneira geral os meios de comunicação vêm discutindo a temática.

Desta forma, deve-se levar em conta a importância do material que fornece elementos interessantes para a pesquisa. Como questão inicial ele pode também sugerir novas idéias e hipóteses, assim como destacar a importância do fato ocorrido e descrito. Além disto, através dele é possível observar as reações da comunidade e a questão do medo.

As áreas vazias que passam a maior parte do dia sem utilidade representam espaços potenciais de criminalidade. Como exemplo, em matéria publicada no Estado de São Paulo em 10/10/2005, temos o texto “Área cotada para arena é reduto de assaltos”. Segundo o jornal, a prefeitura pretende criar uma arena para shows na desativada Federação Universitária Paulista de Esporte (FUPE), em Santana. Porém, trata-se de uma área que se caracteriza pela insegurança. Assaltos a pedestres, roubos e furtos de carros e de aparelhos de som são freqüentes na região, principalmente à noite. O que mais chama a atenção é que a área se localiza a 600 metros do prédio do Departamento de Investigações Criminais (DEIC).

A exposição de violência de todos os tipos, pelos meios de comunicação, torna-se cada vez mais rotineira. No caso desta pesquisa, destacam-se os textos sobre rebeliões e fugas das instituições penais, as quais, de forma lamentável, se tornaram corriqueiras e geram grande apreensão para a comunidade. As notícias a elas relacionadas sempre retratam cenários dramáticos e contribuem de forma negativa para a insegurança da população. Elas detalham barbáries ocorridas, imagens de extrema violência, os motivos das ações das facções criminosas, planos de resgate, etc, mostrando um quadro sobre a criminalidade que é diferente da realidade.

Foucault (1987, p.208) afirma que “conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não é inútil. E, entretanto, não vemos o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão”.

Baseado no conceito de que o medo pode ser tão ou mais prejudicial do que o evento em si, o editorial do Estado de São Paulo em 26/10/05 abordou a questão do pânico gerado pela potencialidade da pandemia da gripe aviária entre populações humanas. De acordo com Siegel, da Universidade de Nova Iorque, o que há de mais concreto nessa grande ameaça é o puro medo que se alastra. Este sim, como verdadeira pandemia, e destacando diferentes fontes.

Os Institutos Penais, regra geral, representam espaços de medo para os moradores próximos. Em muitos casos são verdadeiros caldeirões em ebulição. A sensação de insegurança é ainda maior com as constantes rebeliões ocorridas. Principalmente considerando-se a extrema violência que se observa nos motins. São horas e, às vezes, dias de tensão, em situações com reféns, fugas e mortes. Muitas vezes, os que morrem nas rebeliões são de facções criminosas diferentes e rivais. De acordo com reportagem de 18/10/2005, do Estado de São Paulo, dos três mortos na rebelião da penitenciária José Parada Neto, em Guarulhos, um deles fazia parte do Comando Vermelho, rival do Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade, que comandou a rebelião.

De acordo com a mesma reportagem, o refém foi degolado, hábito comum dos desafetos no sistema prisional brasileiro. Este ato terrível criado pelo PCC⁷ em 1991 tem continuidade nos dias atuais. Na rebelião de 1999, que destruiu o CRP⁸ de Taubaté, três integrantes de facções rivais foram decapitados. Em junho de 2005, em Presidente Venceslau, presos do PCC decapitaram cinco desafetos na Penitenciária I do município. Estes exemplos nos permitem constatar o nível de violência e o medo de se viver próximo às unidades prisionais, principalmente nas pequenas cidades, cujas conseqüências marcam a população de forma mais incisiva.

Em matéria publicada pelo Jornal Regional de Rio Claro, em 09 de Fevereiro de 1996, preso morre durante fuga do presídio. Durante um dia de visitas aos presos, 15 detentos escaparam e um faleceu na tentativa. Este trecho explicita o sentimento de insegurança que alguns moradores dos presídios apresentam, especialmente nos dias de visitas.

De maneira mais detalhada, podemos indicar alguns exemplos de como a qualidade de vida da população de determinada área é alterada com a construção das unidades prisionais, como: a questão dos indultos que os detentos de bom comportamento recebem em algumas datas comemorativas do calendário, como no Natal, na Páscoa, no Dia das Mães, etc., ou aqueles que cumprem suas penas em regime semi-aberto. O mais impressionante é que aproximadamente 10% dos detentos não retornam aos presídios. Uma outra questão diz respeito à crescente onda de seqüestros relâmpagos que vem ocorrendo na cidade de Itirapina. Apesar de ser um crime característico principalmente de cidades de grande e médio porte, se faz presente também naquela cidade. Em notícia registrada pela Folha de São Paulo em 24/12/2001, pelo menos 1.230 detentos de Campinas, Hortolândia e Itirapina haviam deixado as celas na última sexta-feira para passar as festas de fim de ano com a família, beneficiados com o indulto de Natal, devendo retornar no dia 2. Segundo a SAP, no ano de 2000 em Campinas, 87 dos 907 detentos que saíram não retornaram à unidade em 2000. Em Itirapina, no mesmo ano, 14 dos 200 detentos liberados no ano passado não retornaram.

Em 23/12/2005, o jornal Cidade de Rio Claro noticiou: “Indulto de Natal beneficia 411 detentos da região de Rio Claro”. De acordo com a reportagem, 411 presos que cumpriam pena nos dois presídios de Itirapina e nos Centros de Ressocialização Masculino e Feminino de Rio Claro foram liberados para passar o fim de ano em suas casas. O mesmo ocorreu em todo o estado, envolvendo pelo menos 10 mil detentos. A expectativa da SAP é de que cerca de 8% deles não retornassem no tempo previsto. Este contingente representava cerca de 800

⁷ Primeiro Comando da Capital

⁸ Centro de Ressocialização Penitenciária.

condenados que não retornariam às suas respectivas unidades prisionais, no estado. Além do Natal e Ano Novo, os presos também recebem este benefício na Páscoa, Dia das Mães, Dia das Crianças e Finados. O benefício é concedido aos detentos de bom comportamento no regime semi-aberto.

Deve-se destacar também, que recentemente foi aprovada a mudança na Lei de Crimes Hediondos, segundo a qual criminosos que cometeram tráfico de drogas, homicídio qualificado, seqüestro e estupro não teriam mais as penas cumpridas integralmente em regimes fechados de reclusão, o que teoricamente facilitaria a sua fuga da unidade.

Outro registro de grande importância é a recusa dos prefeitos em aceitar a construção de uma nova unidade prisional ou de uma Febem no seu município. De acordo com a reportagem do Jornal Cidade de Rio Claro de 20/03/2005, devido a promessas de campanha o governador Geraldo Alckmin anunciou a construção de 41 novas unidades da Febem em 10 municípios paulistas. Porém, a maior parte dos prefeitos das cidades do interior (estas já escolhidas pelo governo para abrigarem as unidades) se posicionou contrária e/ou afirmou que nem foi consultada sobre esta situação.

Na mesma reportagem, o prefeito de Getulina - Rogério Miotello do PSDB - do mesmo partido do governador, afirmou que se dependesse da vontade dele o município não teria uma Febem. Da mesma forma, o prefeito de Tupi Paulista, cidade para onde estavam sendo enviados 700 internos da capital, afirmou que fora avisado de que o município receberia apenas 100 jovens. Igualmente, em Neves Paulista, o Chefe de Gabinete da Prefeitura também vê a medida como um problema para o município e se diz contrário à instalação de uma unidade da Febem.

O município de Rio Claro também já passou por situação semelhante. Na década de 90, o então governador Mário Covas determinou a construção de nove unidades da Febem para a região administrativa de Rio Claro e suas localizações foram definidas através de uma sentença judicial de agosto de 2001, após inúmeras ações na justiça. Naquela ocasião, devido ao grande apelo popular e de vários segmentos da sociedade, o projeto de construção foi retirado da Câmara Municipal e arquivado.

A Fundação para o Bem-Estar do Menor (Febem), regra geral, apresenta um cenário desolador, representando também espaços de medo e de castigo. Ela reproduz, em menor escala, os problemas e a realidade das demais unidades prisionais. Nesta instituição também são comuns motins e rebeliões, além de fugas e grande insegurança para a população que vive próxima. Pode-se afirmar, que para a população vizinha, a unidade da Febem apresenta

“status” de unidade prisional quanto à insegurança que provoca, e não é vista como uma unidade adequada para a recuperação de menores.

Quanto à instalação de uma unidade prisional em um município pequeno, esta é uma situação que vem dividindo opiniões. Alguns municípios descartam veementemente a construção de um presídio em sua área. Por isto acabam criando leis municipais que inviabilizam o processo. Há também municípios que foram inicialmente favoráveis à construção e depois se arrependeram. Porém, há municípios extremamente favoráveis a este processo.

De acordo com o periódico ‘Cidades do Brasil’, a reação de parte da população de vários pequenos municípios chega a ser surpreendente e variada. Cita o caso de Irapuru, região de Adamantina cuja população durante a construção do presídio já comemorava o fato, uma vez que ela era encarada como alavanca de crescimento econômico para os pequenos municípios, além de ocasionar um acréscimo no policiamento da cidade, o que também minimiza a insegurança.

No mesmo periódico é retratado que o município de Irapuru, que dista 640 quilômetros da capital e é essencialmente agropecuário, apresentou grande interesse na instalação de uma unidade desta natureza, devido à melhora na qualidade de vida e da economia que as cidades vizinhas de Pacaembu e Junqueirópolis apresentaram em consequência das unidades prisionais inauguradas no ano de 1988. De acordo com o prefeito, “Tanto é que já temos interesse de ter outra penitenciária em nosso município”.

A região oeste do estado de São Paulo exibe a maior concentração de penitenciárias do estado, com um total de 20 presídios. O que se pode observar é que se formou um verdadeiro aglomerado de unidades prisionais. Nelas as populações vivem com medo daquilo que passam a conhecer através da imprensa, com a preocupação constante de uma rebelião. É justamente nesta região que estão confinados os presos mais perigosos do país. A unidade de Presidente Bernardes já abrigou o traficante Luis Fernando da Costa, conhecido como Fernandinho Beira-Mar.

Um outro caso relevante, relacionado aos institutos penais, é o município mineiro de Ribeirão das Neves, conhecido como “cidade cadeia”. Trata-se de um município de porte médio com população estimada para 2005 de 311.372 habitantes, e que atualmente, conta com cinco unidades prisionais. Nele estão instaladas duas penitenciárias, um presídio, uma cadeia pública e um hospital penitenciário, recebendo um total de 2.800 presos. Porém, é prevista a construção de mais cinco penitenciárias e três presídios para abrigar outros 2.800 presos. Se efetivados, estes 5.600 presos representariam 30% da população carcerária do estado. Esta

mesma proporção também nos permite perceber o exagerado contingente de presos no estado de São Paulo. São quase 140 mil e representam praticamente a metade da população carcerária nacional.

Neste município, a Aciben - Associação dos Cidadãos Pelo Bem Nevense, se uniu com várias lideranças locais para criar um movimento visando impedir a construção das novas unidades. Ela se fundamentou na Lei Estadual nº 12936/98, que proíbe a construção de presídios de qualquer natureza em todo o estado de Minas Gerais, com capacidade superior a 170 vagas. Também a entidade indica que o município não tem como receber os familiares dos detentos, o que geraria um caos social para esta categoria de cidade.

Pode-se dizer que o caos acima referido já ocorre em pequenas cidades que apresentam alguma unidade prisional. Neste sentido, os prefeitos de Presidente Prudente, Teodoro Sampaio, Taciba, Tarabai e Nantes foram contrários à instalação de unidades prisionais em seus municípios. De acordo com o editorial do Oeste Notícias, de 13/08/2005, há uma campanha intitulada “Diga não aos presídios”. O movimento não é contrário aos presídios, mas sim é contra a sua concentração na região. Segundo o editorial, estas cadeias recebem criminosos de grandes centros urbanos, principalmente após a desativação do Complexo do Carandiru, em 2002.

O mesmo editorial reconhece que muitos municípios, “de pires nas mãos”, solicitaram ao estado a construção de penitenciárias nos seus territórios, vislumbrando nisto a possibilidade de geração de emprego e renda. Porém, se esqueceram dos prejuízos sociais que virão logo mais à frente.



Figura 2 - Manifestações contrárias aos novos presídios em municípios paulistas
Fonte: http://www.oestenoticias.com.br/imgs/noticias/charge_130805.jpg

A figura 2 é uma charge publicada no periódico Oeste Notícias sobre a recusa dos prefeitos de Presidente Prudente, Teodoro Sampaio, Taciba, Tarabai e Nantes, em receber unidades prisionais em seus municípios.

Esta política acelerada de construção de unidades prisionais se faz necessária pelo déficit de vagas no sistema carcerário paulista. Porém, deve-se refletir sobre os motivos destas localizações mais acentuadas em algumas regiões do estado, principalmente nas pequenas cidades.

Segundo o jornal Estado de São Paulo, de 06 de Maio de 2002, há um déficit de vagas nas unidades prisionais, que em 2002 totalizava 65 mil. Porém, pelo excessivo crescimento da população carcerária, este déficit é hoje bem maior. De acordo com o texto, o delegado José Carlos Gambarini da Divisão de Capturas da Polícia Civil, a polícia paulista tem 127 mil mandatos de prisão para cumprir. Se todos eles fossem cumpridos não teria onde colocar os presos. Na mesma linha, o jornal 'O Imparcial' de Presidente Prudente, em reportagem de 15/05/2003, divulgou afirmativa do secretário estadual de assuntos penitenciários, Nagashi Furukawa. Segundo ele, "por enquanto, o sistema está relativamente tranquilo, mas em breve enfrentaremos problemas seríssimos com fugas e rebeliões". Afirmou ainda, "...o futuro nessa área é negro. Não posso pintar de outra cor. Logo, teremos fugas e rebeliões, pois os presos já estão sentindo isso e não irão suportar a superlotação por muito tempo". Sendo esta justamente a opinião da autoridade responsável pelas unidades prisionais, temos uma situação bastante preocupante.

Em nível federal esta questão também é motivo de preocupação. De acordo com o então ministro Márcio Thomas Bastos, há um aumento de 3.500 presos por dia no sistema carcerário brasileiro, para os quais seriam necessários sete novos presídios por mês. O ministro defende medidas urgentes para evitar o caos.

A notícia registrada no Diário de Tupã, de 30 de Outubro de 2003, intitulada: "Estudos negam vínculo entre novos presídios e o aumento da violência", reproduz as conclusões de trabalhos do professor Luiz Carlos da Rocha, do Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar, da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da Unesp de Assis e da professora Eda Góes, docente de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Unesp de Presidente Prudente. O primeiro conclui que a criminalidade não aumentou em Assis em função da construção do presídio. Da mesma forma, Góes afirma que a realidade das unidades prisionais não apresenta a violência freqüente e excessiva que é mostrada pelos meios de comunicação. Esta situação decorre do desconhecimento da realidade cotidiana das unidades prisionais, que só se tornam notícias quando ocorrem as rebeliões.

Em 21/10/2004, o jornal 'Oeste Notícias', de Presidente Prudente, publicou seu editorial criticando o secretário Furukawa devido sua afirmação de que o elevado número de presos da região (18.000) não se reflete no aumento da violência na área. De acordo com o periódico, há várias ocorrências policiais de assaltos à mão armada que registram a participação de ex-detentos que vieram transferidos, ganharam liberdade e por ali ficaram. Há também a delinquência de parentes e amigos de presidiários, que é comum nestes casos.

Destaca também que a região se torna cada dia mais violenta, principalmente com o seu crescimento nas cidades pequenas da região. Retrata o caso de Presidente Bernardes, que registrou um crime de extrema violência e abriga os bandidos mais perigosos do país, além de outra penitenciária comum.

Como já foi dito, uma unidade da Febem pode significar tanto medo e apreensão quanto qualquer outra instituição penal. Embora se confunda com as unidades prisionais, a Febem abriga jovens e crianças que ficam sujeitos ao Estatuto da criança e do Adolescente, e pelos seus delitos não respondem pelo código penal.

De acordo com Iwakura e Kenski (2006), as Febens se confundem com as prisões, pois também sofrem com a superlotação, com as rebeliões e fugas freqüentes, a arquitetura dos prédios dá feição de prisão às unidades (algumas vezes construídas com a finalidade de abrigar adultos), não permitem atividades educativas, de lazer e de esporte e, muitas vezes, são as portas de entrada para as prisões.

Em matéria publicada no caderno 'Folha Cotidiano', de 20 de março de 2005, o título: "Febem deixa nervos de vizinhos à flor da pele" se referia ao Bairro do Tatuapé marcado por um estado de rebelião permanente. De acordo com moradores, a imprensa só noticia fugas quando fogem centenas, mas as fugas são quase que diárias. Outra moradora descreveu o cenário do bairro como um misto de São Silvestre e Vietnã, devido à correria dos meninos para fugirem da Febem, a dos moradores para fugirem dos meninos, e os tiros e helicópteros.

No mesmo texto temos a afirmação de outra moradora: "Eu tenho três filhos adolescentes que não deixo mais saírem à noite. Não levo mais meu cachorro para passear. Nem coragem para colocar o lixo na rua eu tenho. Para sair de casa, eu subo até a janela, olho se a rua está tranqüila e só então abro a porta. Até a festa do largo do Belém os menores invadiram. Já teve até inclusive tiroteio dentro da igreja". Desta forma, a qualidade de vida e o sentido de comunidade foram seriamente comprometidos.

A pequena cidade de Tupi, a 663 km da capital paulista, com 13.480 habitantes prepara-se para receber 700 jovens que serão transferidos da Febem do Tatuapé. O prefeito da cidade, Osvaldo José Benetti afirma: "Perdemos qualidade de vida, perdemos população que

migrou (a cidade chegou a ter 30 mil habitantes nos anos 70). Agora ficamos até alegres em receber os menores infratores. Por causa deles foram gerados 200 empregos e a cidade faturará R\$ 700 mil a mais por ano do Fundo de Participação dos Municípios, já que nossa população aumentou”.

Este caso nos mostra que a estagnação dos pequenos municípios chega a tal ponto, que abrem mão de sua tranquilidade em função de um montante adicional de receita e um maior dinamismo de suas economias. Neste sentido, a instalação de uma unidade prisional apresenta aspectos positivos para a população deste município.

Tanto do ponto de vista teórico quanto prático a questão da criminalidade, da violência e do medo estão, cada vez mais, interligadas. A expansão das unidades prisionais torna o fato relevante e objeto de preocupação para os estudiosos. Por outro lado, elas se convertem em focos de pesquisa com perfis muito variados.

O capítulo que se segue busca analisar estes espaços, que são também espaços de castigo como os nichos geradores de apreensão, medo ou mesmo pavor.

2. Os Espaços de Castigo

2.1. O medo do crime e os espaços de castigo

O estudo de questões cotidianas como a criminalidade e o medo do crime não deve se basear apenas na literatura científica. A literatura também oferece obras de grande importância para o desenvolvimento do trabalho.

Nesta categoria, uma obra de significativa importância é o clássico de Dostoiévski, “Crime e castigo”, publicado originalmente em 1866. O romance se baseia na vida do personagem principal Raskólnikov, explicitando sua condição de vida precária em São Petersburgo, assim como sua condição psicológica caracterizada por um nervosismo constante. O personagem desenvolve uma “teoria do crime”, através da qual certos assassinatos são justificados quando executados por “pessoas extraordinárias” como Júlio César e Napoleão Bonaparte, para os quais certos atos cometidos foram absolvidos pela história. O ato é justificável devido às razões para cometê-lo e sua consequência geraria benefícios para a sociedade. Desta forma, baseado em sua própria teoria, o personagem acredita que fará um bem para a sociedade se ele assassinar a velha usurária que o explora.

Embora o personagem principal não tenha passado por nenhuma unidade prisional na narrativa, o livro aborda questões relacionadas ao crime que o personagem cometeu e às consequências psicológicas e punitivas que se sucederam.

Considerando a literatura nacional, podemos destacar os livros: “Memórias de um Cárcere” de Graciliano Ramos, de 1953, que narra os anos em que se encontrou preso e os momentos de tortura e terror passados durante a sua prisão no período do Estado Novo; e mais recentemente, o livro “Estação Carandiru” de Dráuzio Varella, de 1999, que aborda a já comentada mega-rebelião ocorrida no Pavilhão Nove do Complexo Penitenciário do Carandiru. Neste último, destaca-se uma frase do diretor do presídio ao médico, locutor da história: “Doutor, os donos aqui são eles (detentos), isto aqui só não explode porque eles não querem”. Isto vem ao encontro da recente declaração do diretor da Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, “os presos mandam de fato dentro e fora das penitenciárias”.

Uma outra forma de literatura que é pouco valorizada no Brasil é a dos quadrinhos, que há muito tempo deixaram de ser infantis, tratando de temas cotidianos como a violência urbana, a criminalidade e, o que mais interessa a este trabalho, o medo do crime. São histórias

que buscam atingir, de forma significativa, uma população adulta, abordando questões relacionadas à psicologia, às filosofias, dentre outras. Neste segmento destacam-se os quadrinhos da série Vertigo e os do Batman.

Este último aborda a questão do medo de uma forma especial. Ele age numa cidade tomada pelo crime e pela insegurança e, utilizando o pavor que os vilões possuem em relação ao personagem como uma arma no combate ao crime. Da mesma maneira, o quadrinho trabalha com a apreensão dos moradores da cidade em relação à Unidade Prisional “Penitenciária Blackgate” e, principalmente, a Unidade Psiquiátrica “Asilo Arkhan”, local onde ficam confinados os criminosos de maior periculosidade e com desvios de comportamento, caracterizando este local como alvo de freqüentes ataques e rebeliões.

No âmbito científico, crime e castigo fazem parte da área do direito, mais especificamente a área penal e o direito criminal. Porém, como já foi dito, são também utilizados por outras ciências como a Antropologia, a Estatística, a Epidemiologia, a Sociologia e, mais recentemente, a Geografia.

Associado ao crime e ao castigo estaria o medo. Porém, o medo é uma situação na qual todos vivemos e que apresenta motivos diferentes e intensidades igualmente diferentes. Uma pessoa pode ter medo de cometer um erro em público, o que difere de passar por uma situação que envolva risco de morte para ela ou para alguém conhecido. Há uma outra diferenciação envolvendo a situação do medo individual e do coletivo.

O medo é uma reação natural a algum evento que signifique algum perigo em potencial. Trata-se de uma resposta natural do ser humano à alguma ameaça, que muitas vezes, nos ajuda a lidar com certas situações inesperadas e que envolvem certo grau de periculosidade. Por exemplo, o medo nos ajuda no fato de não reagirmos durante um assalto, já que a reação poderia acarretar conseqüências muito mais graves. Trata-se de uma questão subjetiva, que depende de cada pessoa, de sua formação, estado emocional, grau de responsabilidade, etc.

De forma mais extrema e prejudicial temos o Transtorno do Pânico, também conhecido como Síndrome do Pânico, que é um conjunto de manifestações de sintomas psicossomáticos⁹. Os portadores desta doença vivem em constante ansiedade, com medo de que possam ocorrer eventos no seu cotidiano que coloquem a vida em risco. Desta forma, estes indivíduos apresentam medo constante de sentir medo.

⁹ Aspectos ligados ao corpo e a mente como um todo.

Uma das formas de medo está na aglomeração espacial daqueles que devem cumprir castigo de forma confinada. Várias são as categorias de espaços de medo que determinada localidade pode apresentar, como lugares abandonados, os que apresentam tráfico de drogas, aqueles desprovidos de iluminação pública, aqueles com baixo número de residentes, etc. Dentre estas categorias que facilitam o desenvolvimento e o crescimento do sentimento de medo e de insegurança de uma população, as unidades prisionais representam um caso particular pela quantidade (no caso de São Paulo, elas totalizam 141), pela abrangência e permanência. Regra geral, elas produzem desconforto e apreensão para a população circunvizinha, devido ao potencial risco de que nelas ocorram os constantes motins e rebeliões que já ocorrem no país como um todo e que, de certa forma, caracterizam o sistema carcerário brasileiro.

Do cometimento do crime decorrem as penalidades que acabam sendo cumpridas de forma coletiva e confinada. Disto resultam os espaços de detenção que representam locais de punição para os criminosos, os locais de castigo. Porém, também representam lugares de grande apreensão e insegurança para a população das cidades e das regiões nas quais estão inseridos.

Os espaços de castigo representam ao mesmo tempo a simultaneidade do medo e do castigo. Portanto, trabalhar com os espaços de castigo se traduz numa oportunidade de estudar os espaços do medo com a vantagem de me aproximar com segurança dos dados.

Diferentemente dos espaços de medo, os espaços de castigo são, precisamente, delimitados. Porém, esta limitação espacial não significa que o sentimento de medo e de insegurança irradiados pelas unidades prisionais se restrinja a este espaço reduzido e delimitado. Os espaços de medo considerados neste trabalho, as unidades prisionais, são centros irradiadores de medo. No interior de uma unidade prisional, os detentos têm medo uns dos outros. Os funcionários dos detentos e a população do lado de fora têm medo destes espaços específicos de castigo e, de forma preocupante, os policiais têm medo de ataques em suas próprias delegacias. Porém, também deve-se destacar o ciclo de insegurança e de instabilidade que uma unidade pode apresentar; no qual o detento tem medo do policial, o policial também apresenta do detento, o funcionário em relação ao detento, assim como o detento em relação ao funcionário.

Uma das principais dificuldades na execução deste trabalho foi justamente a de relacionar os espaços do medo com os espaços do castigo, sendo categorias de análise diferentes, mas que se associam no tocante ao elemento medo. Talvez a melhor forma de explicitar esta relação sejam as ocorrências verificadas no estado de São Paulo entre os dias

13 e 15 de Maio de 2006, atribuídas à organização chamada Primeiro Comando da Capital (PCC). Foi o maior ataque já realizado contra as forças de segurança do estado, e estima-se que parte das ações tenham sido arquitetadas no interior das unidades prisionais e disseminadas, principalmente, para as cidades que abrigavam estas unidades. Desta forma, pode-se afirmar que o raio de ação dos detentos não se restringe aos espaços delimitados de castigo.

Foram realizados ataques coordenados em todo o estado, assassinando-se mais de 50 policiais, promovendo rebeliões em mais de 70 unidades prisionais e incutindo terror e medo em todo o estado. Este processo acarretou o fechamento do comércio, de escolas, etc. Foi uma situação calamitosa de total inversão de valores e subversão da autoridade da polícia e do Estado.

Deve-se considerar que não são todas as unidades prisionais que provocam o sentimento de apreensão na população de suas cidades. Nesta categoria destacam-se as unidades de segurança máxima, os presídios, as penitenciárias, os centros de detenção provisória e os cadeiões, pois são responsáveis por “hospedar” os criminosos de maior periculosidade e/ou que cometeram crimes hediondos. Porém, há outras unidades como os Centros de Ressocialização Penitenciária, as Alas de Progressão Penitenciária, os Institutos Penais Agrícolas e os Hospitais que, regra geral, não afetam a população de uma cidade de forma tão marcante ou mesmo despercebida.

De forma geral, os espaços do medo já existem nas cidades em várias categorias e pesos. Uma praça pode representar um espaço de medo, principalmente no período noturno, uma rua pouco movimentada e/ou iluminada, espaços com moradias abandonadas, etc. Entretanto, o trabalho foca principalmente as unidades prisionais, caracterizadas como espaços de medo permanentes.

Estes espaços de castigo geram espaços de medo de forma gradativa para as cidades que apresentam unidades prisionais. Num primeiro momento dizem respeito à ansiedade gerada pela construção das unidades, em seguida, pela transferência dos “hóspedes” e, num terceiro estágio, pela violência em si.

As unidades prisionais sempre provocaram grande sentimento de preocupação e medo para a população circunvizinha. Neste sentido, verifica-se que aquelas delegacias de polícia que ainda abrigam pessoas detidas, mesmo que por pouco tempo, produzem este efeito. Nota-se que os presídios antigos eram construídos em áreas praticamente desabitadas, como ilhas e outros locais afastados da sociedade como, por exemplo, o presídio da Ilha Anchieta, no litoral paulista.

Pode-se dizer que os estabelecimentos penais, regra geral, são construídos relativamente afastados das cidades. Porém, seus idealizadores não prevêm a expansão da malha urbana que, muitas vezes, atinge a unidade prisional. Portanto, estas unidades prisionais são construídas fora do sítio urbano, o qual acaba sendo atingido.

O estado de São Paulo apresentava em 2006, 141 unidades prisionais, entre centros de detenção provisória, centros de ressocialização, penitenciárias compactas, centros de readaptação penitenciária, centros e alas de progressão penitenciária, institutos penais agrícolas, hospitais penitenciários e 52 penitenciárias, variando entre regime fechado, semi-aberto e provisório (para abrigar a população das delegacias e das cadeias). Neste conjunto tínhamos um total de população carcerária de 138.248 presos.

Estas unidades prisionais eram administradas pela Secretaria de Justiça até março de 1991. Em seguida, passaram a ser administradas pela Secretaria de Segurança Pública, até dezembro de 1992. Porém, com o objetivo de desenvolver um sistema carcerário eficiente foi criada, a partir da Lei nº 8209 de 04/01/93, a Secretaria de Administração Penitenciária, que administra todo este conjunto.

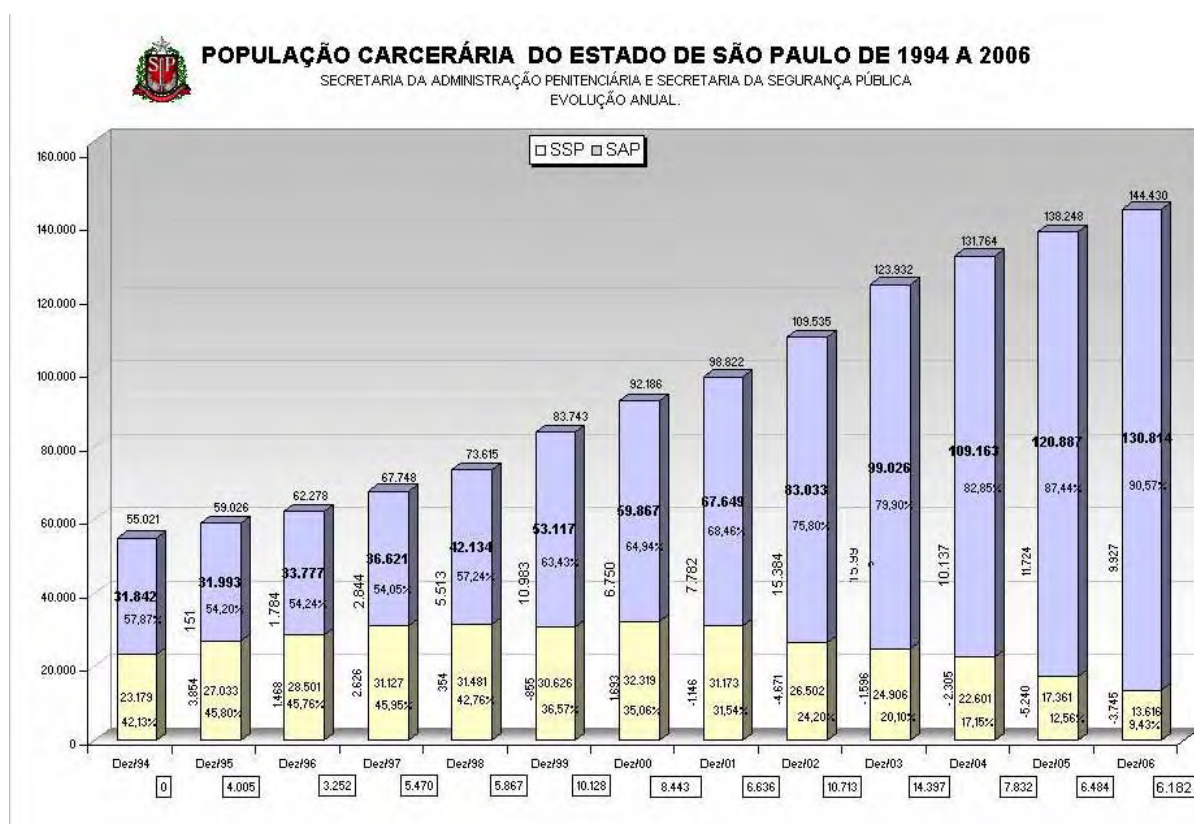


Figura 3 - A Evolução da população carcerária do estado de São Paulo
Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária do estado de São Paulo
Organização: Secretaria de Administração Penitenciária do estado de São Paulo

A Figura 3 permite a visualização, na última década, do acréscimo da população carcerária no estado, caracterizada por crescimento positivo em todos os anos. O que mais chama a atenção é o crescimento acelerado, em dois períodos recentes. O crescimento observado entre 1997 e 2001, de 31.074, o que corresponde a um crescimento de 45,8%. Também, nos últimos quatro anos, de 2001 a 2005, a população carcerária do estado teve um acréscimo de 39 mil pessoas ou 39,5%. Assim é que, em 1995, para cada mil habitantes do estado tínhamos 1,74 pessoas encarceradas. Em 2000 este índice passou a 2,49. Em 2005 passou para 3,41.

Este acréscimo fica mais evidente ao se comparar a taxa de crescimento médio anual da população carcerária com aquela da população total do estado. A primeira corresponde a um crescimento médio anual de 13,85% neste período, com um acréscimo populacional de 76743 detentos apenas nos últimos dez anos. A segunda taxa corresponde ao crescimento médio do total de população do estado, com um aumento de 1,99% ao ano, passando de 33.212.344 pessoas em 1994 (Fundação SEADE) para 39.832.470 em 2004 (IBGE). Esta diferenciação entre as duas taxas, associada ao fato de que aquela referente população total continue declinando e a relativa aos detidos cresça assustadoramente, projeta seríssimos desafios para um futuro próximo.

Atualmente, os presídios paulistas operam com capacidade superior a 180% e a população carcerária não pára de crescer, com um aumento aproximado de 10 mil detentos por ano. Esta mudança impõe a construção de novos e maiores espaços para abrigar este valor crescente. A construção e a manutenção de uma unidade prisional representam custos altíssimos para o governo do estado, que poderia investir este valor em obras de saneamento, educação, habitação, etc. Mas, diante deste quadro o governo se vê obrigado a investir maciçamente nestes estabelecimentos.

Deve-se lembrar ainda que as cadeias, embora em processo de extinção, ainda têm algum significado em termos de espaço de detenção. Com aproximadamente 18 mil presos e sob a custódia da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, apresentam-se, muitas vezes, em condições piores do que as demais unidades prisionais.

Um dos fatores que auxiliam na explicação deste crescimento exagerado da população carcerária é a Lei nº 8072/90, conhecida como Lei de Crimes Hediondos¹⁰, que teve como objetivo principal a redução da criminalidade devido ao seu caráter intimidador.

¹⁰ De acordo com a Lei 8.072/90, são considerados crimes hediondos consumados ou tentados: Homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio

Porém, recente relatório produzido por Ilanud¹¹ referindo-se aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, exhibe os resultados desta Lei e, por isto, apresentaram conclusões contrárias a ele:

- A Lei de Crimes Hediondos¹² apresenta caráter inibitório em relação às ações dos criminosos. Porém, só funcionaria em casos de premeditação do crime. De forma contraditória, alguns indivíduos que cometem crimes hediondos agem por impulso e não medem as conseqüências de seus atos;
- Através da avaliação dos dados disponíveis e das entrevistas realizadas, não houve relação positiva entre a edição da Lei e a redução dos índices de criminalidade;
- Por outro lado, pode-se observar sim uma relação positiva entre a edição da Lei e a superlotação do sistema penitenciário.

A primeira conclusão do estudo é a constatação de que a Lei de Crimes Hediondos não provocou uma diminuição na incidência desta modalidade de crime.

De acordo com o estudo, não houve uma discussão inicial sobre os impactos no sistema penitenciário, o que não permitiu ao legislador medir as conseqüências desta lei no sistema. Por outro lado é também relevante avaliar os impactos do crescente número de crimes hediondos sobre a sociedade.

A superlotação seria resultado da soma de dois fatores: o aumento da permanência dos condenados nos presídios e o incremento no número de prisões realizadas. Segundo Figueiredo (2005), que coordenou o estudo, “essa lei é uma das maiores alimentadoras da superpopulação prisional, pois não só passou a prender mais, mas os presos passaram a ficar muito mais tempo encarcerados”.

Recentemente, foi aprovada a mudança na Lei de Crimes Hediondos, segundo a qual os detentos que cometeram os chamados crimes hediondos não teriam mais as penas cumpridas em regimes fechados de reclusão.

Da mesma forma, há um consenso entre os profissionais do direito criminal que justificam a exagerada população carcerária do estado pela maior eficácia do aparelho repressivo de São Paulo, combinando Segurança Pública, Promotoria e Justiça. Basta lembrar que o estado do Rio de Janeiro, que também apresenta elevadíssimos índices de

qualificado; latrocínio; extorsão qualificada pela morte; extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada; estupro; atentado violento ao pudor; e epidemia com resultado de morte.

¹¹ Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente.

¹² A Lei de Crimes Hediondos veta a concessão do regime semi-aberto e dá liberdade provisória para os autores deste tipo de crime.

criminalidade, registra 27.755 presos, enquanto a população carcerária paulista, como já foi dito, cresce aproximadamente em 10 mil presos por ano.

O anexo 1 mostra a distribuição espacial das unidades prisionais no estado de São Paulo, objeto principal desta pesquisa. Constatase que 21% delas se localizam em pequenas cidades.

2.2. Os Pequenos Municípios

Deve-se considerar que o estado de São Paulo, embora seja o mais populoso do Brasil, apresenta verdadeiros e imensos vazios demográficos, concentrando sua população num número reduzido de grandes e médios municípios, os quais, num contexto espacial, representam áreas de pouca significância. Ao lado disto, seus territórios também registram a presença de numerosos pequenos municípios, cujos totais de população exibem diminuta parcela do total. Entretanto, estes municípios muitas vezes ocupam áreas significativas, sendo algumas delas imensas, elevando assim o nível de importância e as razões para a análise e o estudo deste conjunto. Nestas circunstâncias eles se caracterizam como um tema relevante para estudos, principalmente pelos geógrafos, cujos trabalhos focam o espaço e suas funções.

No Brasil, através da emenda constitucional nº15 de 12 de Setembro de 1996, ficou determinado no artigo 18, § 4º que: “A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei”.

Esta emenda foi promulgada com objetivo de desacelerar a crescente fragmentação da malha municipal, que foi freada no período militar. Entretanto, este processo de partilha retornou com grande força a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Antes da emenda 15 não importava a quantidade de população absoluta residindo no local, necessitava-se apenas da existência de sede administrativa para o município. Como conseqüência, o país apresenta uma quantidade imensa de pequenas cidades, assim como um dinamismo muito grande na criação de novos municípios, em todas as unidades da Federação, em espaços de tempo muito curtos. Isto pode ser verificado com base na mobilidade populacional observada no período entre os censos.

Em escala nacional, também se observa este predomínio de pequenos municípios em relação às demais categorias de análise. Martinelli (2004) enumerou os municípios brasileiros de acordo com as categorias dimensionais e com as regiões brasileiras.

Tabela 3- Totais de municípios, divididos em categorias, até 50 mil habitantes. censo 2000

Número de Municípios, Censo 2000	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Até 5 mil habitantes	1329	98	265	432	394	140
5 mil a 10 mil	1313	92	397	404	309	111
10 mil a 20 mil	1380	112	588	344	232	104
20 mil a 50 mil	958	103	394	267	132	62

Fonte: Martinelli, 2004

Organizada pelo autor

Pequenos ou locais, estes municípios, do ponto de vista espacial, representam áreas significativas dos seus respectivos estados. Assim, uma análise em suas distribuições espaciais possibilita o entendimento de políticas de distribuição populacional e de desenvolvimento regional, servindo de instrumento para facilitar a execução de políticas estaduais para estas regiões, regra geral, marginalizadas. Porém, deve-se destacar que a distribuição espacial se dá de forma concentrada, criando algumas regiões mais desenvolvidas e outras menos, o que é uma outra questão.

Tabela 4 - Os quinze menores municípios do estado de São Paulo em 2000 e 2005, segundo os totais de suas populações

Ano = 2000		Ano = 2005		
Município	População Residente	Município	População Residente	Área (Km ²)
Borá	795	Borá	823	119
Balbinos	1.313	Balbinos	1.371	91
Pracinha	1.430	Pracinha	1.394	62
Águas de São Pedro	1.883	Águas de São Pedro	2.000	4
Santana da Ponte Pensa	1.894	Santana da Ponte Pensa	1.599	130
Monções	2.055	Monções	2.022	104
Nova Independência	2.063	Nova Independência	2.106	265
Nova Guataporanga	2.087	Nova Guataporanga	2.087	34
Dolcinópolis	2.152	Dolcinópolis	2.188	78
Queiroz	2.171	Queiroz	2.318	236
Flora Rica	2.177	Flora Rica	2.050	225
São João do Pau d' alho	2.180	São João do Pau d' alho	1.783	118
Bento de Abreu	2.394	Bento de Abreu	2.392	302
Santo Expedito	2.526	Santo Expedito	2.716	94
Mira Estrela	2.596	Mira Estrela	2.552	217
Total	29.716	Total	29.401	2.079

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 2000 e 2005

Organizada pelo autor

Ao se analisar, no contexto territorial do estado, a somatória dos seus quinze menores municípios, verifica-se que o total de suas populações representa diminuta parcela do total do estado, ou seja, 29.716 pessoas. Este valor representa dez vezes menos que a população do município de Piracicaba, que é um município de porte médio e que abrange 0,085% do total da área do Estado. Entretanto, estes municípios ocupam áreas representativas envolvendo aproximadamente um quarto da área dos quinze maiores municípios somados. Desta forma, embora registrem uma percentagem muito pequena de população, quando comparados aos totais de população dos quinze maiores, mostram uma área representativa do estado.

Neste contexto devem ser destacados alguns elementos específicos dos pequenos municípios e importantes para suas análises:

- A localização destes municípios, que dependem fortemente de uma via de acesso que os liguem aos de maior porte. Para municípios pequenos e de economia tão frágil como são os considerados neste trabalho, a localização numa rodovia de grande importância para o estado é um diferencial muito significativo para o seu desenvolvimento socioeconômico;
- A distribuição dos municípios, cujas especificidades regionais ampliam o leque de opções e de necessidades;
- A infra-estrutura urbana dos municípios, ou seja, acessibilidade dos serviços, vias asfaltadas, iluminação pública eficiente, etc. A ausência desta infra-estrutura pode ser um indicador de precariedade e, nestes casos, muitas das pequenas cidades carecem de uma estrutura básica como escolas, hospitais e outros serviços essenciais;
- A violência e a criminalidade que começam a marcar também estes municípios. Esta situação é indissociável de suas regiões, e a migração do comportamento violento passa a ser igualmente uma realidade;
- A existência dos presídios como um fator gerador de instabilidade e medo para a população próxima. Este elemento deve ser considerado, principalmente pela distribuição das unidades prisionais, que cada vez mais privilegiam municípios de menor porte. Em 2006 estavam presentes em 22 municípios pequenos;
- Os orçamentos destes municípios, que embora apresentem totais de população semelhantes, são diferenciados. Isto é um desafio para o estudo dos mesmos.

- Outra questão importante está em seus papéis políticos. As forças políticas destes municípios têm pouca significância e não têm representatividade regional ou estadual. Exceto alguns casos como Águas de São Pedro, que se sobressai neste conjunto;
- O acesso à cultura e às opções de lazer para todas as faixas etárias, pois sua ausência pode favorecer o aparecimento do sedentarismo, do alcoolismo, bem como outros problemas para a população.
- Neste sentido, deve-se salientar ainda que cada vez mais os municípios brasileiros estão assumindo funções que não exerciam como a educação e a segurança. A Constituição Federal de 1988 representou uma guinada para o perfil municipalista, aumentando os poderes e as atribuições dos municípios. As políticas sociais da União foram descentralizadas para os estados, que por sua vez as descentralizou para os municípios, perdendo desta forma boa parte de sua influência. Assim, os municípios passaram a ser obrigados a investir em segmentos nos quais anteriormente não eram de suas competências. São gastas elevadas percentagens de receitas tributárias com competências estaduais e federais, abandonando muitas vezes as políticas urbanas que beneficiariam os munícipes.

Esta situação mostra-se muito relevante no que tange à violência urbana, pois reduzir a violência num município e não fazê-lo num contexto mais amplo como o regional não resolve o problema. Deve-se destacar que a migração do comportamento violento, que está no bojo da interiorização, mostra-se cada vez mais comum principalmente entre cidades de uma mesma região. Portanto, esta questão deve ser avaliada no contexto da própria região e não para cada município individualmente.

Embora as pequenas cidades do estado se assemelhem em seus volumes populacionais, não podem ser caracterizadas apenas por esta variável, pois a qualidade de vida das mesmas pode ser extremamente diferenciada. Enquanto algumas exibem ótimas condições sócio-ambientais e de recursos, o que proporciona excelente qualidade de vida para seus moradores, servindo-os adequadamente com lazer, transporte, segurança, saúde, educação e outros satisfatores, a maioria das pequenas cidades não apresenta condições nem para atender as necessidades básicas de suas populações, exibindo índices de violência e de poluição comparáveis às cidades de maior porte.

Tabela 5- Perfis Municipais de uma amostra de pequenos municípios do estado de São Paulo

Municípios	Pop 2005	Grau de Urbanização (%) 2005	IDHm 2000	PIB em milhões 2003	Longevidade 2002 (Índice)	Participação do Pib no estado (%)	Taxa de mortalidade. Pop 15-34 (por 100 mil hab) 2004
Adolfo	3900	86,54	0,795	92,57	63	0,0185	227,62
Águas de São Pedro	1956	100	0,908	17,85	72	0,0036	173,91
Balbinos	1339	83,35	0,761	13,15	47	0,0024	_____
Borá	831	82,31	0,794	11,34	72	0,0022	362,32
Flora Rica	2106	73,27	0,747	22,46	57	0,0045	_____
Iaras	3609	68,55	0,742	36,13	69	0,0073	305,58
Macedônia	3730	75,17	0,757	40,91	68	0,0082	82,24
Nantes	2232	74,73	0,722	44,65	60	0,0090	127,06
Pracinha	1395	83,80	0,744	9,47	56	0,0019	666,67
Santa Salete	1416	44,49	0,772	27,96	100	0,0056	_____
Estado	39.949487	93,65	0,814	494.813,62	67	100	152,66

Fonte: Perfis Municipais da Fundação SEADE

Organizada pelo autor

_____ Fenômeno Inexistente.

Para exemplificar esta condição dos pequenos municípios, foram utilizados alguns dados dos Perfis Municipais da Fundação SEADE organizados na tabela 5.

Destaca-se a participação destes municípios no total do PIB estadual, cuja somatória da amostra registra um total de 0,0632, ou seja, uma parcela muito pequena do total do estado.

Como já foi dito, muitos pequenos municípios apresentam condições precárias de recursos e de qualidade de vida. Um dos indicadores desta situação é o IDH municipal, que é uma das principais ferramentas para a análise e comparação entre os municípios. Neste sentido, os municípios selecionados apresentam população reduzida, sendo o maior deles o de Adolfo, com 3.900 habitantes e IDHm que varia entre 0,722 (Nantes) e 0,795 (Adolfo). Porém, Águas de São Pedro apresenta números bem acima dos demais, com 0,908. Deve-se destacar que se trata de um município de elevada qualidade de vida, que todos os anos figura entre os primeiros do estado.

Também chamam a atenção os casos de Balbinos, Flora Rica e Santa Salete, cujos indicadores de Taxa de Mortalidade da população entre 15 e 34 anos não apresentam registros, sendo considerado um fenômeno inexistente.

O que mais chama a atenção na análise do perfil destes municípios é o que se refere à Taxa de Mortalidade da população entre 15 e 34 anos, caracterizada pelo grupo de maior risco e incidência de mortes violentas, seja por crimes contra a pessoa ou acidentes de trânsito.

O município de Águas de São Pedro, com população de 1.956 habitantes, registra grau de urbanização de 100% (2005), Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 anos (por cem mil habitantes 2004) de 173,91, superior à média do estado, que registrava 152,66. Porém, este município se caracteriza por apresentar um IDH elevado, 0,908 e elevada qualidade de vida.

O município de Pracinha, com população de 1.395 habitantes, apresenta grau de urbanização de 83,80%, sendo a média do estado 93,65%, e a Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 anos (por cem mil habitantes 2004) de 666,67, bem superior à média do estado.

Deve-se considerar que o cálculo utilizado pela Fundação SEADE se baseia em população de até 100 mil habitantes. Portanto, estatisticamente, municípios com população bem reduzida apresentam altos índices de homicídio, mesmo ocorrendo com menor intensidade. Por exemplo, um município de 50 mil habitantes, no qual tenha ocorrido um homicídio, sua média seria de 2 crimes para cada 100 mil habitantes. Considerando-se municípios com população ainda menor, os números se tornam ainda mais significativos e a percepção da violência é mais acentuada.

Porém, analisando os casos de Águas de São Pedro e Pracinha, que registravam as populações de 1956 e 1395 habitantes, respectivamente, apresentam uma diferença considerável em relação à Taxa de Mortalidade da população entre 15 e 34 anos, sendo que a primeira registrou taxa de 173,91 e a segunda 666,67 para cada 100 mil habitantes por causas externas.

Um elemento que diferencia grandemente estes municípios e que pode facilitar o entendimento desta diferença é o fato de Pracinha, com apenas 1395 habitantes, apresentar uma unidade prisional e uma população carcerária de 966 detentos, de acordo com a Secretaria de Administração Penitenciária.

Uma outra característica que se identifica com os pequenos municípios é a presença de valores humanos de forma mais significativa. Neles as pessoas, ainda que de forma relativa, conhecem boa parte do total da população do município, o que facilita as relações sociais. Por outro lado, em aglomerações de maior porte, as pessoas desconhecidas são consideradas estranhas e potencialmente perigosas devido aos elevados índices atuais de criminalidade. De

acordo com Tuan (2005, p.14) “as pessoas são nossa maior fonte de segurança, mas também a causa mais comum de nosso medo. Elas podem ser indiferentes às nossas necessidades, trair nossa confiança ou procurar diligentemente nos fazer mal”. Desta forma, desenvolve-se um individualismo nas relações sociais, o que é negativo para o desenvolvimento do município, assim como para a qualidade de vida dos seus moradores.

2.3. Pequenas cidades também como espaços de medo

Optamos por trabalhar a cidade como objeto de estudo e não o município, uma vez que o problema da violência e do crime não está na oposição entre o rural e o urbano, mas sim entre as pessoas. É claro que não descartamos a violência na zona rural, mas não há comparação entre a sua frequência e incidência na zona urbana em relação à zona rural. Neste sentido é preciso considerar alguns aspectos como o volume da população rural, uma vez que o Brasil ainda apresenta um crescimento positivo da população urbana em relação à rural; a existência dos objetos de interesse para a prática do delito, já que a concentração de bens e de dinheiro é maior nas cidades; o grau de dispersão residencial nas áreas rurais, sendo o medo do crime uma característica predominante das populações urbanas.

De acordo com Massena (1986, p. 286) “embora a criminalidade não seja atributo exclusivo da cena urbana é nela que se manifesta com maior intensidade”. Da mesma forma, em Lins apud Massena (p. 299), “a humanidade tem sido, ao longo dos tempos, uma velha amiga da violência. O que a particulariza agora, entretanto, é o deslocamento que esta sofreu dos movimentos da história para o cenário urbano”.

Desta forma, foi escolhida a cidade pequena como objeto de estudo deste trabalho. O interesse pelo estudo das cidades se concentra nas grandes cidades: megalópoles, metrópoles, grandes centros regionais, etc. As pequenas cidades pouco têm atraído a atenção, inclusive dos geógrafos. Por isto a literatura geográfica revela um perfil de escassez quanto a este tema.

O mesmo pode ser observado em relação aos estudos sobre a violência, que marginalizam as pequenas cidades. Esta reflexão é interessante e deriva da suposição de que processos aglomerativos de menor importância demográfica também são alvos de atos criminosos.

Não há um consenso para a definição do total de população que caracterize uma cidade pequena. De acordo com Desmarais (1984), a cidade pequena é a que possui de 2.500 a 20.000 habitantes. Já Silva (1975) considerou pequenas as cidades de até 20 mil habitantes.

Como se pode constatar, nesta categoria temos uma grande amplitude demográfica que pode variar entre menos de 1.000 habitantes até aquelas com população inferior a 50.000, que representam o maior conjunto populacional de cidades brasileiras.

Santos (1982, p. 71) definiu cidade pequena como “a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações”. Destaca-se a preocupação do autor com o conceito de cidade pequena:

“Quando se fala cidade pequena a noção de volume da população vem logo a mente aceitar um número mínimo como fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano observado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo este outro problema.”

Existem vários critérios demográficos para a definição das chamadas pequenas cidades. Desta forma, não há um consenso entre os pesquisadores e os órgãos oficiais de registro para um critério que qualifique uma cidade como pequena, ou seja, representada por uma população inferior a 50 mil habitantes ou a 20 mil, ou ainda a 10 mil, dependendo do critério utilizado. De acordo com Nascimento (2004, p. 32),

“Ainda não se chegou a um consenso sobre qual o critério mais adequado para diferenciar uma cidade pequena de uma “aglomeração”. Em realidade, é somente agora que se está discutindo os métodos de classificação das cidades pequenas. No caso do Brasil, existem critérios, muitas vezes contestados, que distinguem a população rural da urbana e, portanto, é possível saber com certa exatidão qual a representatividade dos municípios com menos de 20.000 habitantes no contexto nacional.”

De acordo com Veiga (2004), a definição brasileira de cidade é estritamente administrativa, sendo considerada toda sede de município como uma cidade, o que fez com que o Brasil se tornasse o campeão mundial em número de cidades. De acordo com o autor, este critério fez algum sentido, uma vez que este Decreto-Lei 311 de 1938 que o estabeleceu

se deu num período em que não havia tantos municípios no país. Hoje são 5.561 e cada sede municipal, por menor que seja, corresponde a uma cidade.

Neste trabalho, consideramos como objeto de estudo as cidades com até 20.000 habitantes, tendo 2005 como referência para análise. Concordamos com a idéia de Santos, (op. cit. 1982) de que o critério numérico é insuficiente para caracterizar o termo cidades pequenas. Este valor foi utilizado como critério populacional para selecionar cidades de pequeno porte que apresentam alguma unidade prisional em seu território. Além disto, cidades com população muito reduzida não apresentam estrutura mínima para suportar a presença de uma unidade prisional, mas apesar disto estas situações ocorrem, como por exemplo, em Pracinha (1395), Iaras (3609), Marabá Paulista (3839), Álvaro de Carvalho (4632), Caiua (4637), Reginópolis (4864), Lavínia (5083), Serra Azul (8132), Riolândia (8981) e Avanhandava (9325). Com o uso deste critério totaliza-se 410 cidades no estado de São Paulo, o que corresponde a 64% das cidades.

Além dos critérios de classificação utilizados, não se pode deixar de analisar a questão contextual no que se refere ao tamanho das cidades, sendo que uma cidade pode ser considerada média ou pequena no estado de São Paulo, de acordo com seus respectivos totais de população, que podem ter outros significados se estiverem localizados em estados diferentes que apresentam um universo de pequenas cidades maior que o do estado de São Paulo. Desta forma, os totais de população não são os melhores indicadores de igualdades. Assim, é que cidades de 5000 habitantes no estado têm perfis e funções muito diferenciadas se comparadas a outras de igual porte no Nordeste ou na Amazônia.

A tabela 6 nos permite visualizar a expressiva quantidade de pequenas cidades que o estado de São Paulo apresenta, dentre aquelas com população de até 20 mil habitantes. Com base nos critérios utilizados para este trabalho, são consideradas pequenas um total de 410 cidades, de um universo de 642.

Tabela 6 - Totais de cidades, segundo as categorias dimensionais. São Paulo-1940/2000

Categorias Dimensionais.	Número de cidades							
	Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Total		270	369	503	571	571	571	642
Até cinco mil hab.		185	254	332	333	271	133	180
De 5001 a 10.000		45	59	68	89	95	110	114
De 10001 a 20000		24	28	56	61	75	126	116
De 20001 a 50000		12	20	25	56	72	106	116
De 50001 a 100000		2	6	15	14	28	47	54
De 100001 a 1000000		1	1	6	17	29	48	60
Mais de 1000000		1	1	1	1	1	1	2

Fonte: Atlas da População do Estado de São Paulo, 1991. Fundação SEADE
Atualizado: pelo autor, ano 2000

De acordo com Calado e Soares (2001, p. 2) “elas são fundamentais para seus entornos imediatos, promovendo distribuição, circulação e principalmente consumo que em sua maior parte tem que ser feito localmente”. A autora considera ainda, que constituem a base da rede urbana, uma vez que são contribuintes do desenvolvimento e da integração entre os centros urbanos e as áreas rurais de uma região.

Elas representam um espaço de tranquilidade, com um ambiente bucólico e humanizado, mas não é sempre assim. Ainda que apresentem ambientes menos tensos e estressantes do que as maiores, elas podem também apresentar graves problemas, principalmente relacionados com a falta de estrutura e recursos.

As pequenas cidades, devido às suas características, regra geral, bucólicas e tranquilas, tornaram-se um ideal de certa forma utópico, com o qual sonham milhares de pessoas que vivem nos municípios de maior porte. Dentre os satisfatores que podem melhorar a qualidade de vida quando comparados com os grandes e médios municípios podem ser destacados: a falta de poluição; a falta de engarrafamentos; um ambiente mais humanizado; baixos níveis de violência; facilidade na interação pessoal, etc.

Deve-se destacar que muitas cidades pequenas se apresentam em péssimas condições socioambientais, assim como de qualidade de vida. Nelas o excesso da criminalidade aparece

sob a forma de instalação de lugares específicos para “cumprir as penas”, lugares estes impostos aos criminosos e que são os espaços de castigo.

2.4. Os espaços de castigo e as pequenas cidades

A construção de uma penitenciária ou qualquer unidade prisional pode não gerar mudanças muito significativas em cidades de maior porte como São Paulo ou Rio de Janeiro. Nesta escala o nível de repercussão tem um caráter de bairro ou área, embora estas cidades circulem na mídia nacional. Entretanto, a sua construção transforma o espaço das cidades pequenas e médias, gerando grandes transformações na sua população, na paisagem e nas relações da cidade. Com esta inovação, estes espaços de castigo provocam alterações variadas nas cidades em que estão inseridos.

Estas mudanças podem ter duas leituras. Uma primeira que seria positiva, baseada na inserção de recursos, de serviços e da oferta de empregos para as cidades, o que representa um grande acréscimo na economia desta categoria. Uma segunda leitura da questão são as conseqüências negativas que a construção de uma unidade prisional pode provocar nestas cidades, através da deterioração do espaço urbano e do acréscimo significativo dos índices de violência e no sentimento de insegurança da população em geral.

Foucault (1987, p. 234) afirma que as prisões não diminuem a taxa de criminalidade, pois “pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou ainda pior, aumenta”.

Por outro lado, as unidades prisionais podem produzir um incremento nos índices de violência devido ao fato de que as estatísticas referentes às mortes violentas, como os assassinatos ocorridos dentro do presídio, são contabilizados nas estatísticas oficiais, elevando grandemente o índice de criminalidade nestas cidades e, conseqüentemente, nos municípios. Como exemplo, temos o caso de Praia Grande. Segundo os dados da Fundação SEADE e do IBGE para o ano de 2003, o município teve a maior taxa de homicídios da região e a terceira maior do estado, com 85,2 mortes para cada 100 mil habitantes. A taxa geral do estado, segundo a Secretaria de Segurança Pública em 2000 foi de 34,77. Porém, dos 84 homicídios ocorridos em Praia Grande naquele ano, 27 aconteceram no interior da cadeia pública Manoel Luiz Ribeiro.

Embora este aumento nos índices não signifique um aumento na violência do município, a presença do presídio tem uma leitura negativa da população.

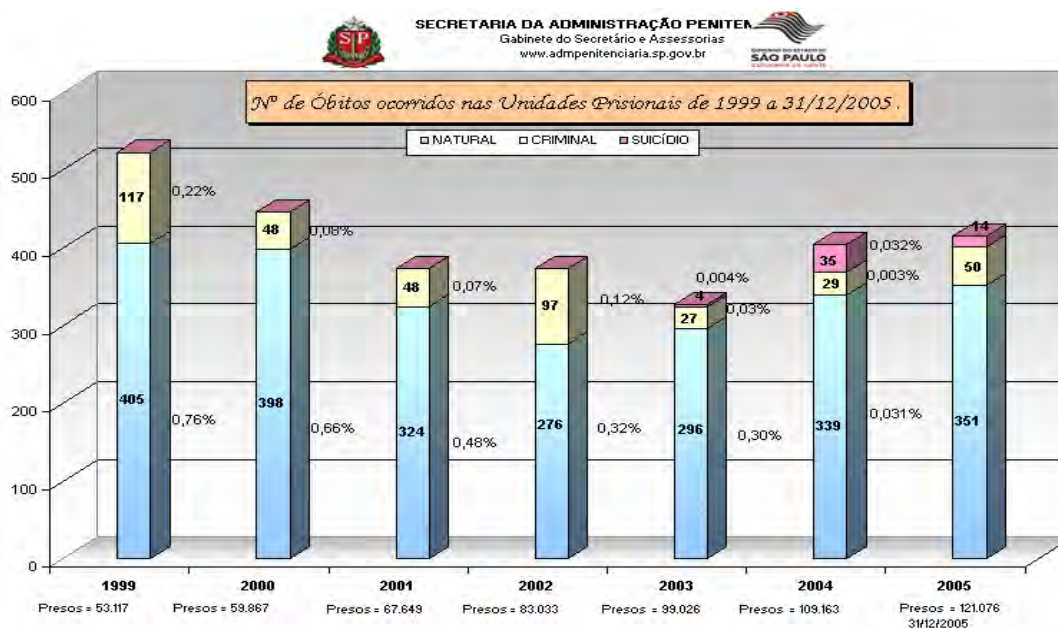


Figura 4 - Número de Óbitos ocorridos nas Unidades Prisionais de 1999 a 31/12/2005

Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária

Organização: Secretaria de Administração Penitenciária

A figura 4 nos permite visualizar o número de óbitos ocorridos nas unidades prisionais administradas pela SAP. Embora os valores de 2005 sejam um pouco superiores aos anos anteriores, deve-se destacar mais uma vez que houve um acréscimo no número de presos, o que indica uma diminuição relativa no número de óbitos nas unidades prisionais.

Deve-se considerar a relação entre a evolução da população carcerária nas unidades prisionais paulistas em comparação aos totais de mortes violentas ocorridas no interior das unidades. A população carcerária cresce em todos os períodos analisados, o que não se observa com os valores relativos às mortes violentas, que variam de acordo com o nível das rebeliões ocorridas. Desta forma, a relação mortes violentas e população carcerária, se dá pelos conflitos entre facções e nas rebeliões, e não pelo crescimento no número de detentos. Porém, como já foi dito, a superlotação das unidades é uma das principais causas para as rebeliões. Nesta figura, foram consideradas mortes violentas aquelas de ordem criminal e os suicídios. As mortes de causa natural são mais numerosas e de grande importância. Porém, como este trabalho refere-se à violência e ao medo, as mortes violentas mostram-se mais adequadas para caracterizar a questão.

Também se deve destacar que estes números representam a população carcerária administrada pela SAP. Porém, como já foi mencionado, são nos cadeiões ainda administrados pela SSP que estão as piores condições de superlotação e de mortes violentas.

Outro aspecto que chama a atenção em relação ao total de mortes de detentos é a participação do PCC no cotidiano do sistema prisional. De acordo com um detento em entrevista ao periódico ‘Carta Capital’ de 24 de Maio de 2006: “Graças ao PCC, o número de mortes caiu, partido controla os internos. Ninguém mata outro sem autorização. A última palavra é da facção: se disser morre, morre.”

Quanto à localização da unidade prisional, que muitas vezes se encontra em áreas importantes das cidades, Lima (2005) considera que o espaço penal se mantém na ilegalidade urbana margeando as cidades. “A LEP determina que as unidades devem ser construídas distantes do centro urbano, em locais periféricos da cidade, no entanto, as legislações municipais (Planos Diretores, Códigos de Obra, etc) não prevêm áreas que contemplem essas construções, como se elas não existissem na cidade”.

A presença do presídio provoca mudanças nas cidades. Próximo a ele instala-se uma população nova, a dos familiares dos detentos, que em sua maioria são oriundos de outras cidades e de outros estados, e que se mudam para as cidades em que o familiar se encontra preso. Temos aqui um caso particular de migração, pois trata-se de uma população diferente daquela existente na cidade, com costumes diversos e que não apresenta na maioria das vezes uma identidade com aquele da localidade.

Foucault (op.cit. p. 236) afirma que a prisão fabrica, indiretamente, delinquentes ao fazer cair na miséria a família do detento que dependia do seu sustento. “A mesma ordem que manda para a prisão o chefe da família reduz a cada dia a mãe à penúria, os filhos ao abandono, a família inteira à vagabundagem e à mendicância. Sob esse ponto de vista o crime ameaça prolongar-se”.

No caso das cidades pequenas, esta alteração é ainda maior. Por exemplo, em Itirapina, cuja população carcerária representa 14.24% da população do município, nos fins de semana quando ocorrem as visitas aos presidiários é possível observar um aumento considerável em sua população.

Da mesma forma, a população que reside próxima também sofre alterações, mudando-se para locais relativamente distantes do presídio, assim como incrementando os sistemas de segurança das casas, cada vez mais protegidas e fortificadas. Massena (1986, p.289) apud Gold afirma que:

“Novas cidades defensivas vêm surgindo, em razão da violência urbana, a semelhança do que ocorria na idade média, e que historicamente sabe-se que quando

as instituições políticas não conseguem proteger as pessoas, elas mesmas disso se encarregam.”

Segundo Santos, (1985, p.49)

“... sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas.”

Do ponto de vista demográfico, as unidades prisionais promovem grande mobilidade populacional, principalmente quando se leva em consideração o caso das cidades pequenas. Não apenas a população carcerária, mas também a de funcionários e policiais que se muda para estas cidades ou outras da região. Neste sentido, parte da população se sente mais segura com a instalação da unidade prisional, uma vez que sua presença significa um contingente maior de policiais e viaturas no município. Há também um grande fluxo de pessoas de várias cidades, que chegam aos municípios em caravanas, ônibus, etc, para a visitação dos detentos. Este processo também provoca algumas alterações na cidade, como o desenvolvimento de uma infra-estrutura básica e não oficial para atender a esta demanda populacional, e o desenvolvimento de um comércio alimentício, hospedagens e pensões, em função das unidades prisionais. Isto pode significar oportunidades de negócios e mais empresas.

Uma outra questão aliada aos presídios é a preocupação da população, que com a construção deles e a conseqüente vinda da população carcerária, também venham junto o crime organizado e facções criminosas diversas e rivais, uma vez que a atual administração tem buscado construir unidades prisionais com número reduzido de detentos e com maior distribuição dos mesmos. Por um lado, esta descentralização para o interior é uma medida que pode ser benéfica, diminuindo o número de detentos das diferentes unidades. Com isto se reduz a pressão nestes espaços de castigo, principalmente naqueles que apresentavam superlotação, como os casos dos complexos de Carandiru e do Tatuapé. Da mesma forma, os detentos podem ficar em presídios próximos de suas próprias cidades ou em cidades próximas, facilitando sua adaptação assim como a de sua família.

Porém, esta medida pode distribuir espaços de medo por uma área maior e por mais pontos do estado, com o agravante do forte crescimento anual da população carcerária, o constante sucateamento e abandono das unidades prisionais e a rotatividade dos governos e de

suas políticas. Além do fato de que a taxa de reincidência dos presos no estado hoje é de 58%. Desta forma, não há como prever se haverá ou não qualidade neste sistema. A distribuição espacial destes complexos penais pode ser observada no anexo 1.

Com o fim das atividades do complexo do Carandiru, na cidade de São Paulo, houve uma grande migração da população carcerária. Considerando-se o fato de que era o maior complexo penitenciário da América Latina, com mais de sete mil detentos, um grande contingente foi deslocado para outras casas de detenção, a maioria para outras cidades. Da mesma forma, seus familiares também participaram deste processo migratório.

Segundo Santos op. cit (1985, p. 49) “um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele”.

Seriam os presídios responsáveis pelo crescimento da violência nestas cidades? Nos locais onde estão presentes, os espaços de castigo apresentam uma imagem negativa, de insegurança. Por exemplo, Itirapina é mais conhecida pela presença da Penitenciária João Batista Sampaio do que pelos seus satisfatores climáticos, pela qualidade da água e de vida. A Penitenciária II tem capacidade para 852 detentos, e está no momento com 1.434 (2006), segundo a Secretaria de Administração Penitenciária. Enquanto isto, a população estimada do município é de apenas 14.647 (população 2005, Fundação SEADE). De acordo com a opinião de moradores, Itirapina se caracterizava por um município tranquilo, e acabou se tornando um local onde a insegurança e o medo são freqüentes, principalmente pela instalação das unidades prisionais.

Embora haja outros fatores atuais muito relevantes para as rebeliões nas unidades prisionais, como a guerra entre as facções criminais, é fato que a superlotação é um dos principais agentes motivadores para rebeliões nos presídios, principalmente no que se refere à detenção conjunta de presos de alta periculosidade. No recente ataque do PCC, já mencionado anteriormente, os 765 presos ligados ao “Comando” foram transferidos conjuntamente para a Penitenciária II de Presidente Venceslau, cidade com 38 mil habitantes. Destaca-se a grande apreensão e medo dos moradores, face à esta elevada transferência de presos de alta periculosidade para uma mesma unidade prisional.

Tabela 7 - Unidades Prisionais em pequenas cidades (até 20 mil habitantes). Perfil municipal Seade, 2005.

Município	População (2005)	Unidade Prisional	Capacidade das U.Ps. (2006)	População carcerária real 31/01/2006
Pres. Bernardes	15.349hab.	Unid. de Segurança Máxima/ Penit	160	129
Álvaro de Carvalho	4.632 hab.	Penitenciária	792	1217
Avanhandava	9325 hab.	Penitenciária	768	910
Flórida Paulista	10804 hab.	Penitenciária	768	1107
Getulina	10800 hab.	Penitenciária	792	1193
Guareí	11047 hab.	Penitenciárias (2)	1536	1886
Iaras	3609 hab.	Penitenciária	900	702
Irapuru	7238 hab.	Penitenciária	768	416
Itirapina	14647 hab.	Penitenciária (2)	1570	2358
Junqueirópolis	16767 hab.	Penitenciária	792	1156
Lavínia	5083 hab.	Penitenciária (3)	2304	1750
Lucélia	19000 hab.	Penitenciária	900	1258
Marabá Paulista	3839 hab.	Penitenciária	768	1002
Pacaembu	12724 hab.	Penitenciária/ Centro de Detenção Prov.+anexo	792	1175
Potim	16160 hab.	Penitenciária (2)	1536	2192
Pracinha	1395 hab.	Penitenciária	768	966
Reginópolis	4864 hab.	Penitenciária (2)	1536	2021
Riolândia	8981 hab.	Penitenciária	792	1197
Serra Azul	8132 hab.	Penitenciária (2)	1536	1993
Tupi Paulista	13037 hab.	Penitenciária	768	776
Valparaíso	19498 hab.	Penitenciária/ Cent Progr. penitenciaria	1464	2093
Caiua	4637 hab	Cent. Deten. Provisória	768	769

Fontes: Secretaria de Administração Penitenciária e Perfil Municipal Fundação Seade Organizada: pelo autor

A tabela 7 permite a visualização das unidades prisionais das pequenas cidades do estado, suas populações totais e suas populações carcerárias.

Impressionam os casos em que a população é extremamente reduzida equiparando-se à população carcerária, como são os casos de Iaras com uma população de 3.609 habitantes e 702 detentos, Lavínia com 5.083 e 1.750, Marabá Paulista com 3.839 e 1.002, Reginópolis, com 4.864 e 2.021, e Caiua com 4.637 e 769, respectivamente, e principalmente, o caso de Pracinha com uma população de 1395 habitantes e uma população carcerária de 966 presos. Se considerarmos que a população carcerária também é contabilizada na população total do município, restam apenas 429 pessoas e boa parte delas deve viver em função da penitenciária. De acordo com o perfil municipal da fundação SEADE, dos empregos ocupados pelo município, cerca de 70,81% corresponde à participação dos empregos na área dos serviços.

É possível observar também a capacidade de presos das unidades prisionais, que no conjunto dos municípios selecionados representa um total de 22.778 vagas, para uma presença real de 28.226. Isto mostra uma diferença de 5.448 detidos, o que não deixa de ser um valor

relativamente baixo para a realidade nacional. Esta se caracteriza pelas lotações, mas como o excesso do número de presos é uma das principais causas das rebeliões e, a população carcerária do estado não pára de crescer, isto deve ser visto com muita atenção e cuidado.

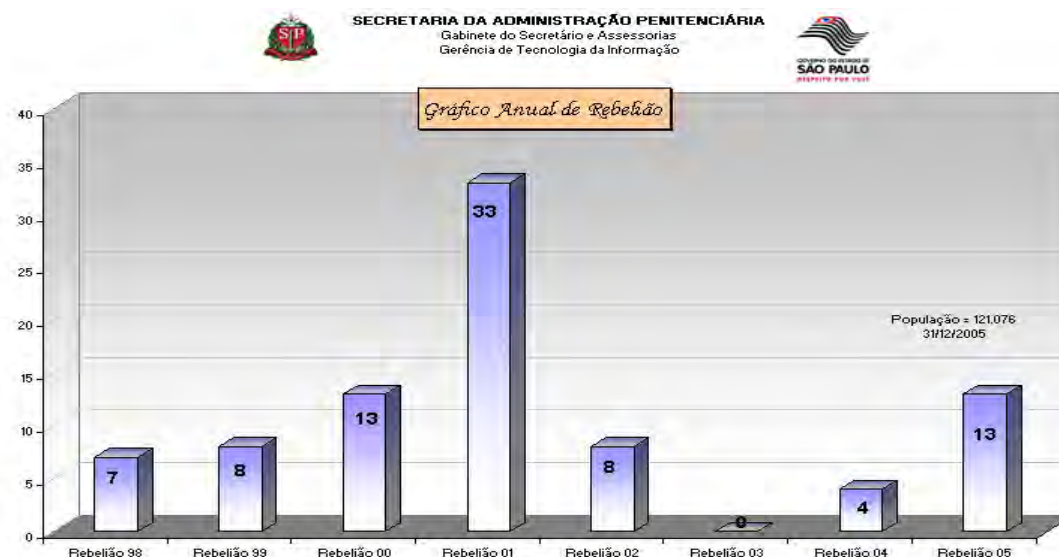


Figura 5 - Frequência anual de rebeliões nas unidades prisionais entre 1998 e 2005

Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária

Organização: Secretaria de Administração Penitenciária

Esta figura nos permite observar o número anual de rebeliões nas unidades prisionais mantidas pela SAP. Destaca-se o número alto de rebeliões em 2001, com 33 rebeliões, ano em que houve uma mega-rebelião no estado, na qual líderes do PCC supostamente comandaram, por celular, rebeliões simultâneas em 29 unidades prisionais de 19 cidades, provocando a morte de 16 internos e superando o total de rebeliões do período entre 2002 e 2005. O ano de 2005 também apresentou um número elevado, com 13 rebeliões, mas pode ser considerado um número baixo quando comparado aos totais de 2006. Como já foi dito, em dois dias o PCC coordenou a maior rebelião da história do Brasil, com levantes em mais de 70 unidades prisionais e fazendo 324 reféns. Estes números chamam a atenção, uma vez que desconcentrados e compactos, deveriam garantir uma melhor qualidade de vida para os presos e diminuir as rebeliões. Isto nos leva a duas hipóteses. Ou a política adotada não é capaz de conter as rebeliões, principalmente nos presídios, ou nem todas as unidades prisionais apresentaram uma melhoria na qualidade de vida dos presos. Mais uma vez destacam-se as rebeliões nos cadeiões administrados pela SSP, não contabilizadas.

Chama a atenção também que independente das condições dos cárceres, existem facções criminosas dentro das unidades, como o primeiro Comando da Capital (PCC), o

Comando Vermelho (CV) e o Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC). Sendo os dois primeiros aliados e rivais do CRBC. As três facções juntas são responsáveis pela maior parte das rebeliões e das mortes violentas nos presídios paulistas e brasileiros, caracterizando-se pela extrema violência nas ações e sendo agentes diretos na geração do medo e da insegurança de quem vive próximo aos presídios.

Pode-se destacar a falência do sistema penitenciário brasileiro como um todo. Foi só a partir da criação da Secretaria de Administração Penitenciária no estado, que esta situação começou a mudar. Atualmente, ocorre o processo de desativação dos cadeiões antigos e estão sendo construídas unidades menores e mais modernas em várias regiões do estado, propiciando melhores condições de vida para os detentos, o que facilita o seu controle. Porém, há fatores que podem minar o sucesso deste sistema como: o crescimento excessivo da população carcerária; o valor excessivo gasto na construção destes presídios, bem como a sua manutenção; e a instabilidade das gestões de governo, cujos mandatos duram quatro anos e podem gerar descontinuidade às políticas públicas do setor.

Deve-se considerar que nem todas as unidades prisionais representam espaços de medo e de castigo. Há os centros de ressocialização e outras variedades de unidades prisionais que não provocam o sentimento de insegurança na população. Por exemplo, o Centro de Ressocialização Feminino do município de Rio Claro, onde as detentas trabalham e realizam atividades, e também são tratadas de forma mais digna. Embora Rio Claro seja um município de porte mais elevado do que os estudados neste trabalho, o Centro de Ressocialização Feminino, assim como o recém criado masculino, não representam grande insegurança para os moradores próximos ao 1º Distrito Policial, onde se localizam as unidades. Como se sabe disso?

No sentido do tratamento digno para os detentos destaca-se o Programa Cidadania do Cárcere, no qual o governo do estado, através da Secretaria da Administração Penitenciária, firma convênios com entidades do terceiro setor e repassa o dinheiro para prestação de serviços aos detentos nas áreas médica, odontológica, jurídica, pedagógica, religiosa e nutricional, além de equipamentos, materiais de consumo, manutenção do prédio, etc. A entidade gerencia os recursos e os serviços para os presidiários, ex-presidiários e seus familiares, facilitando sua ressocialização. Este programa já ocorre em Araçatuba, Araraquara, Atibaia, Avaré, Birigui, Bragança Paulista, Campinas, Guareí, Hortolândia, Itapetininga, Limeira, Lins, Mococa, Mogi Mirim, Ourinhos, Piracicaba, Presidente Prudente, Rio Claro, São José do Rio Preto e São José dos Campos. Este programa recebeu em 2001 o prêmio do Programa Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas.

Toda esta problemática cria a oportunidade, como já afirmado, da realização de estudos a partir de especialidades diversas. Por isto a Geografia deve participar, de forma mais atuante, nos estudos referentes à criminalidade devido à sua abrangência e à sua visão holística da realidade, trabalhando com a espacialização da criminalidade e sua relação com o meio em que o evento ocorre, o que permite ao geógrafo uma visão mais ampla nos estudos. Segundo Félix (op. cit 3, p. 79):

“Análises espaciais (quantitativas e qualitativas) poderão se constituir em elementos de compreensão das relações entre as formas da violência e seus contextos e padrões, fornecendo oportunidades para o desenvolvimento de políticas de prevenção mais efetivas.”

Desta forma, a contribuição dos geógrafos para as políticas públicas e o planejamento representariam um acréscimo qualitativo, através da análise espacial e social deste fenômeno. Igualmente, segundo Ferreira e Penna (2005, p. 5054):

“O olhar geográfico sobre a violência permite mostrar uma outra dimensão da criminalidade, que é a territorialização da mesma: a formação dos territórios da violência e como a violência se realimenta pela inércia espacial. Ao se admitir o papel do espaço urbano no processo de produção e reprodução da violência, pode se considerar o valor estratégico do mesmo na ação sobre a violência, como mais uma alternativa no combate à criminalidade.”

Desta forma as unidades prisionais, regra geral, impactam negativamente na paisagem e no cotidiano das cidades do estado de São Paulo. Esta situação se intensifica considerando o seu efeito em uma cidade de porte reduzido, a qual apresenta modificações urbanísticas e cotidianas de forma muito visível e significativa sobre sua população.

Neste contexto de cidade pequena, que abriga uma unidade prisional em seu sítio, será abordada no capítulo seguinte a situação em que se encontra o município de Itirapina, estudo de caso deste trabalho.

3. Itirapina: Caracterização e Estudo de Caso

3.1. Introdução

Nos capítulos anteriores buscou-se fazer uma revisão da temática da criminalidade e do medo do crime no contexto das cidades pequenas, através da literatura.

No atual, o cerne estará baseado no estudo de caso do município de Itirapina, através de sua história, análise demográfica, socioeconômica, etc. Desta forma, tendo como referência a questão da existência de dois grandes presídios como potenciais de geração de problemas. É este aspecto que servirá como fundamentação para a elaboração e a aplicação dos questionários sobre parte da população urbana. Afinal, as unidades prisionais são positivas ou negativas para Itirapina?

3.2. Transformações espaciais e temporais do município de Itirapina

A cidade estudada tem sido marcada historicamente por grandes alterações de natureza bastante variada. Nesta sucessão de mudanças, uma delas é peculiar e relevante: a criação e a instalação dos presídios Dr. Antonio de Queiroz Filho e João Batista de Arruda Sampaio, respectivamente, em 1976 e 1996. Apesar de serem dois componentes, bastante pontuais, na perspectiva espacial, são indispensáveis para a avaliação da sociedade. Neste aspecto a natureza de suas demandas e o caráter de centro gravitacional para familiares dos detentos originários de amplas áreas do estado de São Paulo, faz com que esta mudança assuma aspectos interessantes e relevantes para a compreensão de Itirapina.

A seguir apresentam-se elementos de Itirapina, utilizados com a finalidade de facilitar a compreensão da situação atual do município e de sua população. Também para contextualizá-lo em relação à região em que está inserido, tendo como referencial a natureza das mudanças e o papel que os presídios passaram a exercer no município desde suas instalações. O texto a seguir teve como base informações referentes à Itirapina, extraídas de documentos históricos, e as demais informações, organizadas e modificadas pelo autor.

Durante os três primeiros séculos do descobrimento do Brasil, a população se concentrou principalmente no litoral brasileiro. No caso do estado de São Paulo, a ocupação do interior se deu em grande parte pela ação dos bandeirantes.

A região de Itirapina acabou sendo ocupada por estes pioneiros, uma vez que era ponto de passagem na busca de terras em direção à Cuiabá. Desta forma, a ocupação da região

se mostrava importante, uma vez que havia a presença indígena na área, a qual fazia frente aos conquistadores. Este fato é um indicador primário da violência na área, neste caso, com os conflitos entre bandeirantes e parte da população indígena. Foi um período em que a violência por parte das bandeiras era de certa forma justificada pela população, objetivando a conquista das terras e das rotas comerciais, a busca por metais preciosos, assim como o aprisionamento indígena.

Neste sentido, a violência já é antiga na região, assim como em praticamente todo o estado. Porém, não se pode dizer o mesmo da criminalidade. Para que seja criminalidade há a necessidade que exista uma lei que a defina como tal. Realidade muito distante do que ocorria no interior do estado, séculos atrás.

Embora não seja apropriado falar em crime, a questão do medo da violência já podia ser encontrada desde o século XIX, face à ameaça indígena para o povoado. Da mesma forma significava a ação das bandeiras sobre a população indígena.

O primeiro núcleo populacional não indígena na área se formou em 1833 junto ao Morro da Bandeira, principalmente com imigrantes de origem portuguesa da Ilha da Madeira, com a construção de algumas casas. Seis anos depois, ocorreu a construção da capela Nossa Senhora da Conceição. Desta forma, o lugar passou a ser denominado Nossa Senhora da Conceição da Serra do Itaqueri, tornando-se freguesia por Lei Provincial nº 5, de 5 de julho de 1852 e por Decreto Estadual nº 9, de 8 de janeiro de 1890. É importante ressaltar que a construção de capelas e igrejas era uma condição indispensável para que se fixasse um núcleo populacional em uma região. Tanto pela fé que era largamente seguida, quanto pela importância simbólica do monumento católico.

O povoado passou a se chamar Itaqueri e atingiu alguma prosperidade com a expansão cafeeira na região. De acordo com Matos (1974), quase toda a rede ferroviária do estado de São Paulo foi construída em função da cultura cafeeira:

“O café, em sua “marcha”, ou no seu “roteiro, marcaria a fisionomia paulista..., povoaria regiões novas, abriria zonas pioneiras, plantaria um rol de cidades vivas, que durante muito tempo vão viver do café, e as quais, quando ele as abandonou, sempre na sua itinerância, procurarão outros embasamentos econômicos e às vezes de tal maneira que, visitando-as, nem nos lembramos de que ali, um dia existiu café.” (p.43)

Porém, embora Itaqueri apresentasse terras propícias para o cultivo do café, não houve um desenvolvimento significativo em função das dificuldades de transporte e de acesso ao povoado, localizado no alto da Serra do Itaqueri, área com aproximadamente mil metros de altitude. O transporte era feito pelo gado mular, e com as adversidades topográficas para alcançar a vila, tornava o preço do produto muito alto.

Em abril de 1871, Itaqueri foi elevada à categoria de Distrito e teve suas divisas demarcadas. Porém, em 1872 formou-se uma nova vila chamada Itaqueri de Baixo ou da várzea, localizada a 5 quilômetros de Itaqueri da Serra, às margens do Ribeirão Itaqueri e numa situação geográfica mais favorável não só para negociar com os viajantes, mas para ter mais facilidade no transporte, junto à estrada que ligava Rio Claro à Brotas. Este novo núcleo se desenvolveu a partir do comércio com os viajantes que seguiam para Araraquara e Mato Grosso.

De acordo com Guariento (1987, p.3):

“Em conseqüência do difícil caminho da serra e das dificuldades de transporte da época, os moradores de Itaqueri da Serra, aos poucos, de lá foram saindo e se fixando mais abaixo, nas planícies, ao lado da estrada que de São João de Rio Claro demandava Brotas, em uma região situada a uma légua daquela freguesia... Nesse local, próximo ao Ribeirão de Itaqueri, os novos moradores construíram suas casas, armazéns de secos e molhados, hospedarias para atenderem aos viajantes que se destinavam aos sertões de Araraquara e Mato Grosso. Também ergueram uma capela junto à margem da estrada.”

Aos poucos muitos moradores do alto da Serra passaram a se mudar para a nova vila, intensificando as atividades comerciais da mesma. Também construíram uma capela, e este episódio gerou uma disputa entre os moradores das duas vilas, pois ambos exigiam a posse exclusiva da imagem de Nossa Senhora da Conceição, que se encontrava em Itaqueri da Serra.

A disputa chegou a tal ponto que a imagem acabou sendo roubada pelos moradores de Itaqueri de Baixo. Logo depois os moradores de cima realizaram o mesmo ato, retomando a posse da imagem da Santa. Houve até guarda armada, dia e noite, na porta da Igreja para evitar novo roubo. A tensão só diminuiu com a ação de um padre visitante, que determinou que a imagem ficasse na igreja de Itaqueri da Serra, onde se encontra até hoje.

Assim, levando-se em conta o objetivo deste trabalho, é interessante destacar para este município a ocorrência de “crimes”, gerando problemas para as duas comunidades. Entretanto, num nível muito diverso daquele que Itirapina viria a enfrentar a partir de 1976, com a implantação do primeiro presídio.

A economia do local, baseada no comércio com os viajantes, começou a mudar positivamente com a construção da estrada de ferro que chegou a Itirapina e da primeira estação. Com isto, os moradores de Itaqueri de Baixo começaram a se mudar para a Vila do Morro Pelado, que foi inaugurada em 1883.

Segundo Matos (op. cit), o governo imperial, entusiasmado pelo progresso acelerado da viação férrea paulista, interessou-se pela construção de uma linha que partisse de Rio Claro, até então ponto final dos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e se dirigisse às margens do Paraná ou do Parnaíba em direção ao Mato Grosso. Porém, a Paulista não se interessou pelo trajeto proposto e o traçado construído acabou sendo um pouco diferente do inicial, tendo como objetivo o prolongamento da linha até Araraquara.

Diferente do projeto anterior que se aproximava do Morro do Cuscuzeiro, hoje Analândia, o prolongamento deveria passar pelo Morro pelado. Na Estação de Itirapina haveria uma bifurcação cuja linha principal seguiria para São Carlos e o outro ramal para Brotas, Dois Córregos e Jaú.

É importante ressaltar duas funções que a ferrovia exercia no século XIX e boa parte do século XX. A primeira corresponde ao papel exercido pelos trens, não só para os moradores de Itirapina como para região, sendo o principal meio de transporte de carga e de passageiros, até aproximadamente os anos 80. A segunda corresponde à circulação de pessoas que ocorria no município, que acabou se tornando o eixo de baldeação entre São Paulo e os sertões do estado, caracterizando-se como uma via de integração. Desta forma, as pessoas ficavam em Itirapina por horas, circulando e consumindo no município, enquanto ocorriam as trocas dos trens.

De acordo com Garcia (1988, p. 152):

“A Ferrovia apresentava-se como a única resposta ao grave problema de escoamento da produção cafeeira do “oeste paulista”, principalmente para Rio Claro e municípios vizinhos, localizados no sertão cafeeicultor ”

Segundo a mesma autora (1988, p. 158):

“Essa expansão ferroviária levou a inúmeras transformações na paisagem urbana, constituindo a chegada dos trilhos um marco histórico das cidades. Com a estrada de

ferro, veio todo o aparelhamento que ela exigia, principalmente quando a cidade, por alguma razão, passava a ser sede de qualquer atividade especial como, por exemplo, armazéns, oficinas de reparos e construção de carros, escritórios, ponto de cruzamento de trens, local de baldeação, etc. Estes fatores refletiam na vida da cidade. Constituía mercado de trabalho e estimulava ao mesmo tempo uma série de atividades correlatas.”

Conforme registros de Guariento (op. cit), a Estação Ferroviária do Morro Pelado foi inaugurada em 1º de junho de 1885. Cinco anos mais tarde, a Sede da freguesia de Itaqueri foi transferida para junto da estação ferroviária de Morro Pelado, onde se encontrava a nova aglomeração urbana e a nova Capela. Somente em 1900, através da Lei nº 719, o povoado de Morro Pelado recebeu o nome de Itirapina, que apresenta o mesmo significado em tupi-guarani.

Em 1914, a empresa ferroviária iniciou os trabalhos para remodelar e alargar a bitola além do município de Rio Claro, com um novo traçado que passava por Itirapina, inaugurando em 1916 o trecho até São Carlos. Também neste momento foi concluída uma nova estação em Itirapina, construída a cerca de 500 metros da antiga, para que, como já foi dito, pudesse abrigar a bifurcação das linhas, que passou a pertencer ao tronco principal. Esta estação, construída pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, seria o ponto de encontro do novo tronco, com bitola larga, seguindo para Rio Claro com um ramal para Jaú.

Na década de 30, Itirapina foi considerada a mais importante estação baldeadora da América do Sul. Em seus armazéns trabalhavam 387 empregados que se envolviam, conforme os registros, com o total de 199.541 vagões baldeados, além de 363.219 volumes de encomendas, de acordo com a Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Neste período, através do Decreto 7031, Itirapina alcança status de município.

Em 1941, o ramal de Jaú se fundiu aos demais e Itirapina se tornou um ponto de bifurcação. Assim, deixou de ser um lugar de baldeação de uma bitola para outra na estação que ainda hoje existe, embora esteja desativada. Atualmente se encontra abandonada e serve de moradia para sem-tetos.

Com a ferrovia o município teve seu período áureo, e com o fim do ciclo cafeeiro e a perda de importância da ferrovia, Itirapina apresentou uma estagnação econômica e demográfica por décadas, principalmente no período compreendido entre as décadas de 60 e 80, período em que acabou crescendo negativamente. Desta forma, começa a fazer parte de uma parcela significativa de pequenos municípios que persistem, muitas vezes, na estagnação

social e econômica, e sobrevivem demograficamente apenas com o crescimento vegetativo de suas populações.

Entre as décadas de 50 e 60 a atividade econômica fundamental do município era essencialmente a agrária, predominando os cultivos de café, arroz, milho, batata e cebola. Havia também alguns estabelecimentos industriais, baseados na extração de produtos minerais.

Esta situação se altera, de forma inicial, com a exploração turística da represa do Lobo, construída em 1936 para obtenção de energia elétrica. Em período mais recente, novas e diferentes mudanças passam a ocorrer com a instalação das unidades prisionais, o que significou um aquecimento na economia do município. Ambas trazem para a cidade mudanças bastante diferenciadas.

Itirapina apresentava-se, na década de 80, numa situação de estagnação populacional e econômica, que impedia o seu crescimento. Porém, vem registrando nos últimos anos um significativo crescimento, proporcionalmente à sua categoria de município.

Itirapina está localizada sobre a região das Cuestas Basálticas, onde se encontram cachoeiras com até 100 metros de altura, cavernas de arenito, vales, serras e morros com até 1.000 metros de altitude em relação ao nível do mar. Está dentro da APA (Área de Preservação Ambiental) de Corumbataí, que tem preservado grandes áreas de cerrado, remanescentes de Mata Atlântica e Matas Ciliares nos diversos rios que cortam a região, proporcionando assim um cenário propício para a prática do ecoturismo e o turismo de aventura.

Cenário e potencial que o município vizinho, Brotas, buscou para o desenvolvimento de sua economia, o ecoturismo, utilizado como alternativa de desenvolvimento econômico local. De acordo com Pereira e Gonçalves (2004, p. 162):

“Assim, o meio urbano de Brotas conhece algumas mudanças, principalmente no entorno do “Parque dos Saltos”, do Rio Jacaré Pepira, no centro da cidade”. Agências de ecoturismo, pousadas, hotéis e outros estabelecimentos comerciais renovam o conteúdo e as ações do centro, que conhece uma modernização das atividades de comércio e serviços. “Bares, restaurantes e meios de hospedagem se instalam no centro com características modernas, à imagem dos estabelecimentos das cidades grandes, visando atrair o turista da metrópole.”

Porém, Itirapina também iniciou este processo através da exploração da represa do Lobo ou Broa. A represa apresenta grande atratividade turística, configurando-se praticamente

numa cidade dentro de Itirapina. Nas suas margens foram construídos condomínios, loteamentos, balneários, o Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada (CRHEA) da Universidade de São Paulo (USP), o Horto Florestal de Itirapina e demais propriedades particulares.

Como atrativos destacam-se as cachoeiras São José, Passa Cinco, de Itaqueri, da Lapa e do Saltão; a gruta Boca do Sapo; a praia do Broa; a Serra do Itaqueri; o Morro do Fogão; o vale do rio Cachoeira; o Morro do Baú; a Serra do Itaqueri; o Morro Pelado; a Capela de Nossa Senhora da Conceição; a Igreja Santo Antônio; o antigo terreiro do café (do século XIX); a Fazenda Palmeiras; o Horto Florestal; o lago da estação experimental, etc.

Aliado a estes atributos paisagísticos, o município ainda apresenta localização privilegiada, sendo que dista a 210 quilômetros da cidade de São Paulo, 120 de Ribeirão Preto e 110 de Campinas, grandes pólos econômicos regionais e nacionais. Portanto, apresenta condições e atrativos turísticos, aliado ao fato de ser uma pequena cidade com os satisfatores que a caracterizam. Mas, ao invés de ser um espaço do bom e do agradável, vem se tornando um espaço do medo.

Pode-se considerar, a partir da visão deste trabalho, três momentos importantes na história do município: o momento anterior à construção do presídio; o referente à sua construção; e aquele posterior, neste caso, considerando seus efeitos. Esta periodização pode ser considerada de pouca importância no contexto do estado de São Paulo. Porém, para Itirapina e para os fins desta pesquisa ela contempla os períodos-chave para a análise do município. O que é na atualidade Itirapina em termos de alguns indicadores de medidas demográficas e não demográficas?

3.3. A Dinâmica Demográfica

A dinâmica demográfica de um município é um processo, que decorre do crescimento vegetativo e das migrações. Das relações entre estas variáveis temos o crescimento positivo ou negativo de uma população. Desta maneira, seu estudo é indispensável como variável relevante num amplo espectro de questões que oscilam entre aquelas ambientais, sociais, econômicas, etc.

Neste estudo, especificamente, a consideração desta dimensão tem dois direcionamentos. O primeiro envolvendo a compreensão da dinâmica, considerando o papel que a criação dos presídios exerceu e exerce, nas mudanças observadas. O segundo, vinculado à compreensão da dinâmica da espacialização da população na área urbana de Itirapina, como

componente de suporte para o trabalho de campo implementado e para a compreensão dos resultados obtidos.

Itirapina se encontrava em terras de Rio Claro, sendo elevada à categoria de distrito em 1911, figurando como tal até a década de 30. Obteve sua emancipação em 1935, registrando população de 8.695 pessoas de acordo com o censo de 1940, constituindo-se assim do Distrito Sede e daquele de Itaqueri da Serra. Este desmembramento se deu num momento em que muitos municípios buscavam sua emancipação. Em 1940, existiam cerca de 1574 municípios, e entre os anos de 1950 e 1960, segundo os dados do IBGE, foram criados outros 877. Para estas mudanças as transformações demográficas têm papel relevante.

Assim, a análise do crescimento populacional é de grande importância para o estudo dos municípios, servindo como um instrumento para se avaliar suas dinâmicas demográficas. De uma maneira geral, Itirapina chegou a apresentar crescimento populacional negativo, passou por um momento de estagnação e voltou a crescer positivamente. Esta última fase guarda relação significativa com a questão dos presídios.

Em caráter específico, a dimensão demográfica é um elemento de grande importância no estudo criminal, bem como a criminalidade que se implantou após a criação dos presídios, tornando-se um elemento praticamente indissociável, principalmente levando em conta implicações mais profundas na sociedade. Como exemplo, temos as questões do medo e também, de forma significativa, as alterações espaciais e na fisionomia das paisagens urbanas.

Neste sentido, Caldeira (2003, p.9) afirma que “a violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social”. Portanto, forma-se um padrão de segregação urbana baseado nos enclaves fortificados. Estes enclaves estão se tornando elementos paisagísticos, cada vez mais comuns nas cidades, cuja população mais abastada vive reclusa.

Considerando o termo “enclaves fortificados”, que geralmente é utilizado para os condomínios fechados, de certa forma pode ser adotado no caso das unidades prisionais. Embora Caldeira não se refira, especificamente, às prisões em seu trabalho, há algumas características em sua definição que se identificam com as mesmas. De acordo com a autora, (op. Cit. 258/9) os enclaves “São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança que impõem as regras de inclusão e exclusão”.

Podem ser considerados elementos compositores da paisagem, devido o seu tamanho e função, e não passam despercebidos no contexto paisagístico de qualquer cidade. Ainda mais no caso de cidades com população reduzida.

A dimensão demográfica está intimamente ligada às questões relacionadas à criminalidade. De acordo com Doran e Lees (2005) e Jacobs (op. cit 1), a simples presença de população, ou “vigilância natural” em locais de maior periculosidade ou em qualquer outro local é um fator de grande importância para dificultar a ação de criminosos. Na atualidade, principalmente nas grandes cidades, devido ao medo e ao individualismo, a rua torna-se um lugar que deve ser evitado nos horários de maior risco. Doeksen (1997), em seu estudo sobre o medo do crime na Nova Zelândia afirmou que a imprensa, seguindo uma tendência internacional, está acostumada a mostrar a violência e o horror, criando assim um novo inimigo: o vizinho desconhecido. Isto gera ansiedade e isolamento. Portanto, este fenômeno não é exclusividade de locais cheios, vazios, desenvolvidos, etc. É uma realidade que grande parte da população enfrenta todos os dias, compondo verdadeiros endereços criminais que passam o medo para a população e que devem ser evitados.

Uma questão de grande importância no ambiente urbano é a da segurança nos espaços públicos. Para Jacobs (op. Cit 2), as ruas são o reflexo das cidades no tocante à violência e ao medo. A autora trabalha com a relação direta entre a segurança e a circulação de pessoas nas ruas. Desta forma, uma rua com infra-estrutura que propicie a circulação de pessoas em todos os horários do dia, precisa ter três características principais:

- Apresentar uma nítida separação entre o espaço público e o privado. Não pode haver a mistura para que as pessoas possam ser respeitadas e circulem por estas vias;
- Ter olhos para a rua, o que a autora chama de proprietários naturais da rua. Assim, as janelas devem estar voltadas para a rua, garantindo a vigilância natural da população;
- A calçada deve ter circulação ininterrupta de pessoas, aumentando a vigilância natural e induzindo quem está dentro dos edifícios a olhar para rua. Na cidade de Itirapina estes olhares podem ter um outro direcionamento, no qual a população, sem que seja através das janelas, olha os imponentes edifícios de seus dois presídios.

A partir daqui, passa-se a estudar a dimensão demográfica do município, com ênfase na questão migratória, que guarda relação direta com a introdução dos presídios.

Durante a primeira metade do século XX, a população brasileira apresentou taxas de crescimento próximas a 2% ao ano, que variaram de 2,25% entre 1900/10 a 2,06% entre 1940/50. Este padrão foi fruto da relação entre as altas taxas de fecundidade, considerando o fato de que a maior parte da população vivia na zona rural, com as também altas taxas de

mortalidade, face à carência em relação a serviços básicos de saneamento e de acesso à saúde, o que fez com que o Brasil apresentasse um crescimento vegetativo relativamente estável.

Este padrão de crescimento se alterou em função da diminuição da taxa de mortalidade, aproximadamente a partir da década de 40, devido a melhorias na prevenção e no controle de doenças, principalmente com a massificação da vacinação. Porém, até o início dos anos 70 a fecundidade não acompanhou esta redução, permanecendo alta, o que fez com que a população brasileira crescesse cerca de 130% em apenas 30 anos.

Só a partir da década de 60 é que a taxa de fecundidade começou a diminuir de forma mais significativa, voltando a equilibrar as relações entre as duas variáveis. Este processo se deu principalmente em função do crescimento da população urbana.

Tabela 8- Evolução da população de Itirapina

Ano	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2005
Pop. Itirapina	7.309	8.082	6.965	6.896	9.951	12.764	14.647
Pop. Estado	9.134.423	12.809.231	17.670.013	24.953.238	31.436.273	36.909.200	39.949.927

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1950, 60, 70, 80, 91,2000 e Contagem da População 2005 / Fundação Seade, Memória das Estatísticas Demográficas.

Organizada: pelo autor

No caso de Itirapina, sua evolução demográfica, conforme tabela 8, evidencia dois momentos. Um correspondendo ao período definido entre 1950 e 1980, com o registro do aumento dos totais populacionais, mas também com reduções. O outro, a partir de 1980, apenas com crescimento positivo. É neste último que temos a criação da segunda penitenciária (1996), que veio agregar-se à primeira, inaugurada em 1976. São estes dados que envolvem os processos migratórios, os quais, em parte, se vinculam à existência dos presídios. O crescimento negativo de Itirapina entre as décadas de 70 e 80 pode ser explicado por dois fatores: o primeiro, pelo fato de a unidade prisional ter sido inaugurada em meados de 70, o que não implica na sua efetivação total, assim como a sua ocupação total; o segundo, considerando que o cenário para a criminalidade era outro. Não havia índices tão significativos de criminalidade, assim como um volume de presos tão grande.

Para efeito de comparação, a tabela 8 registra também a evolução demográfica da população do estado. Pode-se observar que a mesma aponta um crescimento positivo, em todos os períodos referenciados, o que não se reflete na evolução da dinâmica de Itirapina. Destaque para o período entre os censos de 1970 a 80, no qual o estado registrou um acréscimo populacional aproximado de 7.283.225, o município em questão registrou um decréscimo de 76 pessoas, ou seja, 41,22 e 1,09%. Como síntese, verifica-se que entre 1950 a

2005 o estado cresceu 437,9% e Itirapina 200,3%. Apesar do crescimento do município ser inferior ao do estado, quando o consideramos isoladamente ou no contexto dos pequenos municípios, verifica-se que seu crescimento é significativo. Isto tem relação com a questão dos presídios, o que pode ser observado no aumento significativo entre 1991 e 2000.

A partir destes dados macro, é interessante detalhar o município em algumas variáveis demográficas principais e outras não demográficas, mas significativas. O entendimento dos mesmos se mostra essencial para a compreensão do município. A tabela 9, a título de exemplo, registra alguns destes valores, oscilando entre 2000 e 2005.

Tabela 9 - Medidas demográficas e não demográficas do município de Itirapina

Variáveis demográficas e não demográficas	Itirapina	Região de Governo	Estado de São Paulo
População (2005)	14.647	263.247	39.949.487
Área (2005)	567 km ²	3.319	248.600
Densidade Demográfica (2005)	25,83	79,32	160,70
Taxa geométrica de crescimento anual da população 2000/5	2,72	2,22	1,56
Grau de Urbanização (em%)	89,91	94,76	93,65
Taxa de mortalidade entre 15 e 34 anos (por cem mil habitantes) 2005	159,46	141,84	152,66
Taxa de mortalidade por local de residência, por mil habitantes (2005)	6,14	6,45	5,89
Taxa de fecundidade Geral (por mil mulheres entre 15 e 49 anos) 2005	48,27	46,34	53,86
Taxa de Analfabetismo da População de 15 anos e mais (em %) 2000	8,31	6,10	6,64
População de 25 anos e mais com menos de 8 anos de estudo (em %) 2000	66,28	58,70	55,55
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDH 2000	0,783		0,814

Fonte: Fundação Seade- Informações dos Municípios Paulistas e Perfis Municipais. 2000 e 2005

Organizada pelo autor

Observação1: Os valores em negrito permitem identificar particularidades do município, em especial, a taxa geométrica de crescimento médio anual da população.

Observação 2: A Fundação Seade disponibiliza os dados das diferentes variáveis até 2005, com exceção dos dados que são obtidos dos censos demográficos, cujas últimas medidas se observam para o ano de 2000.

Uma análise detalhada destas variáveis implicaria na obtenção dos seus valores para outros momentos.

A figura 6 mostra a síntese da evolução da população total de Itirapina entre 1970 e 2006. De sua análise, podem-se destacar dois momentos: até 1980 com baixo crescimento, e a partir de 1980 com um aumento mais significativo e crescente. É interessante, a título de comparação, cotejar o crescimento do município com outros localizados na mesma região, o que aparece registrado na figura 7.

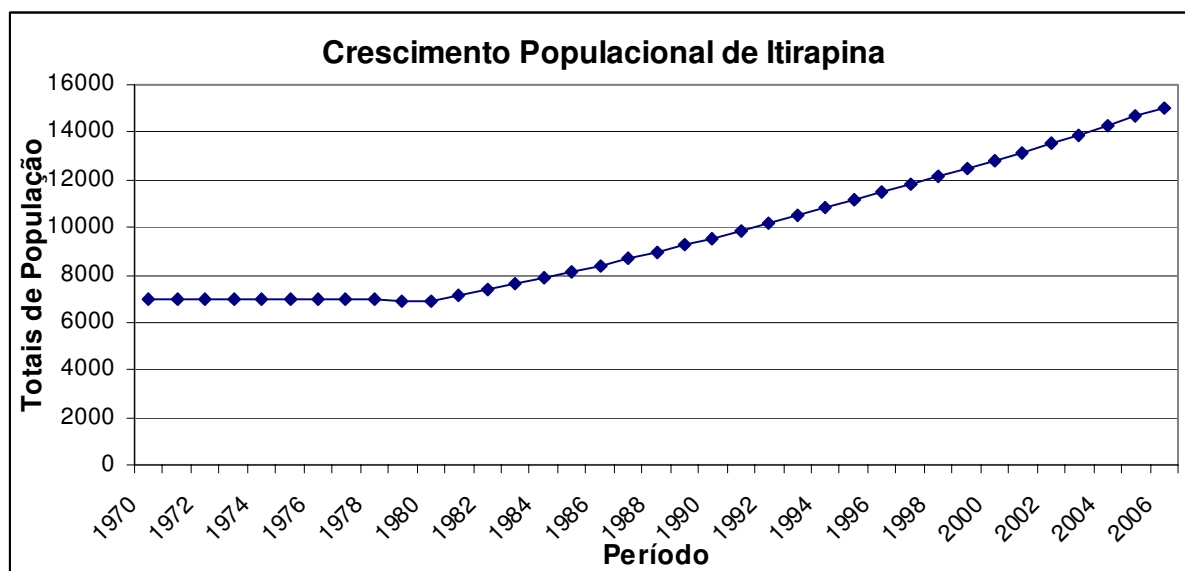


Figura 6 - Crescimento Populacional de Itirapina, entre 1970 e 2006

Fonte: Fundação Seade, memória das Estatísticas Demográficas

Organizada: pelo autor

A compreensão destes valores, em especial daqueles referentes ao aumento ou redução da população, vincula-se à avaliação das variáveis que determinam as mudanças, e que são três: nascimento, morte e migração.

Para a análise destes dados deve-se destacar que os registros anuais de nascimento nem sempre correspondem efetivamente aos nascidos no ano de registro. Há o problema dos registros tardios. Mesmo que não se considerem estes valores como geradores de problema para análise, eles não podem ser descuidados. Por exemplo, em Itirapina, os totais de registro de nascimento em 1980 e 1993, foram 185 e 225, respectivamente. Entretanto, os nascidos vivos naqueles anos foram 164 e 199.

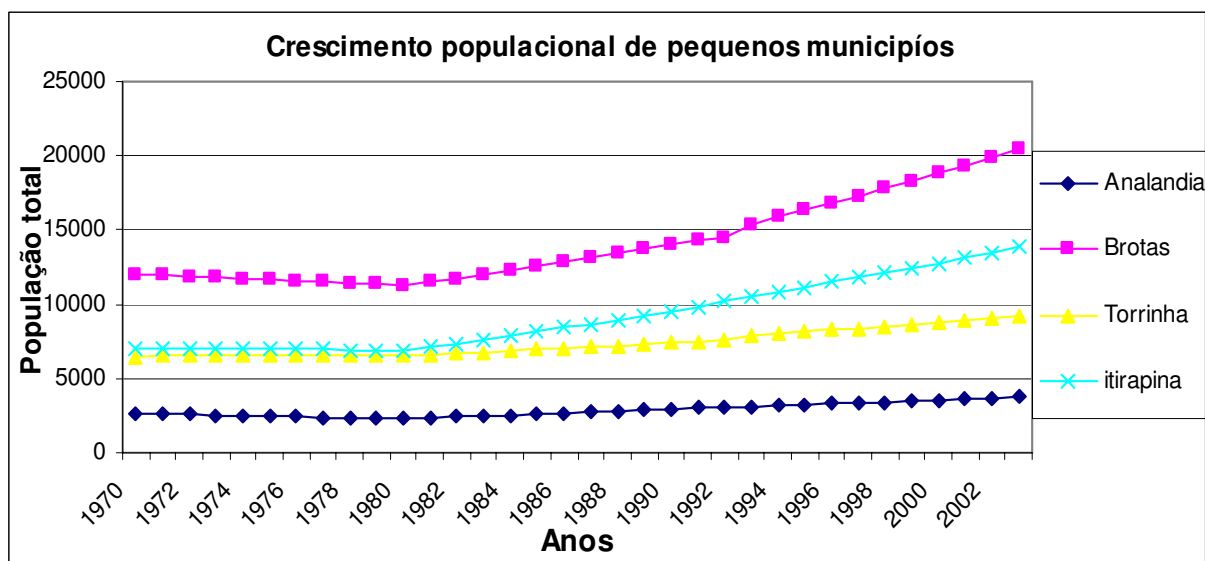


Figura 7 - Crescimento populacional de Analândia, Brotas, Itirapina e Torrinha, entre os anos de 1970 e 2003

Fonte: Memória das estatísticas demográficas-Fundação Seade

Organizado: pelo autor

A figura 7 apresenta registros comparativos entre os municípios com crescimento mais expressivo, dentre as cidades de pequeno porte, Brotas e Itirapina apresentam justificativas diferenciadas para este processo, enquanto Torrinha e Analândia apresentam crescimento bem menos significativo.

Na região de Itirapina encontram-se outros pequenos municípios que não apresentaram crescimento com padrões semelhantes ao do município, no período considerado, como é o caso de Corumbataí, Analândia, Torrinha, etc. No conjunto, percebe-se que todos estes municípios permanecem nas mesmas condições quanto ao crescimento no mesmo período, sendo que Itirapina ocupa o segundo lugar. O primeiro lugar corresponde ao município de Brotas, que alcançou fama nacional como área turística, principalmente com o turismo de aventura. Em decorrência disso, registrou mudanças demográficas mais significativas e particulares.

Embora detenha 5,56% da população da região de governo em que está inserido, o município de Itirapina corresponde a 17% da área total. Esta marca é especialmente significativa, principalmente, considerando-se o atual crescimento demográfico que o município apresenta. Estes valores se refletem na baixa densidade demográfica, que é bastante inferior à densidade da região e à do estado, conforme registrado na tabela 2.

A tabela 10, a seguir, registra para o período compreendido entre 1970 e 2006, os valores referentes aos nascidos vivos e aos óbitos gerais do município.

Tabela 10 - População total, nascimentos, óbitos e valores decorrentes do município de Itirapina, entre 1970 e 2006

Ano	População	Nascido vivo	Óbito Geral	Diferença	Crescimento absoluto da população	Taxa de fecundidade
1970	6965	96	44	52		
1971	6978	136	58	78	13	
1972	6987	91	60	31	9	
1973	6991	136	58	78	4	
1974	6991	144	51	93	0	
1975	6986	104	60	54	-5	
1976	6977	119	59	60	-9	
1977	6963	99	48	51	-14	
1978	6944	144	55	89	-19	
1979	6921	118	49	69	-23	
1980	6889	135	63	72	-32	81,97
1981	7125	150	64	86	236	88,29
1982	7368	163	55	108	243	92,82
1983	7618	171	58	113	250	94,37
1984	7874	169	47	122	256	90,42
1985	8137	151	52	99	263	78,32
1986	8408	166	59	107	271	83,42
1987	8694	226	69	157	286	110,24
1988	8969	199	55	144	345	94,09
1989	9260	208	87	121	291	95,37
1990	9558	200	62	138	298	89,01
1991	9862	192	64	128	304	83,04
1992	10190	205	73	132	328	85,74
1993	10526	208	65	143	336	84,1
1994	10865	219	81	138	339	86,05
1995	11184	188	84	104	319	71,67
1996	11490	202	91	111	306	74,87
1997	11808	207	79	128	318	74,68
1998	12127	201	88	113	319	70,58
1999	12447	221	90	131	320	75,66
2000	12764	188	66	122	317	62,77
2001	13154	215	86	129	390	68,98
2002	13513	188	67	121	359	57,94
2003	13880	172	72	100	367	50,99
2004	14258	172	89	83	378	49,04
2005	14647	176	90	86	209	48,27
2006	14983	205			336	54,61

Fonte: Fundação Seade, Séries Históricas -1970- 2006

Organizado: pelo autor

Obs: A Fundação SEADE só disponibilizava as taxas de fecundidade a partir do no de 1980.

Considerando os dados registrados, é importante destacar, inicialmente, a análise dos elementos desta dinâmica, como pode ser observada de forma comparativa na figura 8. Nela, com maior detalhamento de informação, pode-se constatar que entre os anos de 1970 e 1980,

o município se encontrava numa situação de estagnação populacional, registrando crescimentos negativos nos últimos cinco anos do período. Embora os valores tenham sido negativos, as mudanças não foram tão relevantes. A partir de 1981, o crescimento populacional passou a apresentar um novo modelo caracterizado pelo permanente crescimento, e seguiu praticamente constante até a atualidade, como pode ser observado na figura 6. De forma geral, a relação entre os nascimentos e os óbitos pode ser melhor compreendida quando graficada.

É importante ressaltar o novo censo demográfico do IBGE, que será lançado em 2010. Embora ainda não concluído, já apresenta dados preliminares necessários para a realização dos próprios censos. Como inovação, pode-se destacar o aumento significativo da população e do número de domicílios em Itirapina, o que gerou modificações nos setores censitários da cidade, cuja base de delimitação é o número de domicílios e de pessoas em determinada área. Desta forma, ela registrava 5 setores censitários em 1991, 12 em 2000 e 26 no censo demográfico de 2010.

A figura 8 mostra esta síntese que permite a comparação entre quatro diferentes variáveis que compõem a tabela 3, percebe-se que a partir de 1981 o aumento total da população é superior àquele gerado pelo crescimento vegetativo, o que indica alguma importância da migração para o crescimento populacional. Deve, também, ser considerado que este crescimento pode ter sido associado aos diferentes padrões de fecundidade, vinculados à população migrante. Principalmente considerando a população de mais baixa renda, que apresenta, regra geral, padrões mais altos de natalidade. Uma materialização deste fato está na estrutura do bairro Nova Itirapina, que apresenta casas bem simples, sob a forma de autoconstruções, característica típica de uma população de renda mais baixa.

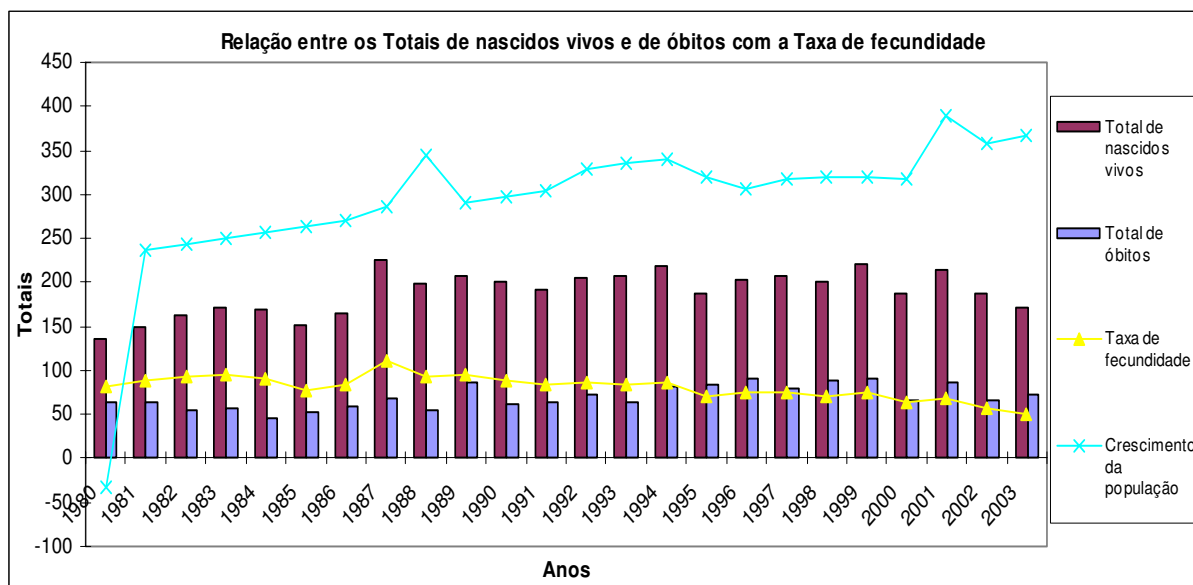


Figura 8 - Variação do total de nascidos vivos, óbitos gerais e a Taxa de fecundidade em Itirapina, no período entre 1980 e 2005

Fonte: Fundação Seade, memória das Estatísticas Demográficas. 1980-2005

Organizado: pelo autor

Também pode-se observar, que a partir de 1988 os dados de mortalidade passaram a um patamar superior, o qual guarda também relação com o processo de envelhecimento populacional. Este envelhecimento é um dos fatores mais significativos no aumento dos níveis de mortalidade de uma população. Melhores condições de vida e acesso a serviços de saúde têm levado ao crescimento da duração de vida, o que contribui também para este envelhecimento populacional. Por sua vez, este envelhecimento acaba gerando um aumento na taxa de mortalidade da população.

Ainda sobre a mortalidade do município, principalmente no que tange à mortalidade por causas externas, deve-se ressaltar, novamente, que os crimes ocorridos no interior das unidades prisionais são contabilizados no município. Portanto, homicídios ocorridos no interior dos presídios são registrados como ocorridos em Itirapina. Para efeito de comparação, analisando a taxa de mortalidade por agressões, por cem mil habitantes e para o ano de 2005, Brotas registrou 13,95; Torrinha 10,56; Analândia 25,48 e Itirapina 27,31.

Com relação ao percentual de nascidos vivos, considera-se que ele é bem inferior àquele referente ao crescimento da população no período. Esta situação evidencia o comportamento da migração ocorrida no município, especialmente a partir do censo de 1991. Isto é relevante principalmente porque se considera o fato de que a taxa de fecundidade no município apresentou tendência para redução.

Ainda relacionada ao comportamento da população, a tabela 11 registra os totais por gênero de alguns grupos de idade, que são relevantes para evidenciar a significância da migração para o município, considerando o período de 1980 a 2005.

Tabela 11 - Evolução de alguns grupos de idade e de gênero, entre os anos de 1980, 1991, 2000 e 2005

Grupos de gênero e idade	1980	1991	2000	2005
População total 20 a 24 anos	655	821	1.455	1.358
População total 25 a 29 anos	532	902	1.337	1.712
População total 30 a 34 anos	482	788	1.139	1.508
População total 35 a 39 anos	427	600	981	1.207
População feminina 20 a 24 anos	313	391	485	662
População feminina 25 a 29 anos	230	392	478	580
População feminina 30 a 34 anos	219	346	429	538
População feminina 35 a 39 anos	180	261	412	458
População masculina 20 a 24 anos	342	430	970	696
População masculina 25 a 29 anos	302	510	859	1.132
População masculina 30 a 34 anos	263	442	710	970
População masculina 35 a 39 anos	247	339	569	749

Fonte: Dados dos censos Demográficos do IBGE- 1980, 1991 e 2000. Fundação Seade. Informações dos Municípios Paulistas

Organizado: pelo autor

A tabela 11 permite a visualização das conseqüências das unidades prisionais sobre as estruturas demográficas do município ao longo do tempo. Principalmente, considerando-se o crescimento da população masculina em relação à feminina, o que proporciona a geração de uma razão de sexos bastante diferenciada. Por exemplo, temos os casos da população na faixa etária de 25 a 29 anos, cujo valor é de 195%, ou na faixa etária de 35 a 39 anos, que é de 163,5%.

Como já foi mencionado anteriormente, a migração que vem ocorrendo se dá principalmente em função das unidades prisionais, através da transferência de presos. Em muitos casos, da vinda de seus familiares ou das demais pessoas cujas atividades econômicas dependem dos presídios. Considerando-se estas variáveis, migração de presos e dos seus familiares, é possível identificar estes valores observando-se os dados da tabela 4. A partir dela é perceptível o aumento do total da população entre 20 e 39 anos. Além disto, percebe-se também o diferencial entre o total da população masculina face à feminina, considerando-se como exemplo, o grupo etário entre 25 e 29 anos entre 1970 e 2005, que para o total, temos o

acrécimo de 321,8%, para a população feminina de 252,2% e para a população masculina de 374,8%.

O censo demográfico de 1991 reforçou a tendência de recuperação do município em termos populacionais. Deve-se destacar que a unidade prisional 1, embora criada em 1976, somente entrou em atividade em 1979, fazendo com que seus reflexos tenham aparecido apenas no censo de 1991. O mesmo pode ser observado comparando-se os totais de população dos censos de 1991 e 2000, com um crescimento de quase 2 mil pessoas. Esta mudança pode ser creditada à construção e à inauguração em 1996 do presídio II de Itirapina. Este presídio, em função de graves distúrbios ocorridos no primeiro semestre de 2006, foi praticamente destruído e esvaziado por seus moradores. Reformado de imediato, começou agora (junho de 2007) a ser reocupado, atingindo um número significativamente alto de presos. Neste aspecto temos uma questão interessante, que é a grande mudança migratória entre o censo de 2000 e aquele que está sendo realizado agora. Neste período tivemos valores altos, redução brusca, e finalmente outra vez valores elevados.

Como componente da dinâmica demográfica, a tabela 3 apresenta as taxas de fecundidade para o município a partir de 1980. Estes valores estão graficados conforme figura 9.

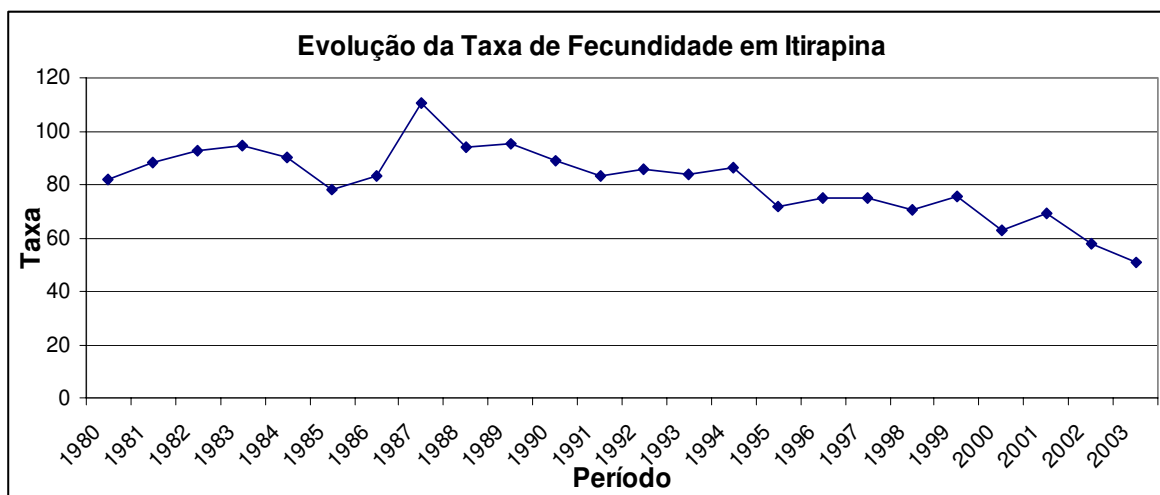


Figura 9 - Fecundidade no município de Itirapina

Fonte: Fundação Seade, memória das Estatísticas Demográficas

Organizada: pelo autor

De uma maneira geral, as taxas de fecundidade vêm sendo reduzidas consideravelmente na população brasileira. Segundo o IBGE, na década de 60 a mulher brasileira tinha, em média, 5,8 filhos, sendo que no ano 2000 estes valores declinaram para 2,3. Trata-se de uma mudança bastante significativa num intervalo de 40 anos.

O mesmo comportamento pode ser observado em Itirapina, que também registrou uma tendência de queda. Embora tenha apresentado pequeno crescimento entre 1980 e 1981, assim como um salto em 1987, as taxas apresentaram, no conjunto, crescimento negativo.

É interessante verificar, que a queda na fecundidade como componente demográfico, apresenta de uma maneira geral um perfil declinante, que é observado em todo o estado. As unidades prisionais, pelas suas próprias estruturas e funcionamento não guardam relação significativa com esta variável demográfica. Como componente social, ambos são elementos que modificaram o perfil demográfico do município. Sendo que as unidades prisionais guardam relação direta com os processos migratórios que Itirapina registrou, estes serão abordados a seguir.

3.4. Os processos migratórios nos pequenos municípios

Além dos nascimentos e mortes, a dinâmica demográfica de Itirapina, como já mencionado, sofre a influência dos processos migratórios. Os pequenos municípios apresentam uma dinâmica demográfica diferenciada em relação aos grandes. Em muitos casos eles se encontram em condição de estagnação econômica e social, dependendo

exclusivamente dos respectivos crescimentos vegetativos de suas populações. Entretanto, não desaparecem.

Soriano (2004) constatou que dos quinze maiores municípios do estado de São Paulo, apenas Santos apresentou crescimento negativo da sua população. Os outros apresentaram, no período correspondente entre 1970 e 2000, crescimento positivo e com valores expressivos, conforme tabela 12. Em relação aos quinze menores municípios do estado, sete deles apresentaram crescimento negativo, e os que apresentaram positivo não exibiram valores muito significativos.

Tabela 12 - Os quinze maiores municípios do estado de São Paulo

Ano = 1991		Ano = 2000		Crescimento (%)
Município	População Residente	Município	População Residente	
São Paulo	9.646.185	São Paulo	10.434.252	+8,17
Guarulhos	787.866	Guarulhos	1.072.717	+36,15
Campinas	847.595	Campinas	969.396	+14,37
São Bernardo do Campo	566.893	São Bernardo do Campo	703.177	+24,04
Osasco	568.225	Osasco	652.593	+14,84
Santo André	616.991	Santo André	649.331	+5,24
São José dos Campos	442.370	São José dos Campos	539.313	+21,91
Ribeirão Preto	436.682	Ribeirão Preto	504.923	+15,62
Santos	428.923	Santos	417.983	-2,62
Mauá	294.998	Mauá	363.392	+23,18
São José do Rio Preto	283.761	São José do Rio Preto	358.523	+26,35
Diadema	305.287	Diadema	357.064	+16,96
Carapicuíba	283.661	Carapicuíba	344.596	+21,48
Moji das Cruzes	273.175	Moji das Cruzes	330.241	+20,89
Piracicaba	283.833	Piracicaba	329.158	+15,97
Total	16.066.445	Total	18.026.659	Diferença: 1.960.214

Fonte: IBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000

Organizada: pelo autor

Tabela 13 - Os quinze menores municípios do estado de São Paulo

Ano = 1991		Ano = 2000		
Município	População Residente	Município	População Residente	Crescimento (%)
Borá	751	Borá	795	+5,85
Balbinos	1.221	Balbinos	1.313	+7,53
Águas de São Pedro	1.697	Águas de São Pedro	1.883	+10,96
Santana da Ponte Pensa	2.365	Santana da Ponte Pensa	1.894	-24,86
Monções	2.108	Monções	2.055	-2,57
Nova Independência	1.994	Nova Independência	2.063	+3,46
Nova Guataporanga	2.133	Nova Guataporanga	2.087	-2,20
Dolcinópolis	2.094	Dolcinópolis	2.152	+2,77
Queiroz	1.936	Queiroz	2.171	+12,1
Flora Rica	2.380	Flora Rica	2.177	-9,32
São João do Pau dalho	2.814	São João do Pau dalho	2.180	-29,00
Bento de Abreu	2.397	Bento de Abreu	2.394	-0,12
Santo Expedito	2.222	Santo Expedito	2.526	+13,68
Mira Estrela	2.667	Mira Estrela	2.596	-2,73
Cândido Rodriguez	2.328	Cândido Rodriguez	2.613	+12,24
Total	31.107	Total	30.899	Diferença: 2.088

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000

Organizada: pelo autor

Obs. Nesta tabela foi desconsiderado o município de Pracinha, que em 2000 registrava uma população de 1.430 pessoas, uma vez que o mesmo atingiu o status de município em 1993, o que não possibilitaria o cálculo do seu crescimento, no período considerado

Nas tabelas 12 e 13 pode-se observar os efeitos da migração para a dinâmica demográfica dos municípios e do estado como um todo. No caso das cidades pequenas a migração também tem um peso muito significativo.

Particularizando-se a tabela 13, na qual Itirapina não pode ser incluída em função de seu tamanho demográfico, que em 1991 registrava 9.862 e em 2000, 12.764. Entretanto, embora se situe num patamar um pouco menor, seu crescimento relativo foi de 29,42%. Este valor assume significância quando avaliado no contexto dos demais municípios que, entretanto, não têm em seus territórios qualquer unidade prisional.

Como já foi registrado, muitos pequenos municípios sobrevivem apenas com seu crescimento vegetativo ao lado da significativa emigração da população jovem, face às limitações de opções e possibilidades, que um centro de porte reduzido dificilmente pode oferecer. Porém, há fatores econômicos que geram o efeito inverso nesta categoria de municípios, como exemplo temos a instalação de alguma indústria ou outro ramo de atividade, o que possibilita o crescimento acelerado assim como um significativo efeito migratório. Como exemplo, temos o caso do município de Gavião Peixoto e a instalação da Embraer.

O mesmo vem ocorrendo no município de Hortolândia, no qual foram instaladas 700 empresas nos últimos dois anos, como a farmacêutica EMS, a Wickbold, a Magneti Marelli, a IBM, a Dell, as Casas Bahia, indústrias metalúrgicas diversas, redes bancárias, etc. No caso deste município, sua localização privilegiada foi um grande fator atrativo para as indústrias. Localizada próximo a Campinas e num centro de alta tecnologia, próximo a universidades como: a Unesp, a Unicamp e a UFSCar, geradoras de mão-de-obra qualificada.

3.5. A migração em Itirapina

A partir dos dados de nascimentos e mortes registrados na tabela 3, é possível observar a importância da migração para o crescimento do município. Esta é uma contribuição que merece uma cuidadosa reflexão, uma vez que não houve nenhum evento excepcional que justificasse a vinda de migrantes, de forma constante e numerosa, que não fosse a existência de presídios.

Em relação aos municípios que apresentam crescimento mais expressivo em sua região, como São Carlos e Brotas, há o caso de Itirapina, que associa seu crescimento, nas últimas décadas, em função da migração. No caso deste trabalho temos duas modalidades de migração, as quais apresentam, para este processo, razões diferentes dos outros migrantes: a primeira corresponde à migração compulsória, através da chegada de detentos; a segunda corresponde aos familiares desta população carcerária, que em alguns casos migram para a cidade onde o familiar está confinado. Nesta segunda modalidade trata-se de uma migração de origem diferente, que faz com que os migrantes não se identifiquem nas novas localidades, mas sim pelos seus vínculos com as duas unidades prisionais existentes, o que não facilita a identificação com a nova cidade de residência. Este fato ficou mais evidente com pesquisa de campo relatada mais adiante.

No contexto da cidade de Itirapina, há locais de maior concentração de migrantes, como por exemplo, o caso do Bairro Nova Itirapina, que surgiu no começo da década de 90, principalmente a partir da existência da Penitenciária 1, através dos familiares dos presos e das demais atividades relativas à unidade. É interessante destacar que este bairro, hoje com características da população de baixa renda, teve seu loteamento inicial voltado para a população de alta renda.

No caso de Itirapina, como pode ser observado na tabela 14, embora haja uma considerável parcela da população de outros estados, para uma cidade de porte reduzido, a maioria dos que não são naturais do município é do próprio estado de São Paulo.

Tabela 14 - Procedência dos Não naturais do município de Itirapina, segundo as unidades da Federação, com destaque para o Estado de São Paulo

Ano	Pop total	Estado de São Paulo	Outros estados
1970	6965	6869	96
1980	6896	6420	476
1991	9951	8556	1395
2000	12836	10856	1980

Fonte: Censos demográficos de 1970, 80, 91 e 2000, IBGE

Organizada: pelo autor

Esta migração crescente é interessante, o que significa um aumento em termos econômicos para Itirapina, que passou a ser um local que se caracterizou como alvo de um tipo específico de população, o que não ocorria em décadas anteriores. Nesse caso, há a contribuição dos familiares dos presos, que não representam um percentual significativo na renda do município, pois em sua maior parte são de baixa renda. Porém, há o caso dos funcionários das unidades prisionais, em seus vários níveis, com uma participação um pouco mais significativa para a economia do município.

A tabela 15 a seguir, registra a procedência dos não naturais de Itirapina, de acordo com dados dos censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Tabela 15 - Procedência dos não-naturais no município de Itirapina

Itirapina	RS	SC	PR	RJ	ES	MG	GO	MT	MS	DF	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	AC	AM	RO	RN	PA	AP	TO	SP
1970	0	0	22	0	0	20	0	3	0	5	0	0	5	0	0	0	0	3	34	0	0	0	0	4	0	0	6869
1980	20	0	71	7	0	113	4	3	0	0	0	0	29	0	8	56	15	4	136	0	3	0	0	7	0	0	6420
1991	24	0	468	28	0	402	0	11	4	0	0	3	91	5	15	99	26	11	188	0	5	0	5	7	0	3	8556
2000	18	18	667	12	0	529	5	5	6	0	5	20	130	20	40	132	52	16	253	0	0	8	8	36	0	0	10856

Fonte: Censos Demográficos, 1970-80-91 e 2000. IBGE

Organizado: pelo autor

Obs. O estado de São Paulo está em destaque devido a sua expressiva importância em relação à procedência dos não naturais no município.

A partir dos dados registrados, dois aspectos chamam a atenção. Inicialmente a significância dos migrantes regionais apenas para o sudeste, nordeste e sul, em todos os períodos analisados. Para o ano de 2000, oriundos da região nordeste destacam-se os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia. Da região sul, o Paraná e o Rio grande do Sul; enquanto que no sudeste há uma quantidade significativa oriunda de Minas Gerais, com 4,23% , embora os migrantes naturais do estado de São Paulo sejam os predominantes, com 86,93%.

A questão da transferência de presos para Itirapina deve ser também considerada sob a perspectiva do sexo. A tabela 16 registra o total de não naturais do município em função do tempo e do gênero. Como pode ser observada, em todos os períodos analisados, a população masculina é superior à feminina. Isto em função da predominância de detentos.

Tabela 16 - Pessoas não naturais em Itirapina segundo o tempo de residência no município

Itirapina	Pop total	Não naturais	- 1	1 a 2	3 a 5	6 a 9	total
1970	6.965	homens	399	357	238	814	1472
1970	6.965	mulheres	462	224	241	751	1307
1980	6.896	homens	363	197	269	1146	1983
1980	6.896	mulheres	193	179	279	1056	1707
1991	9.951	homens	376	648	553	301	1878
1991	9.951	mulheres	278	550	529	382	1739
2000	12.836	homens	355	706	498	328	1887
2000	12.836	mulheres	270	498	476	330	1574

Fonte: Censos demográficos 1970, 80, 91 e 2000, IBGE

Organizada pelo autor

A tabela 16 mostra a quantidade de população não natural de Itirapina, segundo o tempo de residência. Evidencia-se que, em todos os períodos considerados, o número de homens é bem superior ao de mulheres, o que representa um número maior de migrantes do sexo masculino.

Destaca-se que, a população total de Itirapina apresentou crescimento positivo a partir da década de 80, com efetiva contribuição da migração. Assim, a partir deste período, esta população de fora, representada pelos não naturais na tabela 9, começou a fixar residência no município. Isto pode ser constatado, uma vez que o total de não naturais não apresentou grandes alterações na quantidade, no período entre censos, mas o total da população de Itirapina sim.

3.6. A migração e as unidades prisionais

A migração se configura num elemento de extrema importância para a compreensão da realidade do município em questão, principalmente considerando sua relação com as unidades prisionais.

Este crescente migratório se deu principalmente a partir do pleno funcionamento da Penitenciária 1 de Itirapina, que embora tenha sido inaugurada em 1976 teve sua efetivação em 1979. Como pode ser observado na tabela 14, houve um crescimento do número de não naturais no município da ordem de 41% entre os anos de 1980 e 1991. Crescimento semelhante pode ser observado entre 1991 e 2000, no qual ocorreu um acréscimo de 30%, o que também pode ser creditado à construção da segunda unidade prisional, cuja inauguração se deu em 1996.

Como já foi registrado, Itirapina não apresentou nenhum evento extraordinário que justificasse esta significativa vinda de migrantes para o município, proporcionalmente ao tamanho do mesmo. Portanto, as unidades prisionais representam o maior atrativo para os não naturais de Itirapina, considerando o processo migratório que vem ocorrendo de forma constante, a partir do ano de 1980.

Com relação à migração provocada pelas atividades das unidades prisionais, deve-se levar em consideração a análise da estrutura sexo-idade como importante ferramenta demográfica na caracterização do perfil demográfico de Itirapina.

3.7. Distribuição da população por sexo e idade

A análise da distribuição por sexo é outro aspecto importante no estudo demográfico dos municípios. A figura 10 a seguir registra a população por gênero no contexto do estado de São Paulo entre os anos de 1980 e 2006, assim como a razão dos sexos.

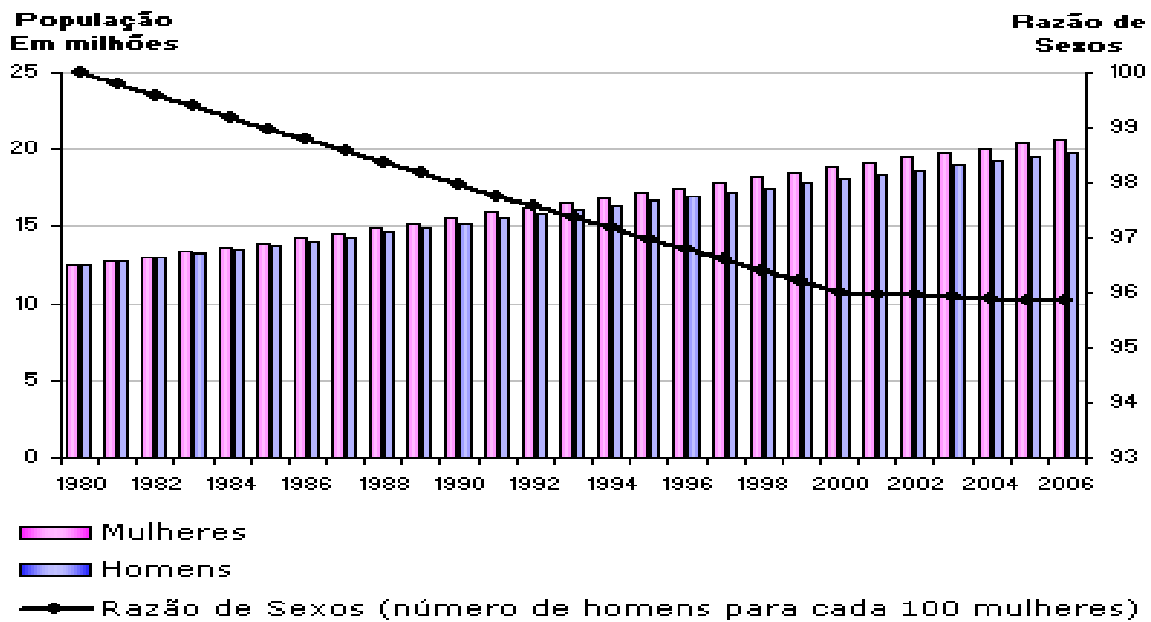


Figura 10 - População por Gênero e Razão de Sexos. Estado de São Paulo- 1980-2006

Fonte: Fundação Seade; IBGE

Organização: Fundação Seade

Como pode ser observado na figura 10, até o ano de 1982, o total de mulheres era praticamente igual ao de homens no estado. Só a partir de 1983 é que a população feminina ultrapassou a masculina, e esta tendência é observada até hoje.

Nota-se também, a partir do ano de 2002, uma estabilidade em relação à razão de sexos, que vinha numa seqüência de queda desde o ano de 1980, primeiro ano analisado.

A relação entre os sexos é uma variável significativa em Itirapina, como um indicador das modificações que as unidades prisionais causaram na estrutura demográfica do município. Como pode ser constatado na tabela 17 e na figura 10, há uma significativa diferença entre os totais de população masculina e feminina, para os períodos analisados.

Tabela 17 - População residente e por sexo, no município

Itirapina	total	homens	mulheres
1970	6.965	3.574	3.391
1980	6.896	3.552	3.344
1991	9.951	5.172	4.779
2000	12.836	7.146	5.690

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2000

Organizada: pelo autor

Pode-se destacar na tabela 10 dois períodos com características demograficamente diferentes. O primeiro corresponde às décadas de 70 e 80, quando a população de Itirapina

apresentava perfil de estagnação, com um crescimento negativo entre os censos de 1970 e 1980 da ordem de 0,56% da população total. O segundo entre 1991 e 2000, no qual Itirapina passa a apresentar as atuais taxas de crescimento e o número de homens passa a ser superior ao de mulheres. Como já foi dito anteriormente, ambos os períodos foram marcados pelos processos migratórios. Evidentemente que com direções diferentes, ou seja, de redução no primeiro e de aumento no segundo.

A evolução dos totais de população em função dos censos demográficos está graficada na figura 11 a seguir.

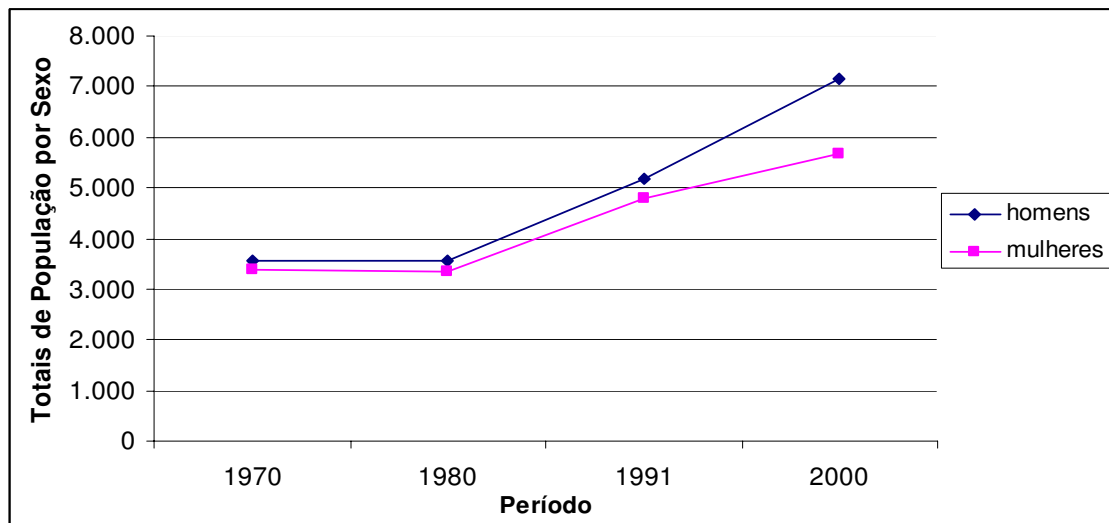


Figura 11 - Evolução da População masculina e feminina de Itirapina, entre 1970 e 2000

Fonte: Censos demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000. IBGE

Organizada: pelo autor

Verifica-se na tabela 17 e na figura 11 que a população masculina de Itirapina foi sempre maior que a feminina no período analisado. Porém, a diferença da relação era pequena considerando que, em 1970 era de 51,3 e 48,7%, e em 1980, 51,6 e 48,4%, respectivamente. Esta tendência continuou a aumentar até 1991, com 52 e 48%, e prosseguindo até o censo de 2000, quando os valores passaram para 55,6 e 44,4%. Esta situação é relativamente comum, pois o município apresenta uma parcela de população rural. Porém, esta discrepância se justifica também pela presença das unidades prisionais que representam quase 20% da população total do município.

Pode-se estabelecer uma relação importante com as unidades prisionais, que abrigam aproximadamente dois mil presos homens. Isto pode ser constatado na figura 11, na qual Itirapina apresenta um diferencial importante entre o total de população masculina e feminina, expresso pela Razão de Sexo. O mesmo não pode ser observado se comparada com os municípios de Analândia e Torrinha na tabela 18.

Tabela 18 - Razão de Sexos de Itirapina, Torrinha, Analândia, Região de governo de Rio Claro e estado de São Paulo em 2007

Localidade	Itirapina	Analândia	Torrinha	Região de Governo de Rio Claro	Estado de São Paulo
Razão de masculinidade	123,13	105,79	101,79	98,82	95,82

Fonte: Perfis Municipais, Fundação SEADE- 2007
Organizada pelo autor

A tabela 18 nos permite observar o efeito dos presídios masculinos sobre a população de Itirapina. Desta forma, mesmo com a vinda de familiares dos presos, há 123,13 homens para cada 100 mulheres. Como conseqüência, o perfil populacional de Itirapina se mostra como um caso particular, devido à superioridade numérica da população masculina. Porém, deve-se levar em conta o fator da migração entre os estados, uma vez que a migração nordestina, de forma mais significativa, é masculina.

Ainda relacionadas ao envelhecimento e às populações masculina e feminina, as figuras 12,13 e 14 exibem as pirâmides de idade do município e permitem a visualização da evolução destas características.

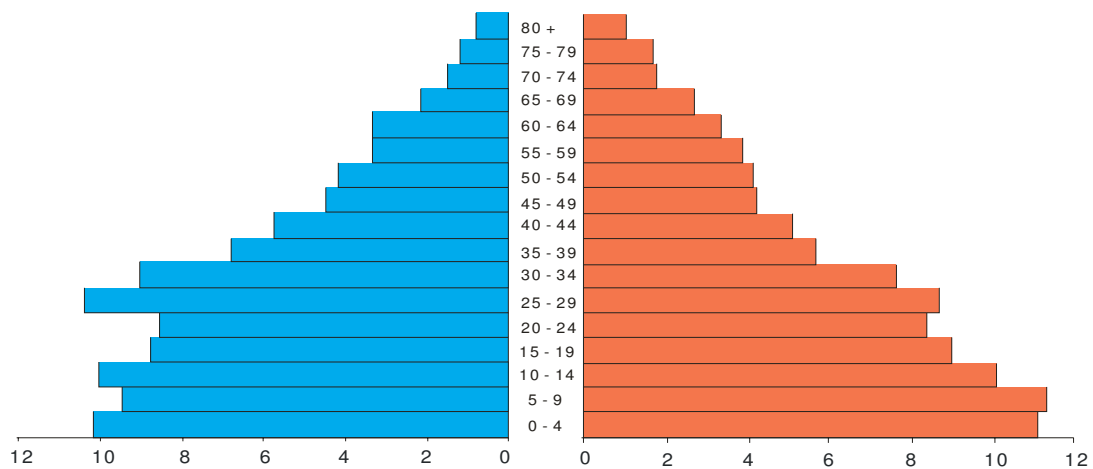


Figura 12 - Pirâmide de Idade do Município de Itirapina do ano de 1991

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 1991

Organizado por Gilberto D. Henrique

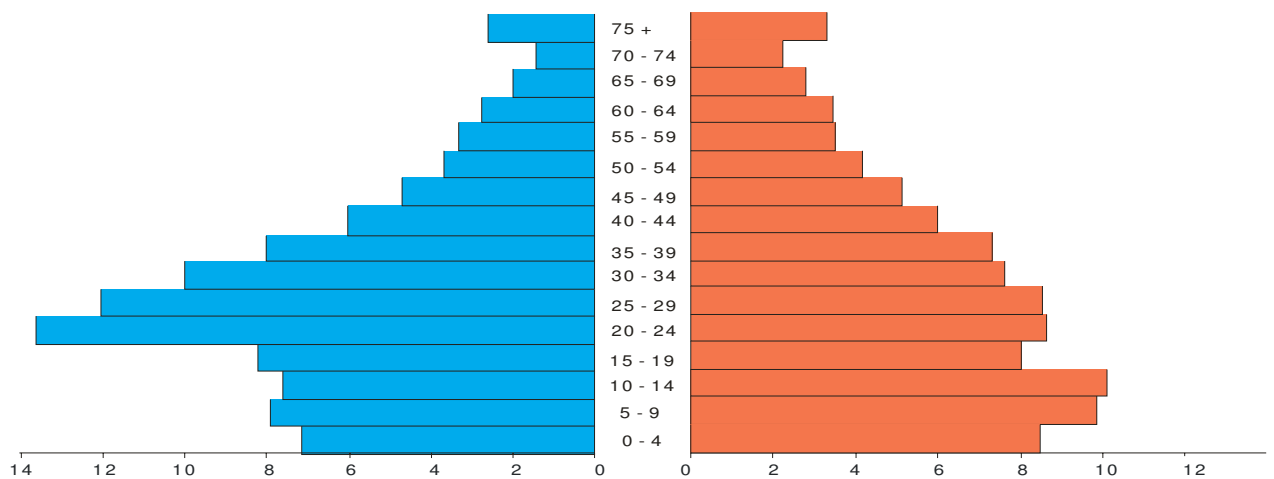


Figura 13 - Pirâmide de Idade do Município de Itirapina do ano de 2000

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2000

Organizado por Gilberto D. Henrique

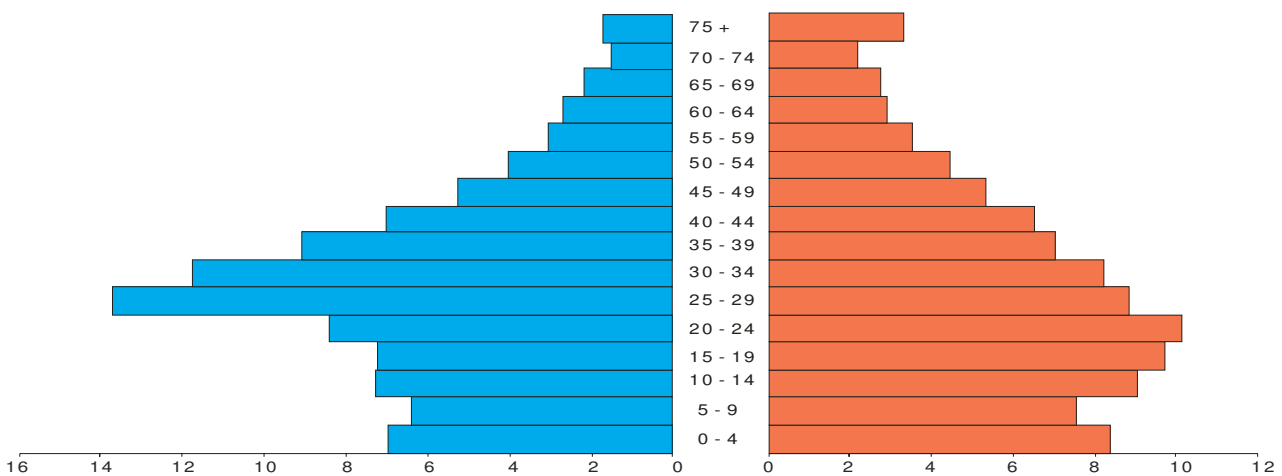


Figura 14 - Pirâmide de Idade do Município de Itirapina do ano de 2005

Fonte: Estimativa da população- 2005. Fundação SEADE

Organizado por Gilberto D. Henrique

Observando-se as figuras 12, 13 e 14, são constatadas mudanças significativas na estrutura sexo/idade da população. Assim é que, por exemplo, a base das pirâmides se estreita de 1991 para 2005, indicando a redução da fecundidade. No topo percebe-se um alargamento da população idosa com ênfase nas mulheres. Outras mudanças também são percebidas, devendo ser particularizada aquela referente à população masculina situada na faixa etária entre os 20 e 39 anos. No primeiro caso são mudanças que estão ocorrendo na maioria dos municípios. Entretanto, a segunda é uma mudança vinculada à existência dos presídios.

Pode-se verificar na figura 12, que o município apresentava em 1991 uma pirâmide tradicional, com um perfil de população mais jovem. Neste censo a razão de sexos já

evidenciou mudanças mais significativas, registrando um crescimento no total de homens em relação ao de mulheres, o qual passou para 108,41 em 1991, quando em 1980 fora de 106,81. Na figura 13, que registra os totais para o ano 2000, as diferenças são mais contundentes, principalmente na população masculina. A superioridade numérica da população masculina é significativa. Estas mudanças nas estruturas das pirâmides de idade apresentam relações com as atividades das unidades prisionais, principalmente considerando o funcionamento da segunda unidade de Itirapina, na década de 90. Isto fica mais evidente quando se avalia detalhadamente os grupos etários entre 20 e 34 anos.

A figura 14 corresponde aos dados de 2005 e nela as mudanças são mais significativas nas quantidades do que nos comportamentos demográficos. Assim, observam-se poucas mudanças na base da pirâmide, com exceção da população feminina que corresponde ao grupo etário dos 5 aos 9 anos e que registrou uma queda em 2005. Porém, merece destaque a população masculina dos 25 aos 29 anos, que apresentou um crescimento importante em relação ao período anterior, o que pode indicar a situação de que uma parcela significativa da população permaneceu encarcerada no período.

Ainda que não claramente perceptível nas pirâmides, deve-se considerar o caráter rotativo de parte da população, principalmente aquela que corresponde às faixas etárias entre 20 e 39 anos, a qual registrou um número maior de presos. Nesta situação, a rotatividade se verifica pela entrada e saída de presos nas unidades, bem como através da prisão e da liberdade concedida aos mesmos.

3.8. O Envelhecimento Populacional

O processo de envelhecimento da população corresponde ao resultado de duas variáveis demográficas: a queda da fecundidade e o aumento da expectativa de vida ao nascer. Trata-se de uma realidade que ocorre em especial nos países desenvolvidos, mas que vem crescendo nos países em desenvolvimento, principalmente com as melhorias nas condições de vida e de saúde. O envelhecimento populacional é uma variável demográfica que apresenta a cada dia mais importância nos estudos dos municípios brasileiros. A figura 15 registra este envelhecimento.

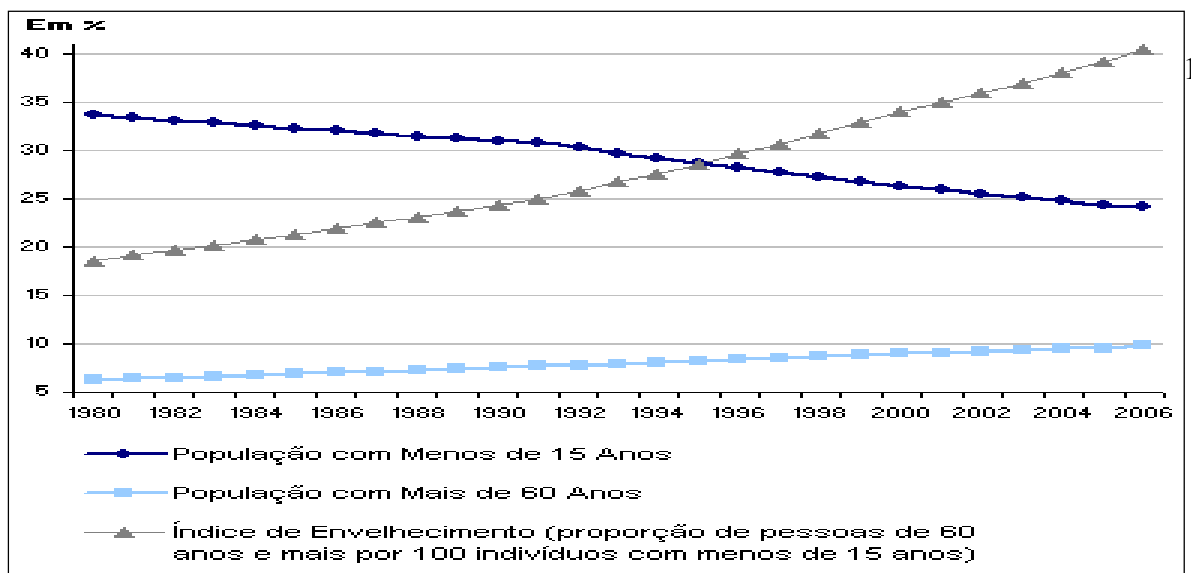


Figura 15 - População com menos de 15 e mais de 60 anos e Índice de envelhecimento. Estado de São Paulo- 1980-2006
 Fonte: Fundação Seade
 Organização: Fundação Seade

Como pode ser observado na figura 15, o perfil da população do estado de São Paulo vem apresentando mudanças, principalmente quando se considera o fator do envelhecimento populacional. Isto é observado com a queda dos números relativos concernentes à população com menos de 15 anos e o crescimento da população com idade superior a 60 anos. Este envelhecimento pode ser observado de forma comparativa na figura 16 a seguir:

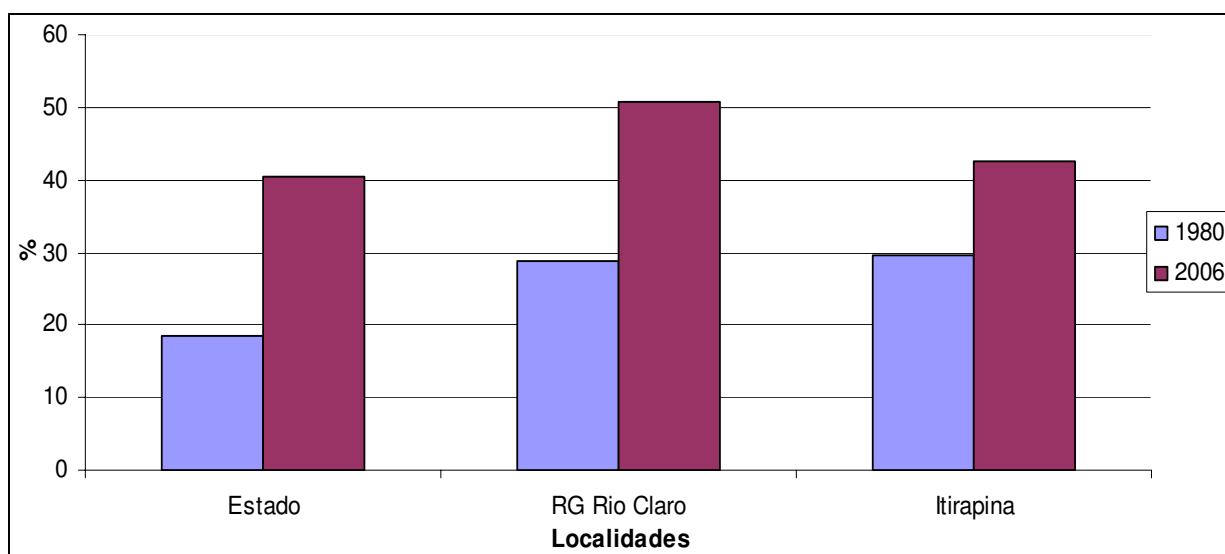


Figura 16 - Índice de envelhecimento de Itirapina, Região de Governo de Rio Claro e do estado de São Paulo, no ano de 2000
 Fonte: Informações dos Municípios paulistas. Fundação SEADE
 Organizada: pelo autor

A figura 16 registra o índice de envelhecimento de Itirapina para os anos de 1980 e 2006 em comparação com a região de governo de Rio Claro e do estado de São Paulo. Pode ser observado na figura e na tabela 12 a seguir, que o município registrava em 1980 um índice de envelhecimento superior ao da sua Região de Governo e do estado. Porém, para o ano de

2000 este índice mostrou um perfil diferenciado, principalmente considerando-se que o índice de envelhecimento cresceu numa proporção menor do que nos demais conjuntos locais. Embora o índice relativo ao estado seja ligeiramente inferior ao de Itirapina para o ano de 2006, o ritmo de envelhecimento se deu num patamar superior. Isto, como já foi dito, guarda relação com a inserção populacional relacionada aos presídios.

Destaca-se que os presidiários provocam uma turbulência em determinadas faixas etárias do município. Porém, esta parcela da população não envelhece nas unidades prisionais. Regra geral, os presidiários se encontram numa faixa de idade entre 20 e 50 anos, com algumas exceções. Desta forma, não contribuem de forma significativa para o processo de envelhecimento.

Considerando-se a Região de Governo de Rio Claro, que registrava envelhecimento num nível inferior ao de Itirapina, ela apresentou um crescimento expressivo. Este índice se verifica pela queda da fecundidade das cidades que compõem esta região, caracterizadas em sua maior parte como municípios que apresentam características de população envelhecida.

Tabela 19- Evolução dos totais de população de 60 a 69 e de mais de 70 anos para o município de Itirapina, nos anos de 1980, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005

Ano	População de 60 a 69 anos	População de 70 a mais
1980	366	253
1985	449	304
1990	542	365
1995	623	449
2000	683	534
2005	774	624

Fonte: Fundação Seade. Informação dos municípios paulistas
Organizado pelo autor

Como pode ser constatado na tabela 19, o número total de idosos do município apresentou crescimento positivo em todos os períodos registrados na tabela, mesmo em períodos em que a população total de Itirapina registrou valores negativos. Este aumento do número de idosos guarda relação com o envelhecimento populacional, que vem ocorrendo praticamente em todos os lugares.

Porém, no caso específico de Itirapina, o índice de envelhecimento não acompanhou este crescimento. Esta situação particular do município será discutida mais adiante, avaliando-se a razão de dependência.

Considerando que a dinâmica do envelhecimento prossegue e com variações, é importante considerar as tendências futuras deste grupo etário em comparação com aqueles mais jovens.

A tabela 20, a seguir, registra as projeções populacionais para algumas faixas etárias, com destaque para a população idosa.

Tabela 20- Projeções de população para as faixas etárias de 0 a 14; 15 a 59; 60 mais, para os anos de 2005, 2010, 2015 e 2020

Anos	2005	2.010	2.015	2.020	Crescimento relativo entre 2005 e 2020 (%)
0 a 14 anos	3.332	3.498	3.860	4.018	20,58
15 a 59 anos	9.917	11.312	12.285	13.066	31,75
60- mais	1.398	1.597	1.905	2.313	65,45
Total	14.647	16.407	18.050	19.397	32,42

Fonte: Sistema SEADE de Projeções Populacionais. Fundação SEADE
Organizada pelo autor

Como pôde ser observado na tabela 20, as projeções para o município de Itirapina indicam crescimento populacional para os próximos anos, sem perder o atual ritmo e desde que ocorra manutenção do fluxo migratório.

Registra-se que as projeções populacionais para o município indicam uma tendência de aumento da população idosa, com um crescimento de 65,45%, superior às demais faixas etárias. Estas projeções confirmam o processo de envelhecimento que o município vem apresentando. Desta forma, com o crescimento do número de idosos, devem-se levar em consideração a violência e a segurança, de uma forma diferenciada, para este grupo etário. Isto porque ele se torna alvo, regra geral, para práticas de delinquentes como: roubos, assaltos, etc., como já discutido no primeiro capítulo, além do fato de que eventos negativos geram a preocupação e o medo em toda a população e neste segmento em particular.

Destaca-se que estas projeções não previram as rebeliões dos presídios paulistas¹³ e as conseqüências desta situação, como também não previram o aumento do número de presidiários. Em Itirapina, a Penitenciária 2 foi parcialmente destruída durante a série de rebeliões ocorridas nos presídios paulistas no ano de 2006. Como conseqüência ele passou por uma série de obras para sua reforma. Desta forma, quase mil presos e seus familiares deixaram o município, devido à transferência dos detentos, o que modificou significativamente os valores para 2007. Atualmente, a unidade reformada foi novamente ocupada e já conta com um número expressivo de presos. Projeções como estas são muito relevantes, mas eventos são inesperados e modificam os valores.

¹³ Efeito resultante da Rebelião em série ocorrida nos municípios paulistas em 2006, já citada em capítulos anteriores.

Uma outra ferramenta de análise demográfica, considerando-se a população de idosos, é a razão de dependência.

3.9. Razão de Dependência

A razão de dependência¹⁴ é um instrumento para compreensão da dinâmica socioeconômica de um município, que possibilita medir o total das pessoas economicamente dependentes do município, correspondentes às populações de jovens com menos de 15 anos e populações idosas com mais de 60 anos. Entretanto, é importante fazer uma observação sobre esta medida quando se considera, no caso brasileiro, que muitas crianças trabalham e os idosos, mesmo após a aposentadoria, também.

De uma maneira geral, no caso da dependência de idosos, muitos municípios apresentam aumento desta medida, o que é um indicador de envelhecimento da população como uma tendência geral.

Tabela 21-Grupos de idade de Itirapina e Razão de dependência

Itirapina	Pop total	0-14	15-59	60- mais	Razão de dependência idoso	Razão de dependência total
1970	6.968	2.486	3.954	<u>528</u>	0.137	0,768
1980	6.928	2.093	4.203	<u>632</u>	0.148	0,674
1991	9.953	3.100	5.894	<u>959</u>	0.163	0,688
2000	12.836	3.222	8.394	<u>1.220</u>	0.145	0,529

Fonte: Censo demográfico, IBGE

Organizada pelo autor

Como já foi dito, Itirapina apresentou um processo de envelhecimento populacional até a década de 90. Porém, este grupo não pode ser analisado em função do crescimento da chamada população economicamente ativa, que foi maior no período principalmente entre 1991 e 2000. Entretanto, este aumento foi anômalo por resultar do incremento da população das unidades prisionais e de seus familiares, o que modificou esta realidade.

Também deve-se levar em conta a mudança na razão de dependência total devido ao fato de o município abrigar as unidades prisionais. Embora os presos, regra geral, pertençam à categoria de idade que compreende a população economicamente ativa, trata-se de uma razão

¹⁴ Existem três tipos de razão de dependência: a total, que é estabelecida entre a população economicamente dependente (0 a 14 e 60 ou mais) e o total de população economicamente ativa (15 a 59); a de jovens, que é a razão entre a população de jovens (0 a 14) e a economicamente ativa; e a de idosos, que é a razão entre o total da população idosa (60 anos ou mais) em relação à economicamente ativa.

de dependência não real, pois os mesmos não contribuem para a economia do município ou com a sua população.

3.10. A Espacialização da População de Itirapina

O município de Itirapina apresenta o distrito de Itaqueri da Serra, de Ubá, a região da represa do Lobo ou Broa, que faz divisa com São Carlos, além de sua zona rural. Porém, o objeto de estudo deste trabalho é a cidade de Itirapina e sua relação com as unidades prisionais, ou seja, o impacto das mesmas sobre a população urbana.

A questão da espacialização populacional na análise urbana é muito importante, uma vez que ela decorre e influencia em outros componentes deste espaço. Assim, melhoria na infra-estrutura de uma área ou aperfeiçoamento nos transportes, ou ainda a especulação imobiliária compõem os processos de mudanças espaciais da população. No caso de Itirapina, cidade bastante pequena e com área pouco significativa, os aspectos mencionados não exercem, de forma significativa, papel nesta espacialização.

Entretanto, é relevante a consideração desta dimensão em função dos fatos: 1º) a preocupação com a existência e a disseminação do medo entre a população em geral; 2º) a existência do espaço dos presídios, o qual de certa forma interfere na urbanização, uma vez que não se constroem moradias em áreas muito próximas aos presídios; 3º) a vinda de familiares dos presidiários criou na cidade espaços com grupos populacionais com vinculação mais estreita com os detentos, o que se converte em diferenciações quanto ao medo.

Itirapina, como já foi dito, surgiu através das atividades relacionadas à estrada de ferro que atravessa o município. Desta forma, sua expansão se iniciou no entorno da estação do Morro Pelado. A expansão urbana tendia para a porção oeste da cidade. Entretanto, em função das unidades prisionais, este quadro foi modificado. Os loteamentos próximos aos presídios são os que registram maior crescimento populacional, com altos índices de densidade demográfica.

É importante ressaltar, que de acordo com os resultados dos questionários aplicados à população, parte significativa das residências do bairro Nova Itirapina, o de maior densidade demográfica e próximo ao presídio 1, são alugadas, o que mostra o caráter rotativo de boa parcela da população.

Em 1991, para efeito de comparação estavam registrados cinco setores censitários com uma população de 9.862 pessoas, como o registrado na tabela 22.

Tabela 22- Setores censitários IBGE- Itirapina para o ano de 1991: População e domicílios

SETOR	Domicílios particulares	População total
1	284	926
2	276	872
3	321	1295
4	645	2653
5	377	1353
10	5	315

Fonte: Dados do Censo Demográfico de 1991 IBGE

Organizado pelo autor

O setor 10, que se destaca pelo fato de ter apenas 5 domicílios corresponde ao da Penitenciária 1 de Itirapina. Neste caso, os domicílios citados envolvem pessoas que, prestando serviço no presídio, nele também residem. Este é o caso do diretor do presídio. Destaca-se que o número de detentos era bem inferior ao registrado em 2000.

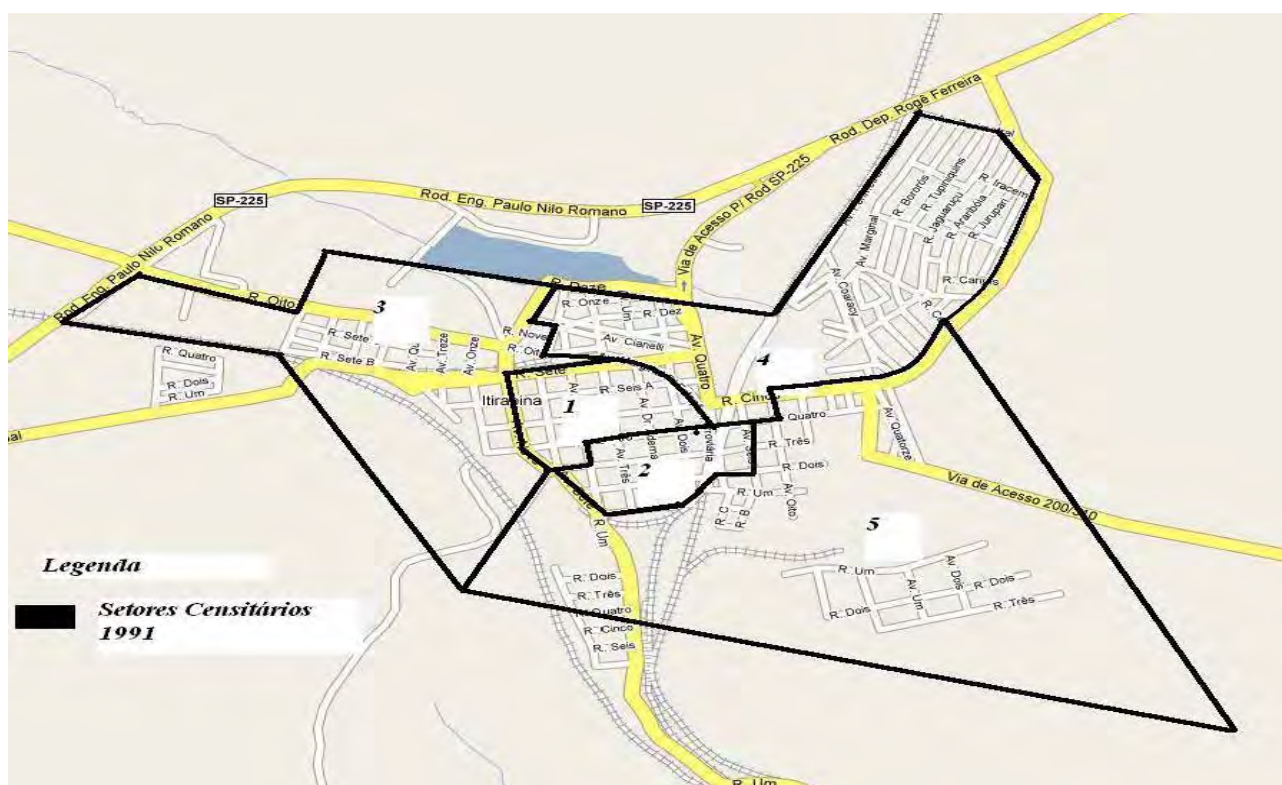


Figura 17 - Setores Censitários de Itirapina para o ano de 1991

Fonte: IBGE e Google Earth

Organizado: pelo autor

A figura representa a localização dos cinco setores censitários estabelecidos pelo IBGE. Pode-se destacar que o presídio 1 não era considerado como um setor diferenciado e o presídio 2 ainda não havia sido construído. Porém, embora não identificado no mapa base do IBGE, a coleta de dados do presídio foi desenvolvida.

O censo de 2000, que revelou uma população total de 12.764 habitantes e com o acréscimo de mais uma unidade prisional, foi organizado em doze setores na cidade sede, como pode ser observado na tabela 23. Destaca-se que os presídios compõem dois setores censitários especiais, com significativo número de presidiários. Estes estabelecimentos penais mudaram a estrutura espacial da cidade, alterando a expansão urbana e formando bairros novos. Alguns, em função dos mesmos, como é o caso do Jardim Nova Itirapina.

Tabela 23- Setores censitários IBGE- Itirapina para o ano de 2000: População e domicílios

Setor	Domicílios particulares	Rendimento mensal por pessoa	Média do número de moradores em domicílios particulares permanentes	Moradores em domicílios particulares permanentes	Área Km ²	Densidade Demográfica hab/km ²
1	253	992,84	2,94	744	12,4	60
2	264	1020,30	2,97	783	25,4	30,8
3	169	866,75	3,36	567	13,5	42
4	236	507,28	3,69	871	13,75	63
5	149	834,91	4,06	605	26,2	23,1
6	284	1349,11	3,3	937	27,9	33,5
7	5 + 1	1378	4	20+ 648	14,6	45,75
8	309	296,10	4,37	1349	11,25	119,9
9	211	376,69	3,94	831	4	207,8
10	272	358,60	3,79	1030	9,3	110,8
11	372	838,74	3,33	1240	38,4	32,3
12	5 +1	2590	4,2	21+ 861	22,7	38,85
Total	2531	-----	-----	10.507	219,4	-----

Fonte: Dados do Censo Demográfico de 2000 IBGE

Organizado: pelo autor



Figura 18 - Setores Censitários de Itirapina para o ano de 2000

Fonte: IBGE e Google Earth

Organizado: pelo autor

A figura 18 representa a divisão dos setores censitários estabelecidos pelo IBGE e utilizados para o censo demográfico de 2000. Este aumento de setores mostrou o crescimento da cidade em relação ao censo de 1991.

Observa-se também, que para o primeiro censo citado os dois presídios foram categorizados como domicílios coletivos constituindo-se em setores censitários específicos. No caso do setor no qual está localizado o Presídio 1, nota-se a existência nas proximidades de novos bairros que constituíram a base geográfica de três novos setores: 8,9 e 10,0 que indicam o aumento da população residente na área. Neste caso, eles guardam relação com a unidade prisional como se demonstra na apresentação dos resultados da pesquisa de campo.

Ainda no âmbito dos censos demográficos, registra-se que em 2007 está sendo efetuado um novo censo para o qual foram estabelecidas novas divisões de setores, o que indica mais uma vez o crescimento populacional da cidade.

Para este censo municipal, os dados foram coletados de 33 setores, sendo 26 urbanos: Itaqueri (1), Ubá (1), Broa (3), Planalto da Serra Verde (1), Cidade de Itirapina (20); e 7 rurais: Itaqueri (2) e Itirapina (5). Os totais de população urbana se espacializam de forma diferenciada nos vários setores. Tendo em vista a existência dos dados para 2000, apresenta-se a figura 14 com as densidades demográficas dos diferentes setores.

Densidade Demográfica dos Setores Censitários do Município de Itirapina, para o ano de 2000.

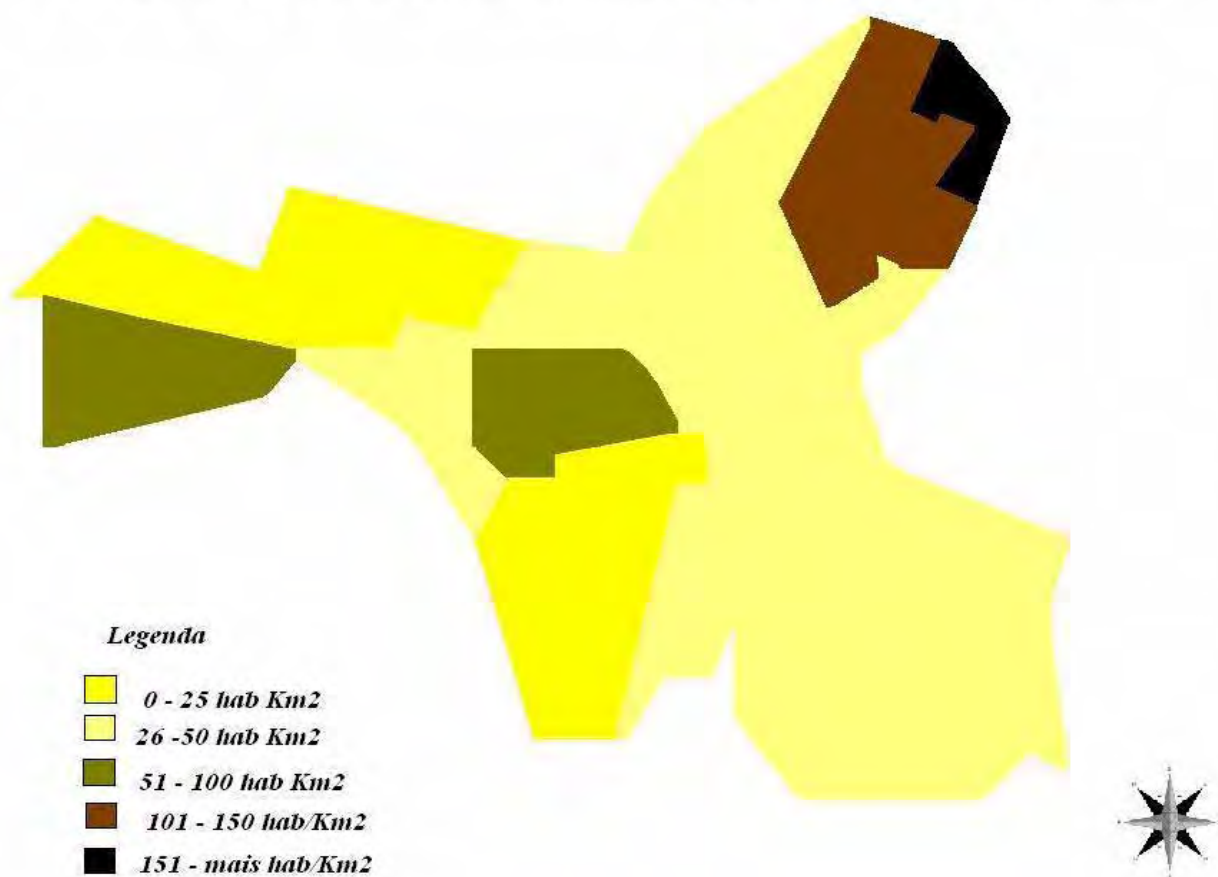


Figura 19 - Densidade Demográfica da cidade de Itirapina, segundo os setores Censitários, para o ano de 2000

Fonte: IBGE

Organizado: pelo autor

Através da figura, pode-se destacar as áreas mais escuras caracterizadas pelas densidades mais elevadas. Elas correspondem ao Parque das Garças e ao Bairro Jardim Nova Itirapina. Este último, como já foi dito, surgiu em função do Presídio 1. Como característica geral ele registra os índices mais significativos de criminalidade e de medo. Em contraposição, as densidades demográficas dos setores com presídios apresentam valores relativamente baixos. Isto se dá em função de a área destes setores ser muito extensa.

Destaca-se também, que a área central e mais antiga de Itirapina não é a que apresenta a maior densidade demográfica. Este é um perfil diferente, porque a maior parte dos pequenos municípios apresenta o centro como a área de maior concentração demográfica. Neste sentido, trata-se de um caso diferente de aglomeração, cuja unidade prisional tem participação direta nesta realidade.

Porém, é importante ressaltar que este adensamento se dá apenas nas proximidades da

Penitenciária 1. Na figura, pode-se observar que a Penitenciária 2, mais recente e de segurança máxima, não proporcionou um adensamento populacional semelhante, situando-se entre as menores da cidade. Foi constatado, em campo, que os familiares dos detentos da Penitenciária 2 também fixam moradia no Jardim Nova Itirapina, uma vez que a distância não é significativa.

Outro setor que mereceu destaque foi o Parque dos Eucaliptos, que é um bairro recente surgido em 1991 e que apresenta área significativa. Seu adensamento se dá pelo expressivo número de moradores, cerca de 871 pessoas, de acordo com o outro censo. Desta forma, registra também alta densidade demográfica.

A pesquisa de Campo

O trabalho de campo foi necessário uma vez que se buscou avaliar a percepção de parte da população quanto ao impacto das unidades prisionais em um município de porte reduzido. Para estudar a violência e o medo, os dados necessários ou eram insuficientes e inadequados ou eram inexistentes. No primeiro caso, temos os registros de ocorrências criminais em Itirapina conforme aparecem na tabela 24. Quanto aos segundos, envolviam questões subjetivas que demandavam pesquisa de campo, bem como outros mais detalhados, inexisiam informações disseminadas por qualquer instituição. Desta forma, houve a necessidade de se obter dados que registrassem, de forma proporcional, as reações aos presídios, associadas a questão do medo.

Tabela 24 - Ocorrências criminais em Itirapina

Itirapina	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total de Ocorrências de Crimes	525	612	815	795	740	851	1.114	1.159	1.152
Ocorrências de Homicídio Culposo	10	8	7	4	8	4	6	13	10
Ocorrências de Homicídio Doloso	3	1	-	2	3	4	1	1	6
Ocorrências de Tentativa de Homicídio	7	5	4	3	2	-	6	7	1
Ocorrências de Furto Consumado	105	117	144	150	150	195	206	253	215
Ocorrências de Furto de Veículos Consumado	3	1	3	1	8	1	7	2	10
Ocorrências de Roubo Consumado	9	24	26	25	22	13	4	13	30
Ocorrências de Roubo de Veículos Consumado	10	11	15	26	18	15	13	18	10
Ocorrências de Tráfico de Entorpecentes	4	3	10	7	3	9	17	35	56
Ocorrências de Uso de Entorpecentes	3	22	35	41	24	39	106	139	106
Ocorrências de Estupro Consumado	1	1	1	-	1	4	2	1	-

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública–SSP/ Delegacia Geral de Polícia–DGP/ Departamento de Administração e Planejamento–DAP/ Núcleo de Análise de Dados.

Fundação Seade.

Organizado: pelo autor

Como já foi afirmado, o alvo da pesquisa foi a cidade de Itirapina, em sua área urbana, envolvendo os doze setores censitários, não tendo sido considerados aqueles referentes aos demais distritos do município, assim como aqueles da zona rural. Inicialmente, foi produzido um questionário, o qual, como teste, foi aplicado em 30 domicílios. No conjunto, os questionários foram aplicados em cinco bairros, incluindo o Jardim Nova Itirapina. Seus resultados se apresentaram satisfatórios, demandando pequenas modificações em sua estrutura.

A partir desta experiência, definiu-se uma amostra baseando-se nos setores censitários de 2000, uma vez que os de 2007 ainda se encontravam em processo, portanto, não disponibilizados. Foram gerados dois questionários com a mesma temática, mas com algumas diferenças entre eles, levando-se em consideração as perguntas relacionadas às unidades prisionais. Estas questões específicas foram necessárias em razão da diferenciação do público alvo, uma vez que não seria prudente relacionar, de maneira indiferenciada, as unidades prisionais com o medo e a criminalidade. Isto poderia ser constrangedor se o entrevistado tivesse algum parente preso. Esta situação poderia prejudicar a coleta dos dados e a qualidade dos resultados.

Desta forma, optou-se por elaborar um questionário para os nascidos e um outro para

os não nascidos no município. Isto foi possível porque, regra geral, a maior parte dos presos e seus familiares não são naturais de Itirapina. Levou-se em conta também que, provavelmente, a opinião dos nascidos em Itirapina, sobre os presídios, seria diferente dos não nascidos.

O questionário foi composto tanto de questões quantitativas quanto qualitativas. As quantitativas foram de extrema importância para a elaboração de perfis e para a análise dos dados, uma vez que deram a sustentação para obter esta categoria de dados. Igualmente, foram utilizadas questões abertas e qualitativas, uma vez que a opinião e a percepção da população em relação aos presídios, à violência e à criminalidade se constituem a essência da pesquisa. Quanto à abrangência, foram elaboradas questões mais gerais, com a finalidade de contextualizar o entrevistado em relação a sua procedência, local de residência, estrutura por sexo e idade, etc. Igualmente, os questionários contemplaram perguntas a respeito da criminalidade e do medo em Itirapina, assim como a relação de ambos com as unidades prisionais. Estas duas variáveis significaram a essência e o objetivo principal do questionário, portanto, indispensáveis para o desenvolvimento e a conclusão deste trabalho.

Desta forma, o campo teve como base os doze setores censitários correspondentes à cidade, sendo os questionários aplicados proporcionalmente pelo número de domicílios. Utilizando-se referencial estatístico, foram implementados 270 questionários para um total de 2529 domicílios, o que confere uma confiabilidade de 95% para a amostra. Buscou-se seguir um critério para diversificar o perfil dos entrevistados, principalmente no tocante à idade e ao sexo, uma vez que se objetivou retratar a percepção de todos os grupos etários, com exceção dos menores de 16 anos, cujo grau de confiabilidade poderia ser prejudicado.

Os resultados da aplicação dos questionários também foram satisfatórios, uma vez que nenhum dos questionários teve de ser descartado, devido à sua incompletude. Neste caso, a incerteza poderia se encontrar na veracidade das respostas registradas.

Os dados obtidos em campo foram tabulados e resultaram em cinco tabelas. A primeira, a mais abrangente por registrar todas as informações obtidas, representa na íntegra o teor do questionário aplicado. Devido ao seu tamanho, ela consta como anexo 4. As demais, constantes do texto e derivadas da primeira, foram organizadas para evidenciar diferentes aspectos da totalidade: perfil dos entrevistados no trabalho de campo; percepção dos entrevistados durante o trabalho de campo em relação à insegurança e ao medo em Itirapina; perfil dos entrevistados dos setores 9, 10 e 11 e tabela 29; percepção dos entrevistados durante o trabalho de campo em relação à insegurança e ao medo para os setores 9, 10 e 11. Elas correspondem às tabelas de números 25, 26, 27, 28 e 29, respectivamente.

Antes de se iniciar a análise da tabela 25 e as subseqüentes, é importante registrar que o conjunto de letras que vai de A a H significa as diferentes alternativas contidas no questionário. A totalização das respostas é que fornece o perfil coletivo segundo as diferentes questões, conforme consta no anexo 4.

A tabela 25 registra o perfil dos entrevistados através do agrupamento das informações: idade, sexo, trabalho, local de origem, tempo de residência, motivos da mudança para Itirapina, há quantos anos mora no bairro, e se o entrevistado possuía casa própria. Entretanto, foram os quesitos relacionados ao medo e aos presídios, contidos na tabela 26, os mais importantes para a pesquisa e que estão presentes na tabela, com exceção do número 9, relacionado à opção de mudar de bairro. Esta questão, quando associada a outras mais específicas ao tema, como: a segurança dos presídios, a relação entre insegurança e presídios é ampliada, se a população tem medo de algum lugar da cidade, e se ela se sente segura com as unidades prisionais.

Tabela 25- Perfil dos entrevistados no trabalho de campo

	Variável	a	b	c	d	e	f	g	h	Total
1	Idade	95	104	55	16	----	-----	---	----	270
2	Sexo	127	143	----	----	----	-----	---	----	270
3	Trabalho	150	112	8	----	----	-----	---	----	270
4	Cidade e estado de origem	153	117	----	----	----	-----	---	----	270
5	Tempo de Residência em Itirapina	56	46	46	33	26	30	23	10	270
6	Por que se mudou para Itirapina?	49	83	----	----	----	-----	---	----	132
7	Há quantos anos mora no Bairro?	36	37	39	133	7	4	9	5	270
8	Possui casa própria	155	115	----	----	-----	-----	---	----	270

Fonte: Pesquisa de campo
Organizado pelo autor

Tabela 26- Percepção dos entrevistados durante o trabalho de campo, em relação a insegurança e ao medo em Itirapina

	Variável	A	B	C	D	E	F	Total
9	Se pudesse, mudaria de Bairro?	213	67	----	-----	-----	-----	270
10	Segurança do Bairro	45	172	52	1	-----	-----	270
11	Relação entre insegurança e presídios?	165	105	----	-----	-----	-----	270
12	Itirapina tem problemas com a criminalidade?	185	95	----	-----	-----	-----	270
13	Você tem medo de algum lugar da cidade?	82	188	----	-----	-----	-----	270
14	Em sua residência, você possui:	26	17	1	235	-----	-----	270
15	Qual a principal causa da criminalidade?	46	69	40	25	51	39	270
17	Você já sofreu algum ato de violência?	35	36	42	156	-----	-----	270
18	Em termos de violência, você classificaria Itirapina como:	16	136	99	19	-----	-----	270
19	Você tem alguma relação com os presídios?	14	256	----	-----	-----	-----	270
20	Você se sente seguro com os presídios?	100	170	----	-----	-----	-----	270
21	A presença dos presídios é boa para a cidade?	77	193	----	-----	-----	-----	270
22	O que você acha dos indultos, concedidos a presos de bom comportamento?	34	43	25	59	47	62	270

Fonte: Pesquisa de campo
Organizado pelo autor

De maneira geral, todos os quesitos estão vinculados, direta ou indiretamente, às questões da insegurança e do medo.

De forma complementar, os quesitos presentes na tabela 25 são importantes por terem servido de referência para entender o universo dos entrevistados, cujos perfis dão sustentação aos demais quesitos do questionário. O primeiro item é a idade, no qual fora registrado a estrutura etária de Itirapina, mostrando um espectro bem amplo, mas com predominância da população de até 45 anos, esta representada em 210 questionários, ou seja, 77% dos casos. Estes totais guardam relação com os dois próximos aspectos.

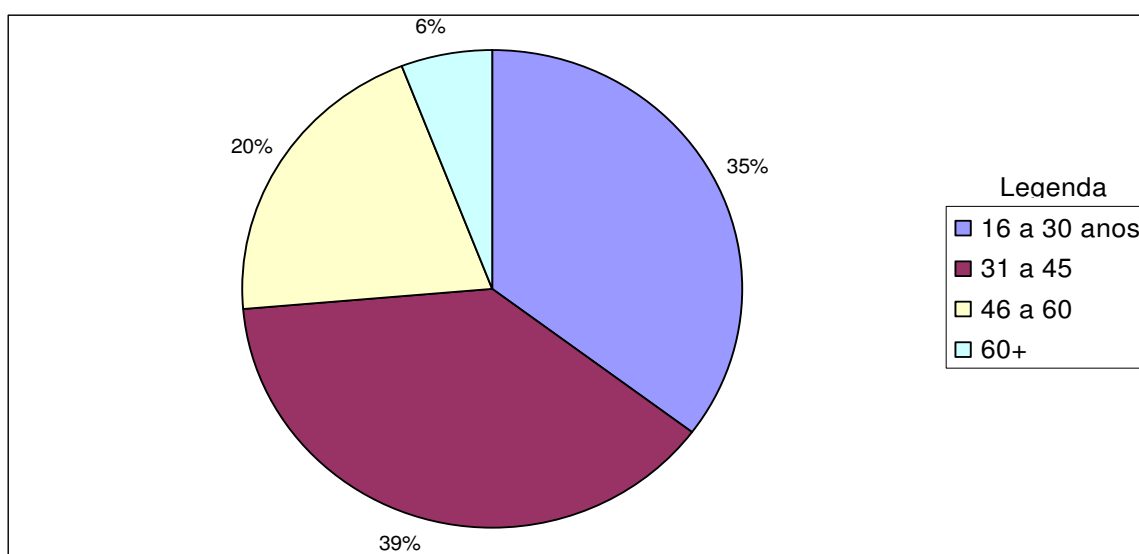


Figura 20 - Estrutura etária da população entrevistada

Fonte: Pesquisa de campo

Organizado pelo autor

Em relação à faixa etária dos entrevistados, destacam-se aquelas que correspondem às idades entre 16 a 30 e 31 a 45 anos, respectivamente, como as mais frequentes da amostra, as quais colaboraram de forma positiva no processo. Deve-se destacar, que embora os idosos representem um percentual de 9,6%, durante as entrevistas, muitas vezes, evitavam em responder aos questionários, pedindo que algum parente o fizesse. Da mesma forma, evitou-se aplicar em crianças e jovens menores de 16 anos, para garantir maior confiabilidade nas respostas.

Considerando-se a variável sexo, os resultados mostraram uma participação maior da população feminina, com 53% dos casos. Isto foi uma consequência dos horários nos quais os questionários foram aplicados. Na maior parte dos casos, em horário comercial. Porém, a busca pela alternância de perfis nos diferentes domicílios garantiram um equilíbrio entre homens e mulheres.

O outro aspecto considerado envolveu a questão do trabalho. Chama a atenção o fato de uma parcela significativa da população ter afirmado não estar trabalhando no momento, correspondendo a 41% dos entrevistados. Isto guarda relação com o item anterior, no qual a população feminina entrevistada foi superior à masculina, envolvendo uma percentagem significativa de donas de casa. Ainda em relação ao trabalho, destaca-se o fato de que pequena percentagem dos respondentes afirmou trabalhar nas unidades prisionais. Isto se explica pelo caráter aleatório dos questionários, que foram aplicados a uma amostra da população; e pela veracidade das respostas fornecidas pelos entrevistados. Neste caso, temos a questão do receio relacionado ao fato do entrevistado trabalhar na unidade prisional.

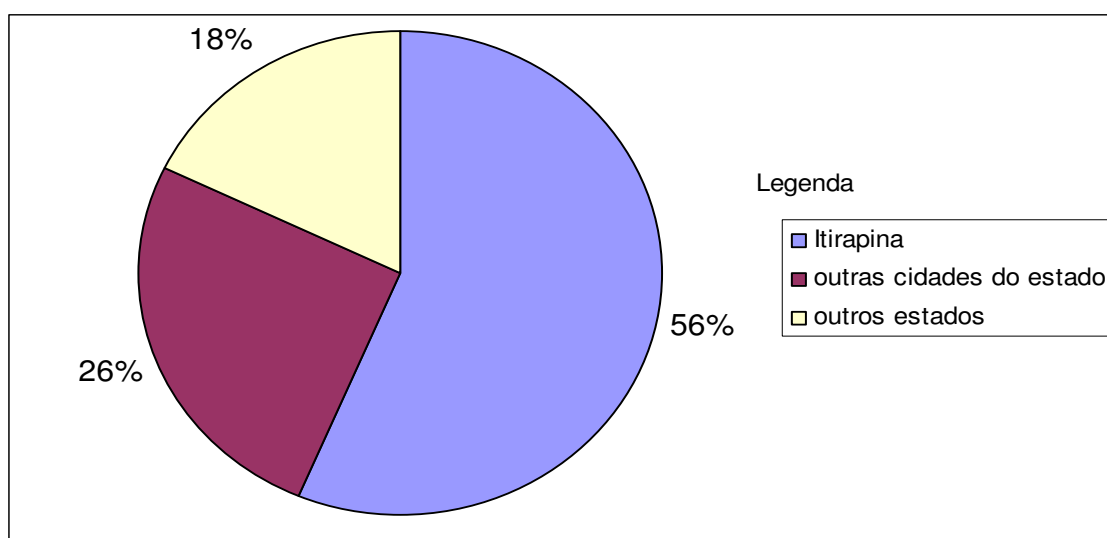


Figura 21- Localidade de origem da população entrevistada

Fonte: Pesquisa de campo

Organizado: pelo autor

Em relação à cidade e ao estado de origem, registra-se que 56% dos entrevistados são nascidos em Itirapina, como registrado na figura 21. Isto é significativo, uma vez que o município, cada vez mais, tem se caracterizado pelo crescimento anual da população migrante. Segundo o censo de 2000, o percentual de não naturais era de 27%. Desta forma, o questionário atingiu uma parcela importante de moradores que nasceram em Itirapina, assim como um contingente também expressivo de não naturais.

A análise do questionário revelou que 83% dos entrevistados são do estado de São Paulo. Além disto, 23% afirmaram que eram oriundos de outras cidades paulistas, o que mostra a expressiva mobilidade interna regional. Ainda com base no tempo de residência em Itirapina, 54,8% afirmaram que residiam, no máximo, há dez anos no município. Isto mostra que ele vem atraindo um contingente de migrantes, tendo como agente principal as unidades prisionais.

O aspecto mencionado também guarda relação com o motivo pelo qual a pessoa se mudou para Itirapina. Do total, 63% afirmaram que este fato se deu em função da família. Esta é uma afirmação interessante, pois em geral a maior parte deste total não possui parentes na cidade. Esta constatação se mostra mais lógica, considerando a migração em função dos presídios.

O aspecto, tempo de residência, foi detalhado para a avaliação dos bairros. Do total, 90% dos entrevistados residiam, no máximo, há 15 anos no bairro em que se encontravam. Esta realidade é mais um indicador do aumento da migração em Itirapina, como já discutido neste capítulo, assim como um indicador da rotatividade de parte desta população que aí residia durante o período em que o familiar se encontrava detido.

Neste sentido, observa-se que mais de 42% dos domicílios em que foram aplicados os questionários não eram de propriedade dos moradores que neles residiam. Isto pôde ser observado pelo entrevistador, face às manifestações informais dos entrevistados. Também, é uma realidade para os familiares dos presos, que em geral não fixam residência na cidade, pois alugam o imóvel durante o período de sua estadia na cidade.

Ainda considerando o tempo de moradia nos bairros, a tabela 24 registra uma redução significativa nos valores. Enquanto 49% dos entrevistados afirmaram residir no bairro considerado entre 11 e 15 anos, apenas 2% disseram o mesmo na faixa seguinte, que corresponde ao intervalo entre 16 e 20 anos. Os valores que se seguiram também se mostraram muito baixos.

A tabela 26, que registra predominantemente as questões relacionadas à insegurança, ao medo e às unidades prisionais, apresenta um conjunto de valores que permitem reflexões interessantes.

O quesito 9, em princípio deveria compor a tabela anterior. Contudo, a mudança de bairro em Itirapina foi mostrada como fortemente vinculada ao medo e à violência. Pelo seu resultado é um aspecto que chama muito a atenção face ao número de pessoas que mudariam de bairro na cidade. Este perfil seria comum em cidades de maior porte, face à heterogeneidade dos lugares. No entanto, trata-se de uma situação peculiar, uma vez que a cidade tem área reduzida e os bairros acabam sendo muito próximos, o que não gera tantas diferenças entre os mesmos. Isto se reflete nas respostas às questões sobre a segurança dos bairros. Nelas, 16,6% consideram o bairro em que viviam muito seguro; 63,7% regularmente seguro; 19,3% pouco seguro; e apenas uma pessoa considerou inseguro. Desta forma, 80% dos entrevistados registraram preocupação em relação ao local em que residiam. Este é um dado significativamente expressivo para uma cidade deste porte.

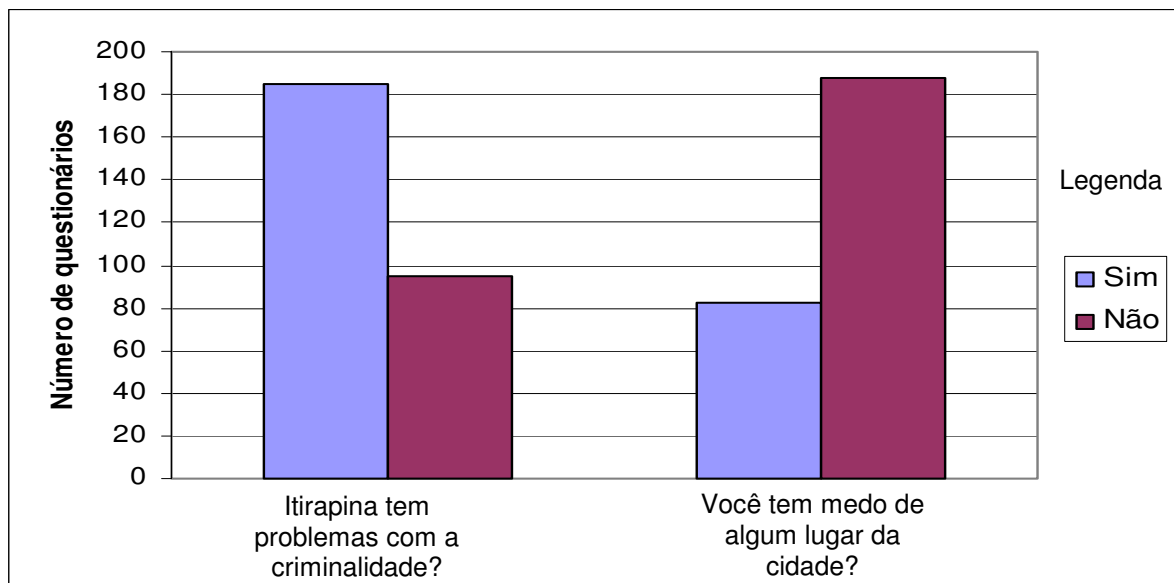


Figura 22 - Criminalidade e medo na cidade de Itirapina

Fonte: Pesquisa de campo

Organizado: pelo autor

Comparando-se os dois quesitos relacionados ao medo e à criminalidade, a figura 22 registra que parcela expressiva dos entrevistados, 68,5%, acreditavam que Itirapina não tinha problemas significativos de criminalidade. Trata-se de uma cidade com perfil diferenciado. Isto pode ser observado considerando-se que 30% daqueles que compõem a amostra registraram medo de algum lugar da cidade. Deste total, 23% afirmaram ter receio do Jardim Nova Itirapina. Desta forma, observa-se que nestes 30% que apresentaram medo, 76% afirmaram temer este bairro.

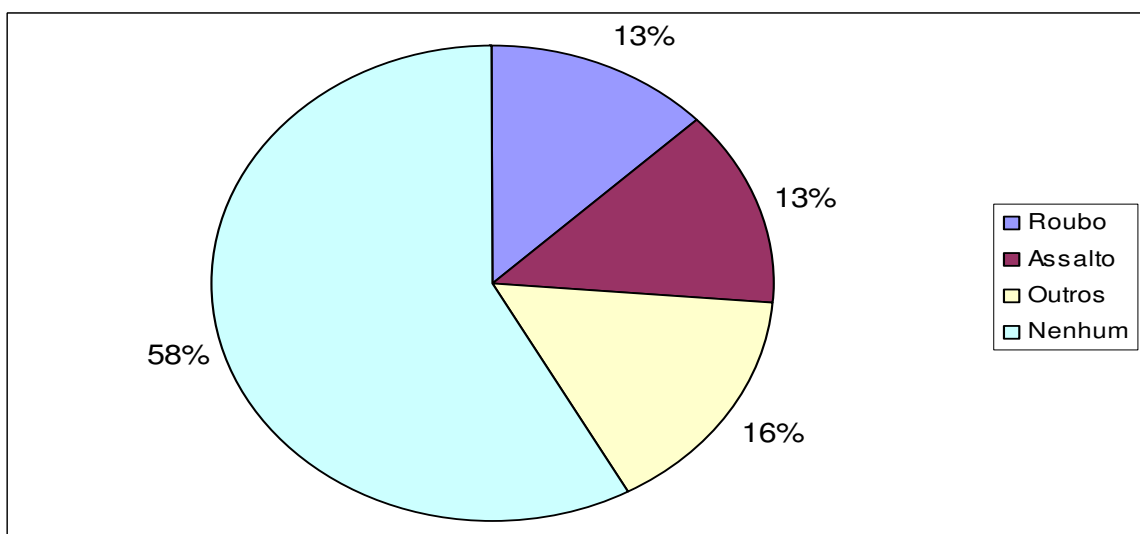


Figura 23 - Natureza da violência sofrida pelos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo

Organizado: pelo autor

A figura registra que 58% da população nunca fora alvo de nenhum ato de violência. Apesar disto, todos estes respondentes não estão livres do medo, o que, como já foi afirmado, atinge uma proporção maior de pessoas. É interessante evidenciar o relativo equilíbrio entre os atingidos por roubo e por assalto.

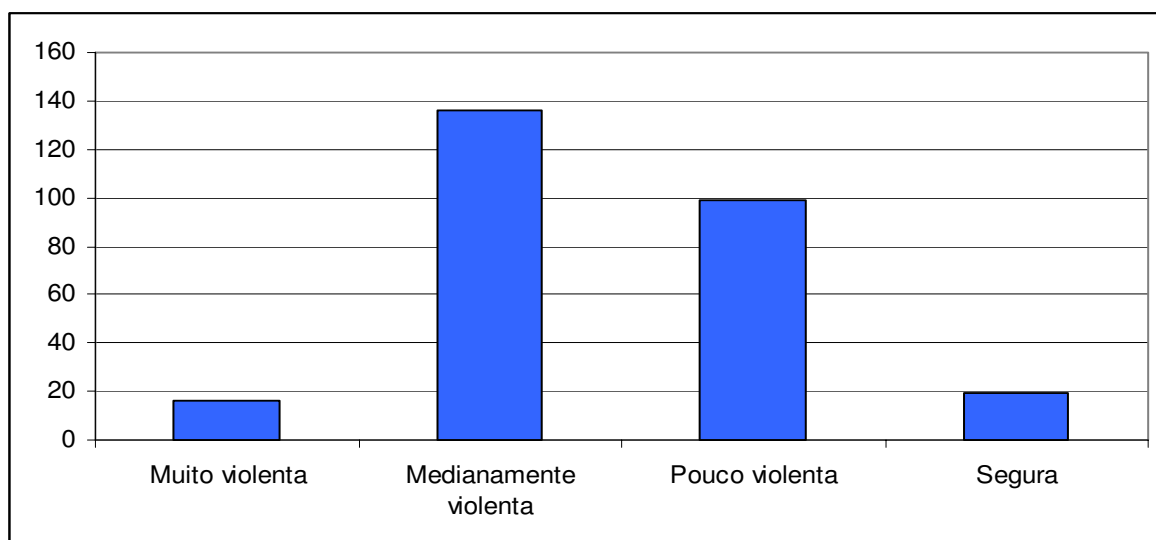


Figura 24 - Classificação dos entrevistados quanto a violência em Itirapina

Fonte: Pesquisa de campo

Organizado: pelo autor

Considerando a questão da violência e do medo dos entrevistados, a figura 24 mostra o nível de percepção da população considerada, em relação à cidade. Do total, 50% responderam que a cidade é medianamente violenta. Este total, se acrescido daquele dos que a classificam como muito violenta, altera-se para 56,3%. Esta percentagem representa parte da população não vitimizada e que, ao mesmo tempo, se sente insegura, por isto exhibe o medo de se tornar uma vítima de diferentes modalidades dela. É importante ressaltar que 36,6% afirmaram que o município é pouco violento, embora isto possa ser contraditório para uma cidade de 14 mil habitantes.

Tendo como referência a percepção dos atos violentos, as respostas estão representadas na figura 25. Nela estão registradas as quatro razões principais para tanto, acrescida da alternativa 'nenhuma'. Neste caso, envolvendo 51 moradores ou 18,9%.

Em relação à análise destas causas, verifica-se que há a necessidade de aclarar a diferença entre desemprego e jovens sem ocupação. No primeiro caso, podemos ter pessoas desempregadas, mas que se dedicavam à alguma atividade, como freqüentar a escola. No segundo, os entrevistados, verbalmente, se referiam aos jovens que ficavam "à toa" na cidade, ou seja, sem trabalhar e, algumas vezes, sem estudar.

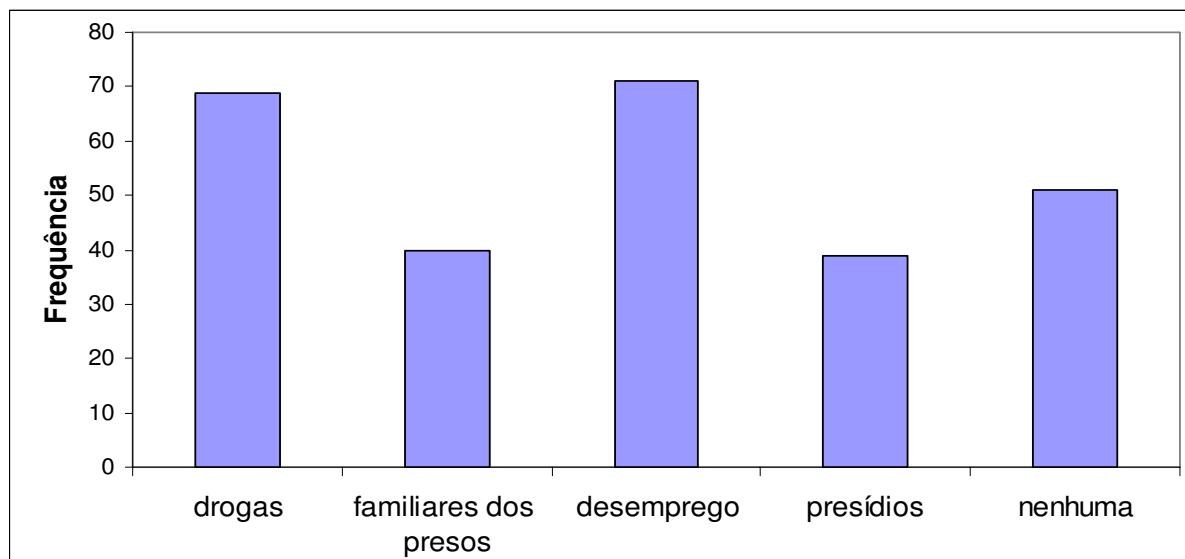


Figura 25 - As principais causas para a criminalidade em Itirapina

Fonte: Pesquisa de campo

Organizado pelo autor

Considerando-se a figura 25, constata-se a distribuição das diferentes causas que justificam a criminalidade. Destaca-se que a relação entre as mesmas não pode ser descartada, por exemplos: a questão das drogas e a existência dos presídios; os presídios face aos familiares dos presos; o desemprego entre os jovens sem ocupação; a questão das drogas e o desemprego entre os jovens sem ocupação, etc. Em acréscimo, deve ser considerado o fato de que alguns presos, de baixa periculosidade e bom comportamento, que realizam trabalhos na cidade, têm o direito às visitas íntimas, ocasiões nas quais, em alguns casos, há troca de informações ilícitas, além dos indultos concedidos, que podem ser aproveitados de forma ilegal.

Outra informação relevante que deve ser destacada na figura 25, é que apenas 51 entrevistados ou 19% da amostra não apontaram nenhuma causa principal para a criminalidade urbana. Contudo, a maioria reconhece uma série de fatores influenciadores da criminalidade e do medo.

O agrupamento das variáveis teve como base o quesito 13, no qual 61 entrevistados afirmaram ter medo do bairro Jardim Nova Itirapina, 11 do centro da cidade, 10 da Vila Fepasa, e o restante afirmou não ter medo de nenhum lugar da cidade.

Tabela 27 - Totais das principais causas da criminalidade em Itirapina, em função das áreas de insegurança

Área de insegurança	Desemprego	Drogas	Familiares dos presos	Jovens sem ocupação	Nenhum a causa	Presídios	Total de entrevistados
Jd. N. Itirapina	10	12	11	9	9	10	61
Centro	1	1	3	1	3	2	11
Vila Fepasa	2	2	1	0	2	3	10
Nenhum	31	49	30	18	36	24	188
Total	44	64	45	28	50	39	270

Fonte: Pesquisa de campo

Organizado: pelo autor

A avaliação da tabela 27 mostra que, em geral, não houve grandes diferenças nas causas da violência, considerando as áreas menos seguras da cidade. Destaque para a variável 'drogas', na qual aqueles que temiam o Jardim Nova Itirapina totalizavam 18%, enquanto que aqueles que disseram não temer nenhum lugar da cidade, registraram 26%. Os totais daqueles que responderam temer a região central e a vila Fepasa, juntos representaram apenas 7,7% da amostra. Desta forma, a comparação com os demais bairros, principalmente envolvendo esta distribuição, seria equivocada.

Muitos entrevistados registraram algumas discrepâncias nas respostas, tais como: não temerem nenhum lugar da cidade e/ou não apontarem nenhuma causa para a criminalidade, ao mesmo tempo em que revelaram medo da situação específica quanto aos indultos concedidos aos presos de bom comportamento.

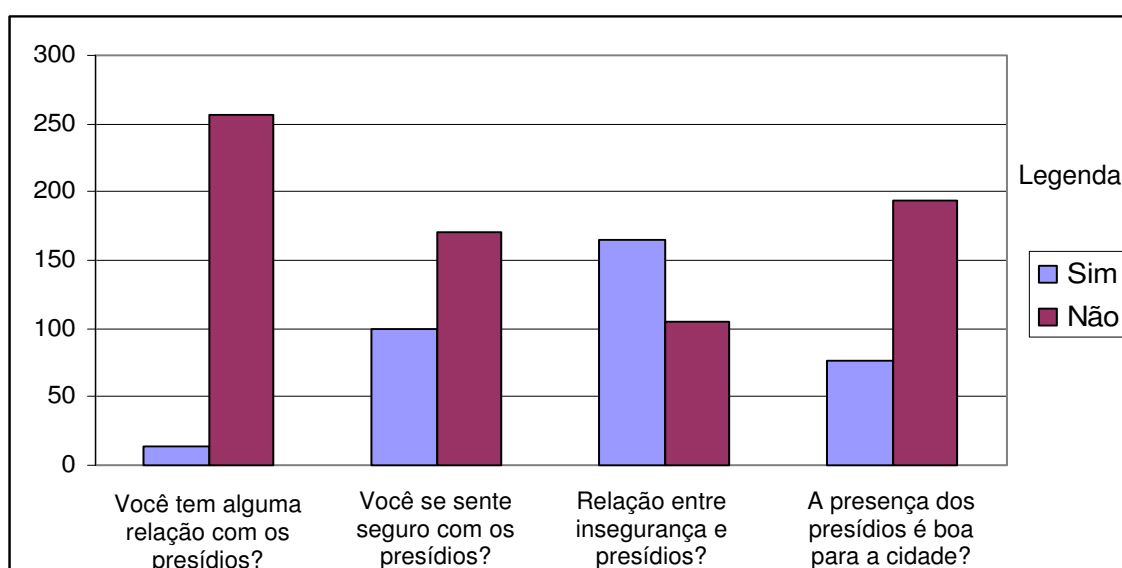


Figura 26- Insegurança e presídios em Itirapina

Fonte: Pesquisa de campo

Organizado: pelo autor

Considerando-se a significância dos presídios no contexto da pesquisa, agrupou-se na figura 26 as respostas de todos os quesitos que envolviam a questão, ou seja, os quesitos de número 11, 19, 20 e 21. O quesito 21, já avaliado, deixa bastante evidente que a presença dos presídios não foi considerada boa para a cidade. Neste sentido, a maior parte dos entrevistados confirmou esta realidade, contra 105 que não concordaram com esta avaliação. Na pesquisa pode ser constatado que estes dois grupos são bem definidos. Enquanto uma parcela apresentava grande receio, a outra apresentava indiferença em relação aos presídios.

Em seu início, durante a fase de pesquisa bibliográfica relacionando as reflexões teóricas, esperava-se que no momento do trabalho de campo com a aplicação dos questionários, os entrevistados responderiam as questões de forma negativa e veemente, quando abordados sobre os presídios. Porém, muitos se mostraram indiferentes aos mesmos, inclusive descartando as relações entre as unidades prisionais e a criminalidade na cidade. Para eles seriam apenas mais um elemento formador da paisagem.

Chama a atenção o fato de que para 72% dos entrevistados, a presença das unidades não é boa para a cidade. Isto é significativo, pois como já foi dito, as unidades representam acréscimo no número de empregos significando, portanto, alguma importância para a economia de Itirapina e, dentre eles, significava maior presença de forças de segurança na cidade. Nenhum dos entrevistados confirmou o fato de ter algum parente preso, e poucos afirmaram ter algum outro tipo de relação com os mesmos. Isto também já era esperado, pelo fato de se tratar de uma informação constrangedora. Mesmo considerando que os questionários eram anônimos, as pessoas evitaram responder de forma direta alguns quesitos.

No sentido de detalhar a avaliação, foram produzidas duas tabelas com as mesmas variáveis constantes das tabelas 25 e 26, mas totalizando apenas os questionários aplicados aos setores que correspondiam ao Jardim Nova Itirapina e Parque das Garças.

Tabela 28- Perfil dos entrevistados dos setores 9, 10 e 11

	Variável	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	Idade	26	32	21	4	----	----	---	---	83
2	Sexo	37	46	-----	-----	----	----	---	---	83
3	Trabalho	47	36	-----	-----	----	----	---	---	83
4	Cidade e estado de origem	50	33	-----	-----	----	----	---	---	83
5	Tempo de Residência em Itirapina	16	12	10	9	10	11	10	5	83
6	Por que se mudou para Itirapina?	16	19		-----	----	----	---	---	35
7	Há quantos anos mora no Bairro?	11	12	10	50	----	----	---	---	83
8	Possui casa própria	53	30	-----	-----	----	----	---	---	83

Fonte: dados de pesquisa de campo

Organizado: pelo autor

Tabela 29- Percepção dos entrevistados durante o trabalho de campo, em relação a insegurança e ao medo dos setores 9, 10 e 11

	Variável	A	B	C	D	E	F	Total
9	Se pudesse, mudaria de Bairro?	61	22	---	----	----	---	83
10	Segurança do Bairro	8	57	18	----	----	---	83
11	Relação entre insegurança e presídios?	50	33	---	----	----	---	83
12	Itirapina tem problemas com a criminalidade?	59	24	---	----	----	---	83
13	Você tem medo de algum lugar da cidade?	31	52	---	----	----	---	83
14	Em sua residência, você possui:	7	4	74	----	----	---	83
15	Qual a principal causa da criminalidade?	13	21	13	10	16	10	83
17	Você já sofreu algum ato de violência?	11	12	10	50	----	---	83
18	Em termos de violência, você classificaria Itirapina como:	4	42	33	4	----	---	83
19	Você tem alguma relação com os presídios?	3	80	---	----	----	---	83
20	Você se sente seguro com os presídios?	31	52	---	----	----	---	83
21	A presença dos presídios é boa para a cidade?	14	69	---	----	----	---	83
22	O que você acha dos indultos, concedidos a presos de bom comportamento?	7	14	10	19	16	17	83

Fonte: dados de pesquisa de campo

Organizado: pelo autor

As tabelas 28 e 29 foram produzidas devido à importância destes setores na discussão da questão do medo e da violência. Estes setores foram destacados devido ao fato de apresentarem as maiores densidades demográficas da cidade, como registrado na figura 14; de forma conseqüente, o maior número de questionários foram neles aplicados; pela proximidade das duas unidades prisionais, sendo maior em relação à primeira e, pelo fato de ser a área que a maior parte da população considerava como a de maior periculosidade da cidade e pela qual, muitos evitavam transitar.

Destaque para a tabela 28, que não registrou diferenças significativas em relação à tabela 24, o que não revelou diferenciações de grande importância entre os perfis dos bairros Nova Itirapina e Parque das Garças, com o restante da cidade.

Um quesito relevante é aquele relacionado à identificação de alguma relação com os presídios (quesito 19), que registrou um percentual de somente 5%. É interessante destacar que as respostas para o mesmo, envolviam tanto o fato de trabalhar no presídio quanto o de ter algum parente próximo que se encontrava detido. Com relação ao mesmo quesito para a tabela 29, apenas 3,6% afirmou que possuíam alguma relação com o presídio. Comparando-se

os resultados para o total, bem como para estes bairros específicos, constata-se que apesar do baixo valor, 3%, ele é significativo face ao fato destes setores contemplarem moradores com alguma vinculação aos presídios. Neste caso, provavelmente, com os detentos. Em ambos os casos, esta percentagem é muito pequena, como discutido anteriormente.

De forma comparativa, optou-se também por construir um gráfico semelhante à figura 26, mas utilizando os totais apenas dos setores destacados.

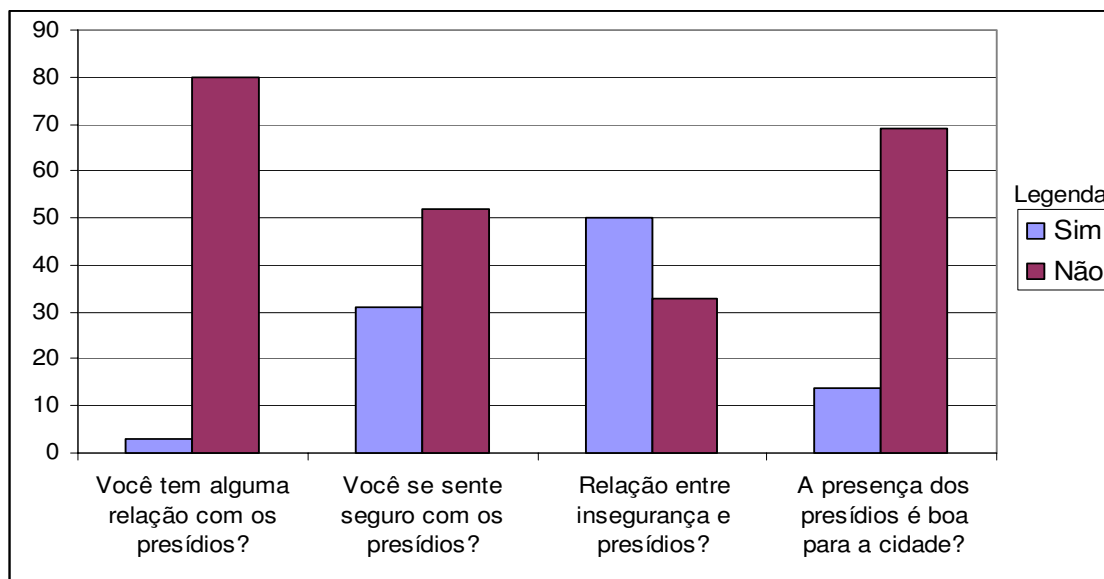


Figura 27- Insegurança e presídios, para os residentes nos setores 8, 9 e 10

Fonte: dados de pesquisa de campo

Organizado: pelo autor

Esta figura, quando comparada com aquela que registra os valores totais, também não mostra grande diferenciação entre os grupos analisados, com exceção do quesito 22. Enquanto 71% da população total não considerava os presídios como algo positivo para a cidade, este agrupamento registrou um índice de rejeição ainda maior, que correspondeu a 83%. Esta rejeição é um indicador que estes setores estão sendo também alvos da população migrante, não necessariamente associada às unidades prisionais.

Demais observações de campo

Quando se realiza a tarefa de aplicação de questionários, especialmente como o utilizado, temos duas possibilidades de inferir informações. Uma resultante da tabela e a análise dos dados obtidos. Seus valores podem até conter dúvidas, mas acima de tudo decorrem de respostas diretas às questões propostas.

A outra está relacionada ao contato direto entre o pesquisador e a população pesquisada. Neste caso, um conjunto de questões que são consideradas relevantes pelo

pesquisador podem ser avaliadas de forma diferente, pela observação das casas e pelas informações verbais fora do questionário.

Neste sentido, a percepção dos contrastes em Itirapina foi facilmente observável. O Jardim Nova Itirapina, que foi largamente citado, pode ser considerado como um bairro diferente dos demais, apresentando grande adensamento populacional, dominância de autoconstruções, moradias muito simples, grafites ofensivos e uma fama ruim em toda a cidade. O curioso é que devido à dimensão urbana, apresenta grande proximidade com a região central e com os outros bairros que, aparentemente, registravam outro nível de segurança e de medo.

Praticamente os moradores de todos os bairros registravam medo dos residentes do Jardim Nova Itirapina. Além dos questionários, as conversas paralelas deram sustentação a isto. Da mesma forma, parte da população da área vivia com medo, e por isto evitando algumas ruas mais perigosas, assim como a circulação pelo próprio bairro no período noturno. Esta insegurança se associava ao fato de se tratar do bairro de residência da maior parte da população de baixa renda. Esta não se trata de uma relação direta entre a renda e a criminalidade da população, mas sim entre o preconceito e o medo que a maior parte da população da cidade registrava em relação ao bairro.

Destaca-se também no bairro alguns atos de vandalismo e pichações. Estas, com expressões como: “Detentos do Rap”, “Facção central”, “Fumaça proibida”, “Gambés FDP”, dentre outras. Neste bairro concentram-se também os familiares dos presos. De uma maneira geral, são muito mal vistos na cidade, apresentando uma fama ruim e, muitas vezes, associada à criminalidade.

Com relação à insegurança da população, Itirapina, visualmente, ainda apresenta a tranqüilidade característica de uma cidade de pequeno porte. Por exemplo, muitos moradores não travam suas bicicletas enquanto circulam na região central da cidade. Desta forma, trata-se de um caso diferenciado, uma vez que ao mesmo tempo em que apresentava relativa segurança e tranqüilidade, como uma espécie de resíduo de sua história, parte significativa da sua população registrava ansiedade e medo.

A percepção em relação aos indultos também foi muito ruim, sendo condenados por quase todos os entrevistados. Embora alguns considerassem que esta saída provisória não implicava na criminalidade do município, a grande maioria a considerava um erro.

Para a totalidade analisada, pode-se concluir que na cidade de Itirapina os presídios são percebidos, e percebidos de forma negativa, além do fato de sua existência provocar outras mudanças na população que outrora vive em espaço mais tranqüilo.

3.11. Considerações finais

Neste trabalho, buscou-se relacionar dois temas distintos, o medo do crime e as unidades prisionais, abordados como elementos indissociáveis. Isto foi feito tendo como base a hipótese principal do trabalho, envolvendo a relação entre os presídios e a criminalidade, nas cidades em que eles estavam inseridos.

A pesquisa teve como referencial esta hipótese associada à questão da dimensão tamanho de cidade. Este corte se deu por dois motivos principais: o primeiro correspondeu a um conhecimento prévio em relação ao estudo das pequenas cidades, decorrente de pesquisas e estágios de iniciação científica anteriores; o segundo correspondeu às implicações sócio-espaciais que um presídio provoca numa cidade com população inferior a 20 mil habitantes, sendo os seus efeitos muito mais significativos do que a existência dos mesmos numa cidade de maior porte.

Neste contexto, Itirapina foi escolhida por se tratar de um caso diferenciado em relação à porcentagem da população encarcerada, que corresponde a aproximadamente 15% do total do município. Como já foi dito, esta realidade implica em alterações espaciais e nas relações entre as pessoas, modificando o perfil da localidade.

É interessante destacar que os índices de violência considerados sob a ótica dos Boletins de Ocorrência (B.Os.), revelaram uma certa contradição. De um lado os totais são pequenos (ver tabela 24, página 114), e de outro a realidade é diversa, a população se sentia insegura, via as ruas como espaços de perigo, e isto contribuiu para diminuir as relações entre as pessoas, o que, em termos de comunidade e suas interações, é bastante negativo. De forma contraditória, trata-se de uma realidade cada vez mais freqüente no estado de São Paulo. Ela resulta de uma política do governo do estado de desconcentrar os presídios, construindo novas unidades no interior, sendo grande parte delas localizadas em cidades pequenas. Qual a verdadeira razão desta orientação?

A questão da violência e da criminalidade é um tema de extrema relevância e importância, face ao crescimento anual de seus índices e o conseqüente acréscimo do medo das populações com as decorrentes mudanças na valorização e na percepção do espaço. Portanto, o estudo geográfico desta temática se mostra justificado. Primeiro por contribuir com o estudo da criminalidade a partir da geografia, a qual tem evoluído para estudos que contemplam a geografia do medo, esta mais recente no âmbito da ciência. Em segundo lugar, por considerar e trabalhar a literatura produzida sobre a temática, a qual embora seja

numerosa pouco é encontrada no idioma nacional, com uma parcela ainda menor correspondendo ao estudo geográfico do tema.

Uma terceira relevância está relacionada ao desenvolvimento de um estudo sobre a questão da violência que vem atingindo níveis críticos. Assim, este trabalho pode servir como um instrumento útil para o estabelecimento de políticas de planejamento e de segurança pública para cidades e regiões. Poucos trabalhos geográficos abordam a temática da violência e da criminalidade. Em relação ao medo do crime, a escassez é ainda maior. O mesmo pode ser observado em relação às unidades prisionais e suas implicações no espaço geográfico. Desta forma, a pesquisa tem importância para a geografia, não apenas por tratar de temas controversos, mas pelo fato de relacionar estas duas temáticas através de um denominador comum: o medo.

De uma maneira geral, deve-se destacar que não há nenhum trabalho científico que aborde as condições sociais, demográficas e econômicas de Itirapina. São encontradas apenas pesquisas nas áreas da biologia e da ecologia, através de estudos sobre a mancha de cerrado da região, assim como dos demais elementos naturais da paisagem. Deve-se informar que a USP de São Carlos mantém no município um curso de pós-graduação em questões ambientais, o Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada/CRHEA/USP, localizado na Represa do Lobo. Porém, de sua produção, não houve nenhum trabalho que abordasse, especificamente, a população e suas relações no município. Esta é outra contribuição significativa deste trabalho, uma vez que poderá representar um referencial teórico e prático para outros estudos.

Em relação à criminalidade e ao medo do crime, existe uma variedade extremamente significativa de trabalhos não geográficos, uma vez que se trata de uma preocupação cada vez maior em todos os níveis da sociedade. Destaque que a temática vem ganhando importância em Encontros Científicos e Congressos Acadêmicos no Brasil. Podem ser destacados: o Encontro da UGI, ocorrido em 2005 em Natal, com a temática da “Globalização e Marginalidade”; assim como o “Simpósio Internacional sobre as Geografias da violência e do medo: por um espaço geográfico sem cárceres públicos ou privados”, este realizado em Recife, em outubro de 2007.

Porém, é importante ressaltar que a maior parte dos trabalhos se encontra em idioma estrangeiro, principalmente em língua inglesa. Além disto, constatou-se que poucos geógrafos se preocupam com a temática. Esta situação é injustificável, uma vez que o geógrafo por meio de sua leitura holística, e tendo o espaço como principal objeto de estudo, apresenta uma formação importante para estudos relacionados a temáticas como esta.

Uma dificuldade encontrada logo no início do trabalho foi a de comprovar a relação entre medo e presídios. Isto porque opiniões e pareceres contrários afirmavam não haver nenhuma relação entre os mesmos. Porém, os eventos ocorridos nas rebeliões nos presídios paulistas em 2006 promoveram a compreensão de boa parte da população sobre os riscos dos presídios, assim como o entendimento das opiniões que se mostravam receosas quanto a admitir esta relação.

O referencial bibliográfico relacionado às pequenas cidades, embora escasso, já havia sido em parte obtido durante estudos anteriores na graduação. Destaca-se que em relação às pequenas cidades, a bibliografia é escassa, uma vez que a imensa maioria dos trabalhos que consideram as cidades como tema, privilegiam o estudo das grandes e médias cidades. Neste sentido, as pequenas são desprestigiadas, o que se converteu em uma razão a mais para o desenvolvimento deste trabalho.

Outra dificuldade se relacionou com os dados referentes à Itirapina, como já afirmado. Houve a necessidade de se produzirem dados que formaram a base principal da pesquisa. Desta forma, a pesquisa de campo foi de grande importância para o desenvolvimento do trabalho por três motivos: o primeiro corresponde a já comentada indisponibilidade de dados de toda espécie, face aos poucos estudos sobre o município, assim como a insuficiência de dados e informações disponíveis na prefeitura e nos demais órgãos municipais; o segundo corresponde aos Boletins de Ocorrência, que se mostraram insuficientes, face à perda de arquivos por causa de um incêndio ocorrido na delegacia local; como consequência uma série de processos e dados históricos foram perdidos. Além disto, temos que considerar a significância relativa dos mesmos, pois os boletins disponíveis indicavam que a cidade se encontrava numa situação de tranquilidade aparente, com poucas ocorrências de roubos e com valores ainda mais baixos de homicídios; finalmente, o trabalho de campo se mostrou importante para identificar a percepção de parcela da população em relação à cidade e seus problemas, principalmente no que tange à criminalidade e ao medo dos presídios. Estes dados foram dispostos e discutidos ao longo do capítulo 3, com destaque para as figuras e os gráficos que facilitaram a compreensão e explicitaram a significância destes dados no contexto do trabalho.

Como resultados deste processo de inserção de presídios na cidade, Itirapina perdeu muito de sua significativa potencialidade turística. As casas de detenção alteraram o significado da cidade para seus habitantes, bem como para os não residentes. A ameaça e o medo não são consequências apenas das ocorrências efetivas de eventos violentos e/ou criminais, uma vez que o medo atinge maior número de pessoas e de lugares. Às vezes ele é

infundado. Não no caso de Itirapina, que pode de repente ser submetida a situações complexas com as rebeliões que ocorrem nos presídios. Neste contexto, compartilhado com as unidades prisionais e suas conseqüências negativas para a cidade, o medo se tornou uma constante que atinge uma percentagem expressiva da população.

Pode-se constatar que, de forma geral, as unidades prisionais representam medo e instabilidade nas cidades em que estão inseridas, principalmente naquelas de menor porte. Em princípio, elas representam alguma prosperidade com base em algumas centenas de empregos diretos e indiretos, pelo acréscimo financeiro decorrente do Fundo de Participação dos Municípios, restituído com bases demográficas, e no relativo aquecimento da economia municipal face ao acréscimo de população. Porém, com o passar do tempo as desvantagens se sobrepõem às vantagens, por ocorrerem fugas, rebeliões, elevação dos índices de criminalidade e da conseqüente queda da qualidade de vida, em decorrência do aumento dos sentimentos de medo e de insegurança. Os presídios, como símbolos e difusores do medo, exportam seus efeitos para boa parte da população. Portanto, trata-se de uma dinâmica demográfica particular.

Desta forma, Itirapina se caracterizou como um caso interessante para análise, devido às contradições que apresentava:

1. Em relação à fisionomia de sua paisagem urbana. Pois ao mesmo tempo em que se mostrava uma cidade de pequeno porte com os elementos que a qualificavam como tal, passou a apresentar também, e de forma marcante, o símbolo das grandes cidades, dois presídios de grande porte que aparecem como as duas maiores edificações da cidade;
2. O desenvolvimento de uma infra-estrutura com pousadas, restaurantes e hotéis, que não condiz com as necessidades de uma cidade com população de 14 mil habitantes;
3. As percepções em relação ao medo e à criminalidade envolvendo contradições. Parte da população se considera extremamente segura na cidade, com total tranqüilidade para circular livremente por qualquer área da cidade, diante de uma parcela expressiva que registrava um sentimento de insegurança e de medo muito grande.

Qualquer pesquisa deve ser avaliada não apenas pelas respostas obtidas, mas também por novas indagações que o processo colocou em evidência. Assim, a partir daqui registram-se algumas indagações e sugestões de trabalho, surgidas em função da elaboração deste:

- Considerar o fato de que não são só as unidades prisionais as geradoras de medo para as cidades. Há outros atributos da paisagem como algumas unidades escolares; locais com infra-estrutura precária, áreas abandonadas, etc., que contribuem de forma

significativa para o aparecimento da criminalidade e, por conseqüência, da violência e do medo;

- Produzir um estudo semelhante a este, mas considerando uma cidade de pequeno porte que está prestes a receber uma unidade prisional. Quais seriam as opiniões de sua população e como sua paisagem apresentou as mudanças antes, durante e após a inserção dos presídios? Respostas a estas questões implicam na obtenção retrospectiva de dados. Neste caso, pode-se destacar para Itirapina se os terrenos nos quais os presídios foram construídos pertenciam ao município? Se a resposta for positiva, certamente pode-se considerar o Projeto de Lei encaminhado pelo poder executivo à câmara municipal, com suas justificativas. A outra fonte seria a mídia, a qual no período da implantação do primeiro presídio era inexistente;
- Desenvolver um estudo mais detalhado considerando a percepção dos familiares dos detentos em relação às cidades nas quais eles estão inseridos, numa situação de migração compulsória. Como já foi dito, trata-se de um caso diferenciado de migração, que gera uma situação difícil para os mesmos, uma vez que passam a morar numa cidade por um motivo negativo, podendo ser mal recebidos e mal quistos pelos moradores destas áreas;
- Considerar a procedência dos funcionários da unidade prisional e dos policiais com atividades correlatas, para se constatar a quantidade de empregos diretos e indiretos criados, considerando o local de origem dos mesmos. Assim como focar um trabalho na economia dos municípios, visando avaliar seus benefícios financeiros decorrentes da instalação de um ou mais presídios;
- Desenvolver um estudo específico sobre a política de desconcentração das unidades prisionais, em vigor no estado de São Paulo, para buscar as causas e as conseqüências desta nova realidade.

Bibliografia referenciada e consultada

ADORNO, S. Sistema Penitenciário no Brasil. Problemas e Desafios. **Revista da USP**, São Paulo, n.9, n.21, p.132-151, mar./mai. 1994.

ADORNO, S. A criminalidade urbana violenta: um recorte temático. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.35, p. 3-24, 1993.

ALCKMIN pressiona e prefeitos recusam construção de novas Febens. **Jornal Cidade de Rio Claro**, Rio Claro, 20 abr. 2005. Redação.

ANDRADE, P. H. Estudos negam vínculo entre novos presídios e o aumento da violência. **Diário de Tupã**, Tupã, 30 ago. 2003. Redação.

ÁREA cotada para arena é reduto de assaltos. **Jornal Estado de São Paulo**. São Paulo, 10 out 2005. Caderno Cidades.

BAUMER, T. L. Research on fear of crime in the United States. **Victimology**, [S.l], n.3, p. 254-67, 1978.

BEATO, C.C.; ASSUNÇÃO, R.; SANTOS M. A . C.; SANTOS, L.E.E.; SAPORI, L.F. BATITUCCI, E.; MORAIS, P.C da Silva. Criminalidade Violenta em Minas Gerais. In: **Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências**, 22, 1986, Caxambu, 1986.

BOX, S.; HALE, C.; ANDREWS, G. Explaining fear of crime. **British Journal of Criminology**,[S.l], v. 28, n.3, p. 340-356, 1988.

BRASIL. Presidência da Republica. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional n.15**, de 12 de set de 1996.

BRASIL. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. IBGE. XXVIII volume. Rio de Janeiro, 1951

BROOKS, J. The fear of crime in the United States. **Crime and Delinquency**,[S.l], n.20, p. 241-44, 1974

BROWN, M. Modelling the spatial distribution of suburban crime. **Economic Geography, Worcester**, v.58, n.3, p.247-61, jul. 1982.

CALADO, R. F.; SOARES, B. R. S. A urbanização e o papel das cidades de pequeno porte nas áreas de cerrado em Minas Gerais. **Revista Horizonte Científico**, UFU – Revista eletrônica, 2003.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo; Ed. 34/Edusp, 2003.

CARLOS, A. F. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1994.

CARNEIRO, J. G. V.; CARNEIRO, M.C.V.S.; GOVONE, J.S.; SILVA, J.B. PIÃO, A. C. S. Perfil da Violência e da Criminalidade no Município de Rio Claro-SP- uma análise multidisciplinar. In: II Encontro de Segurança Pública e Cidadania, 2003, Marília. Marília: UNESP, 2003.

CATÃO, Y. Pesquisas de Vitimização. In: II Encontro do Fórum de Debates sobre Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil, 2., 2000. Rio de Janeiro: IPEA; CEsEC; UCAM, 2000.

CHARIÈ, J. P. La criminalité dans L`agglomeration de Bourdoux: esquisse de distribution spatiale. **Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Quest**, Toulouse, v.60, n.1, p. 85-114, 1989.

COELHO, E.C. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v.12, n.12, p. 139-161, 1978.

COELHO, E.C. Sobre sociologia, pobreza e crime. **Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v.23, n.3, p. 377-383, 1980.

COLL, Jordi D. **Espai I pobresa: una aproximación a Lleida**. Las Personas sense llar Lleida. **Lleida**: Edicions de la Universitat de Lleida, 2004.

CLARK J. Crime Fears and Phobias. **Psychiatry, Psychology and Law**, v.1, n.1, p. 87-95, Mar. 2004.

CRAGLIA M.; HAINING R.; SIGNORETTA P. Modeling High-intensity Crime Áreas in English Cities. **Urban Studies**, [S.l], v.38, n.11,p. 1921-1941, 2001.

DA MATTA, R. **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DANTAS, G F. de L. **Informação Pública sobre Crime e Violência**: Precedentes da União Européia e Estados Unidos da América. Biblioteca do Senasp, 2002. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/Senasp/biblioteca/artigos/>>. Acesso em: 27 mar. 2007.

DESMARAIS, R. Considerations sur les notions de petit ville et de ville moyenne. **Cahiers de Géographie du Quebec**, Montreal, v.28, n.75, 1984.

DIGA não aos presídios. **Jornal Oeste Notícias**, Presidente Prudente. 13 ago. 2005. Editorial.

DOEKSEN, H. Reducing crime and the fear of crime by reclaiming New Zealand's suburban street. **Landscape and Urban Planning**, [S.l], v.39, p.243-252, 1997.

DORAN B. J.; LEES B. G. Investigating the Spatiotemporal Links Between Disorder, Crime and Fear of Crime. **The Professional Geographer**, Cambridge,UK: v. 57, n.1, p.1-12, Feb. 2005.

DOSTOIEVSKI, F. M. **Crime e Castigo**. São Paulo: Martin Claret, 2002. (Coleção Obra Prima de cada Autor).

DUTT, A .K.; VENUGOPAL, G. Spatial Patterns of crime among indian cities. **Geoforum**, [S.l], v.14, n.2, p. 223-233, 1983.

EVANS D.J.; FLETCHER M. Fear of Crime: testing alternative hypotheses. **Applied Geography** , [S.l], v. 20 , p. 395-411, 2000.

FARRAL, S.; BANNISTER, J.; DITTON, J.; GILCHRIST, E. Questioning the measurement of the “fear of crime”. **British Journal of Criminology**, [S.l], v. 37, n.4, p. 658-679, 1997.

FEBEM deixa nervos de vizinhos a flor da pele. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo. 20 mar. 2005. Folha Cotidiano.

FEIGUIN, D, LIMA, R.S. Tempo de Violência: medo e insegurança em São Paulo. In: **Revista da Fundação SEADE: São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.9, n.2, abr./jun. 1995.

FELIX, S.A. **Geografia do crime: análise da bibliografia da criminalidade numa perspectiva espacial**. 195 f. Dissertação (Mestrado)_ Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1989.

FELIX, S.A. **A Geografia do crime urbano: aspectos teóricos e o caso de Marília-SP**. 1996. 322f. Tese (Doutorado em Geografia)- Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

FELIX, S. A. **A Geografia do Crime: Interdisciplinaridades e relevâncias**. Marília:Unesp/ Publicações, 2002.

FERRAZ, M.T. Origem da Violência. **Ciência Penal**, Rio de Janeiro, n.1, 1973.

FERREIRA, I. C.B.; PENNA N. A. Território da Violência: Um olhar geográfico sobre a violência urbana. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 10, 2005, São Paulo, 2005, p.155-168.

FADEL FILHO, D. A.; VIADANA, A G. O desempenho do geógrafo na elaboração de laudos periciais ambientais: o exemplo da instalação de um presídio em Casa Branca, SP. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, v.12, Jan./Abr., 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FURUKAWA prevê caos no sistema penitenciário. **Jornal O Imparcial**, Presidente Prudente., 15 mai. 2003. Redação.

GARCIA, L. B. dos R. Imagens do passado: café, ferrovia e a cidade de Rio Claro. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v.19, n.2, p.149-166, out. 1994.

GEORGES, D. E. The Geography of crime and violence; a spatial and ecological perspective. **Association of American Geographers**, Washington D.C., v.78, n.1,p.41-52, 1978.

- GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GUARIENTO, A. **Itirapina: Relato de sua História (de 1883 a 1936)**. Itirapina: Ave Maria, 1987.
- GUIDUGLI, O. S. Crime Urbano e Geografia Aplicada. **Geografia**, Rio Claro, v.19 n. 10, p. 232- 234, 1985.
- HARRIES, K. The Spatial Analysis of Crime, **The Geographical Review**, [S.l.] v.63, n.4, p. 565-7, oct. 1973
- HARRIES, K.. The historical geography of homicide in the U.S. (1935-1980). **Geoforum**, [S.l.], v.16, n.1 , p.73-83, 1985.
- HILL, M. M.; HILL, A. **A construção de um questionário**. Lisboa. Centro de estudos sobre a mudança socioeconômica, 1998.
- INSTITUTO LATINO-AMERICANO PARA A PREVENÇÃO DO DELITO E TRATAMENTO DO DELINQUENTE (ILANUD). Pesquisas de vitimização. **Revista do ILANUD**, São Paulo, n. 10, 1998.
- INSTITUTO LATINO-AMERICANO PARA A PREVENÇÃO DO DELITO E TRATAMENTO DO DELINQUENTE (ILANUD). **A Lei de crimes hediondos como instrumento de política criminal**. São Paulo, 2005. Relatório final da pesquisa.
- INDULTO de Natal beneficia 411 detentos da região de Rio Claro. **Jornal Cidade de Rio Claro**, Rio Claro 23 dez. 2005. Da Redação.
- IWAKURA, M.; KENSKI, R. O que fazer com nossos presos? **Super Interessante**, São Paulo, v., n., p.68-71, abr. 2006.
- KAHN, T. **Pesquisa de Vitimização 2002 e avaliação do PIAPS**. São Paulo: ILANUD/ FIA-USP/ Gabinete de Segurança Institucional, 2002.
- JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 510 p.(Coleção A)
- KOSKELA, H.; PAIN, R. Revisiting fear and place: women's fear of attack and the built environment. **Geoforum**, [S.l.], v.31, p.269-280, 2000.
- KOSKELA, H.; TUOMINEM, M. Night -city the city of fear. In: **The night of Helsinki**. Helsinki: The city of Helsinki Information management Centre, 1995.
- KOWARICK, L.; ANT, C.: Violência: Reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo. In: **Violência e Cidade**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas, 1982.(Série Debates Urbanos).
- LAHOSA, J.M. Delincuencia y Ciudad: hacia una reflexión geográfica comprometida. **Revista Bibliográfica de Ciencias Sociales**, Barcelona, v.7, n. 349, 2002

MARTINELLI, P. **Qualidade ambiental e urbana em cidades médias:** proposta de avaliação para o estudo de São Paulo. 2004. 130 f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço)- Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

MASCI, C. Fobias: Quando o medo é uma doença. **Revista Cérebro e Mente:** Seção de História, Campinas, n.5, mar-mai 1998.

MASSENA, R. M .R. Distribuição espacial da criminalidade violenta na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.48, n.3, p. 285-330, jul/set. 1986.

MATOS, O. N. de. **Café e Ferrovias:** a Evolução Ferroviária de São Paulo e o Desenvolvimento da Cultura Cafeeira. 4. ed. Campinas, Sp: Pontes, 1990.

MORAIS R. de. **O que é Violência Urbana.** São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1985.

MOORE, M. **Tiros em Columbine (Bowling for Columbine).** Direção Michael Moore. EUA: Metro-Goldwyn-Mayer Distributing Corporation / United Artists, 2002. 1 DVD.

NASCIMENTO, M. A do. **Planejamento Ambiental para Cidades Pequenas:** O caso de Perdões, MG. 2004. 145 f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço)_ Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

NASAR, J.L.; FISHER, B.; GRANNIS, M. Proximate physical cues to fear of crime. **Landscape Urban Planning**, v.26, p.161-178, 1993

NELSON A. L.; BROMLEY R. D. F.; THOMAS C. J. Identifying micro-spatial and temporal patterns of violent crime and disorder in the british centre. **Applied Geography**,[S.l], v.21, p. 249-274, 2001.

NEVES, J. T de C. Redução de criminalidade não diminui sensação de insegurança. **Jornal da Segurança**, 2000. Disponível em:<<http://www.jseg.net>>. Acesso em :12 out. 2006.

PAIN, R. H. Elderly women and fear of violent crime: the least likely victims? **British Journal of Criminology**, Oxford U.K, v.35, n. 4, p.584-598, 1995

PAIN R. H. Social geographies of women's fear of crime. **Royal Geographical Society**, London, v. 22, n. 2, p. 231-244, jun. 1997.

PAIN R. H.; e KOSKELA M. Revisiting fear and place: women`s fear of attack and the built environment. **Geoforum**, Newcastle, v.31, p. 269-280, 2000.

PAINTER, K. The influence of street lighting improvements on crime, fear and pedestrian street use, after dark. **Landscape and Urban Planning**, Cambridge, v.35, p. 193-201, 1996.

PEET, R. The geography of crime: a political critique. **The Professional Geographer**, Nova Iorque, v.3, n.27 p. 277-280, 1975.

PENITENCIARIAS em São Paulo. Pequenos Municípios Paulistas recebem presídios e boa parte da população comemora como incremento econômico. **Revista Cidades do Brasil**. São Paulo, n.60 abr. 2005.

PEREIRA, M. F. V.; GONÇALVES, A. R. O ecoturismo em Brotas-SP; ação pública e privada na produção da localidade turística. **Geografia**, Rio Claro, v.29, n.2, p.159-167, mai./ago. 2004.

PICKENHAYN, J. et al. Accidentes y delitos en la Provincia de San Juan. Estudio geográfico en el Departamento Capital. **Revista de la Sociedad Argentina de Estudios**, Santa Fe, p. 267- 280, 2004

PIRES C. **A violência no Brasil**. São Paulo: Moderna. 1985. 71 p.

PRESO morre durante fuga no presídio. **Jornal Regional de Rio Claro**. Rio Claro 9 fev. 1996. Da redação.

QUEIRÓZ, R.S. Ficção e realidade: o impacto da violência televisiva sobre o comportamento de crianças e adolescentes. **Arte e Cultura da América Latina**, São Paulo, v. 8, n.2, p.31-34, 2002.

QUEIROZ, O. T. M. M. **Impactos das atividades turísticas em áreas de reservatório**. Uma avaliação sócio – ambiental do uso e ocupação na área da Represa do Lobo, Município de Itirapina, SP. 2000, 238 f.. Tese (Doutorado).

RAMOS, G. **Memórias de um Cárcere**. 32. ed. São Paulo: Record, 1996.

REBELIÃO termina com três presos mortos em Guarulhos. **Jornal Estado de São Paulo**, 18 out. 2005 Da redação.

REIS, I.A. Criminalidade violenta em Belo Horizonte: A relação entre o medo da vitimização e a experiência com a violência. In: **Reunião da Região Brasileira da Sociedade Internacional de Biometria (RBRAS): 48. Simpósio de Estatística Aplicada a Experimentação Agrônômica (SEAGRO)**, 10. 2003.

RICO, J. M; SALAS, L. **A insegurança Privada**: Delito, Insegurança do cidadão e polícia. Rio de Janeiro: Biblioteca da Polícia Militar/PMERJ, cap. 5, p. 157-189, 1992.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**: Ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SILVERMAN E. B.; DELLA-GIUSTINA J. A. Urban Policing and the Fear of Crime. **Urban Studies**, [S.l.], v. 38, n. 5, p. 941-957, May 2001

SMITH S. J. Fear of Crime: beyond a geography of deviance. **Progress in Human Geography**, London, v. 38, n.5 e 6, p.899 -91, 1987.

SOARES, G.; DILLON, A.; A estranha estrutura das Mortes Violentas. **Ciência Hoje**, São Paulo, v.38, n.223, p.34-41, 2006

SOARES, B. R.; CALADO, R. Urbanização em áreas de cerrado em Minas Gerais: Um estudo das cidades locais. In: **Seminário de Iniciação Científica**, 5, 2001, Uberlândia: EDUFU, 2001, v. 1, p. 127.

SORIANO, E. A significância sócio-espacial das pequenas cidades do estado de São Paulo. **Relatório de Pesquisa**, Fundação de Amparo a Pesquisa do estado de São Paulo (FAPESP). 2004

SOUZA, P de. **A maior violência do Mundo (Baixada fluminense, Rio de Janeiro, Brasil)**. São Paulo: Traço, 1980.

SOUZA, L.A.F de. **Direitos Humanos e Violência**: a Geografia do Crime e a Insegurança na Cidade de São Paulo e na Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, NEV/USP, 2004. 9p.

STAFFORD, M. C., GALLE, O. R. "Victimization rates, exposure to risk, and fear of crime", **Criminology**, v.22, n.2, p.173-85, 1984.

STRSAKBARA, M., TUNDISI, J. G. **Diretrizes para o gerenciamento da qualidade de água de represas**. São Carlos: Instituto Internacional de Ecologia, 2000. 58 p.

SYNODINOS, N. E. **The "art" of questionnaire construction**: some important considerations for manufacturing studies. 2001. Disponível em: <www.emeraldinsight.com/0957-6061.htm> acesso em : 9 de Julho de 2006.

THOMPSON, A . **A Questão Penitenciária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Y. F. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo, Difel, 1982.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira: São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

TUAN, Y. F. **Paisagens do medo**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

VARELLA, D. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 297 p.

VASCONCELOS, A. M. N. A qualidade das estatísticas de óbitos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos da População** ,[S.l.], v.15, n.1,1998.

VEIGA, J. E. Nem tudo é urbano. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.56, n.2, p.26-29, abr./jun.2004.

VERONA, J. A. **Geografia do Crime e Contribuição ao Planejamento Sócio-Espacial do Município de Jundiá-SP**. 2006. 154 f. Tese (Doutorado), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2006.

WASELFISY, J. J. **Mapa da Violência no Brasil: Década de 90**, Recife: Ministério da Justiça, UNESCO, 2000.

WILHEIM, J. A Origem da Violência Urbana. **Ciência Penal**, Rio de Janeiro, n.1, p.x-x, 1973.

WILSON, J.W.; KELLING, G. Broken Windows. **Atlantic Monthly**, [S.l], p.29-38, 1982

ZALUAR, A. Hipermasculinidade leva jovem ao mundo crime. **Folha de São Paulo**, Sucursal do Rio, São Paulo, 12 jul. 2004.

EDITORIAL. Jornal Estado de São Paulo 12 de fev. de 2006.

EDITORIAL. O Estado de São Paulo. 06 de mai de 2002.

O PÂNICO da Pandemia. Editorial. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo 26 out. 2005.

O FURO de Furukawa. **Jornal Oeste Notícias** Presidente Prudente, 21 out. 2004. Editorial.p.1.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP). Disponível em <<http://www.abep.org.br>>.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). BRASIL. Cidades. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

CENTRO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO DE DEMOGRAFIA (CELADE). Disponível em <<http://www.eclac.cl/celade>>.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. (SEADE).SÃO PAULO Memórias de estatísticas demográficas. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/500anos/>>.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. (NEV). Publicações sobre violência. Disponível em: <<http://www.nevusp.org>>.

SÃO PAULO (estado) Secretaria de Administração Penitenciária (SAP). Estrutura básica e unidades prisionais. Disponível em <<http://www.sap.sp.gov.br/common/unidades.html>>.

SÃO PAULO (estado) Secretaria de Segurança Pública (SSP). Institucional e estatísticas. Disponível em <<http://www.ssp.sp.gov.br/estatisticas/>>.

BEM VINDO A ITIRAPINA. Disponível em: <<http://csjoel.vilabol.uol.com.br/>> Acessado em 11/05/2006.

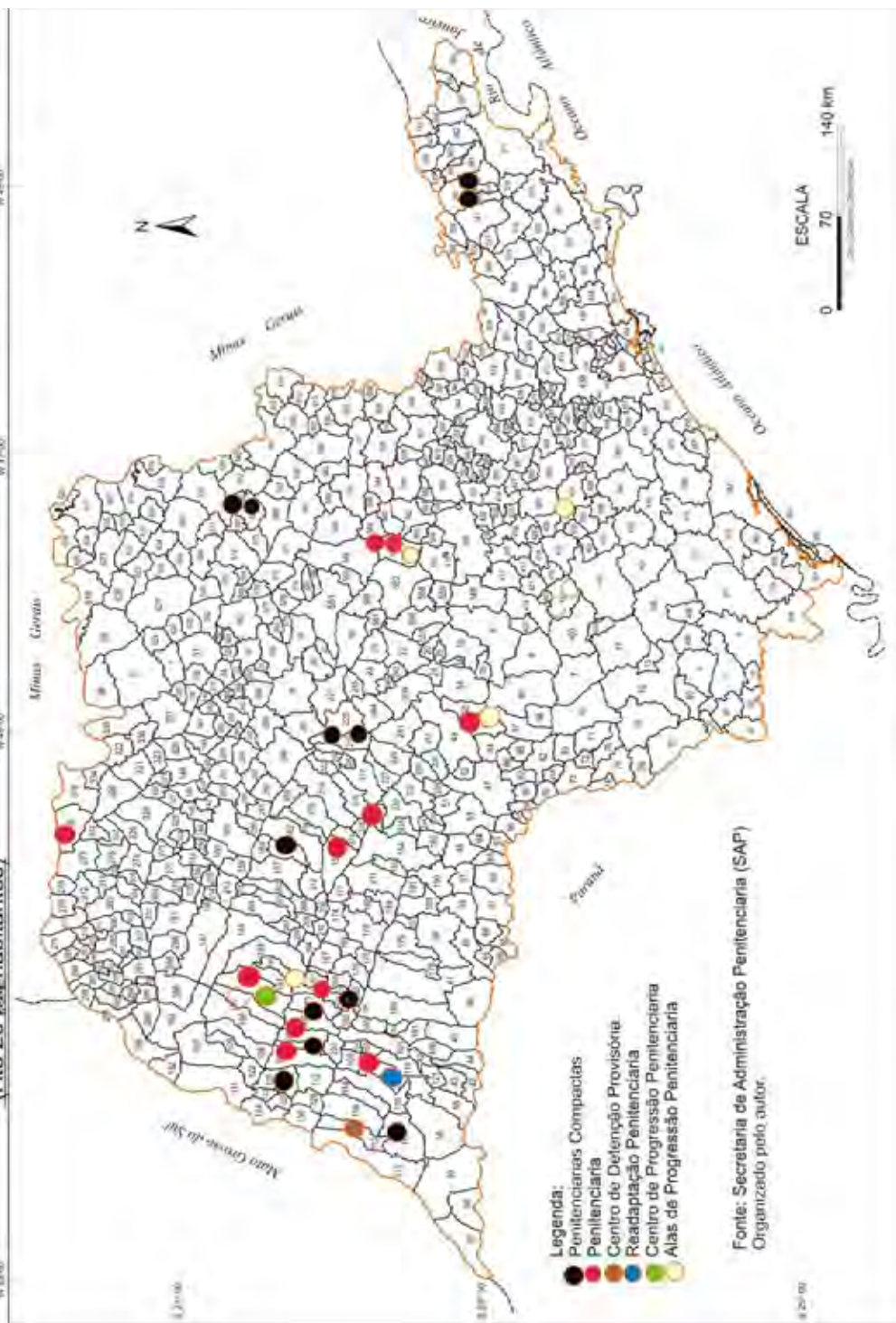
ITIRAPINA. Disponível em: <<http://www.citybrazil.com.br/sp/itirapina/>> Acessado em 13/05/2006.

ESTAÇÕES FERROVIARIAS DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/i/itirapina.htm>> Acessado em 11/06/2006.

PARENTES DE PRESOS FAZEM PROTESTO EM ITIRAPINA-SP. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/materias/brasil/2444001-2444500/2444288/2444288_1.xml> Acessado em 11/06/2006.

Anexo 1

Distribuição Espacial das Unidades Prisionais nos Pequenos Municípios do Estado de São Paulo
(Até 20 mil habitantes)



Anexo 2: Modelo de Questionário (Nascidos em Itirapina)

Perfil dos entrevistados:

Idade () 16-30 () 31-45 () 46-60 () mais de 60

Sexo () masculino () feminino

Trabalha Sim () Não () No presídio () outro ()

Em relação ao local de residência:

Há quantos anos você mora no Bairro?

Sua casa é própria? Sim () não ()

Se você pudesse, mudaria de Bairro? () sim () não, por quê?

Com relação a segurança, você classificaria seu bairro em () muito seguro () regularmente seguro () pouco seguro () inseguro

Seu nível de segurança tem relação com a existência de presídios na cidade? () sim () não.

Em relação à criminalidade em Itirapina

Você considera que a cidade de Itirapina tem problemas com a criminalidade? () sim () não

Você tem medo de alguma área na cidade? () sim () não, qual?

Em sua residência você possui: () grades () cerca elétrica () vigilância privada () cachorro () câmeras de segurança

Qual é a principal causa para a criminalidade na cidade? Indique até três causas para a criminalidade urbana em Itirapina:

Já sofreu algum ato de violência: roubo () assalto () outros ()

Em termos de violência, você classificaria Itirapina como: () muito violenta () mediamente violenta () pouco violenta () segura.

Em relação aos presídios.

Você se sente seguro com os presídios? () sim () não

A presença dos presídios é boa para cidade? (para quem nasceu no município) () sim () não

O que você acha dos indultos concedidos a presos de bom comportamento?

Anexo 3: Modelo de Questionário (Não nascidos em Itirapina)

Perfil dos entrevistados:

Idade () 16-30 () 31-45 () 46-60 () mais de 60

Sexo () masculino () feminino

Cidade e estado de origem?

Há quanto tempo está em Itirapina e por que veio pra cá?

Trabalha Sim () Não () No presídio () outro ()

Em relação ao local de residência:

Há quantos anos você mora no Bairro?

Sua casa é própria? Sim () não ()

Se você pudesse, mudaria de Bairro? () sim () não, por quê?

Com relação a segurança, você classificaria seu bairro em () muito seguro () regularmente seguro () pouco seguro () inseguro ().

Em relação à criminalidade em Itirapina

Você considera que a cidade de Itirapina tem problemas com a criminalidade? () sim () não

Você tem medo de alguma área na cidade? () sim () não. Qual?

Em sua residência você possui: () grades () cerca elétrica () vigilância privada () cachorro () câmeras de segurança

Qual é a principal causa para a criminalidade na cidade? Indique até três causas para a criminalidade urbana em Itirapina:

Já sofreu algum ato de violência: roubo () assalto () outros ()

Em termos de violência, você classificaria Itirapina como: () muito violenta () mediamente violenta () pouco violenta () segura.

Em relação aos presídios.

Você tem alguma relação com os presídios?

Anexo 4: Guia para interpretação de dados referentes ao campo em Itirapina

1. Idade: (a) 16-30 (b) 31-45 (c) 46-60 (d) 60 +
2. Sexo: (a) Masculino (b) Feminino
3. Trabalho: (a) sim (b) não (c) no presídio
4. Cidade e estado de origem:
5. Tempo de residência em Itirapina: (a) -1 ano (b) 1 a 5 (c) 6 a 10 (d) 11 a 15 (e) 16 a 20 (f) 20 a 30 (g) 30 a 40 (h) mais de 50
6. Por que se mudou para Itirapina? (a) trabalho (b) família
7. Há quantos anos mora no Bairro?(a) -1 ano (b) 1 a 5 (c) 6 a 10 (d) 11 a 15 (e) 16 a 20 (f) 20 a 30 (g) 30 a 40 (h) mais de 50
8. Possui casa própria? (a) sim (b) não
9. Se pudesse mudaria de bairro?
(a) sim (b) não por quê?
10. Segurança do Bairro: (a) muito seguro (b) regularmente seguro (c) pouco seguro (d) inseguro
11. Seu nível de insegurança tem relação com a existência dos presídios na cidade? (a) sim (b) não
12. Você considera que Itirapina tem problemas com a criminalidade? (a) sim (b) não
13. Você tem medo de alguma área da cidade?(a) sim (b) não qual?
14. Em sua residência você possui: (a) grades (b) cerca elétrica (c) vigilância privada (d) cachorro (e) câmeras de segurança.
15. Qual a principal causa para a criminalidade na cidade?
(a) desemprego (b) drogas (c) familiares dos presos (d) jovens sem ocupação (e) nenhuma (f) presídios
16. Indique até três causas para a criminalidade urbana em Itirapina: (a) drogas, (b) presídios (c) falta de perspectiva (d) desemprego (e) desemprego dos jovens (f) alcoolismo (g) ausência de religião
17. Já sofreu algum ato de violência? (a) roubo (b) assalto (c) outros (d) nenhum
18. Em termos de violência você classificaria Itirapina como: (a) muito violenta (b)mediamente violenta (c) pouco violenta (d) segura
19. Você tem, alguma relação com os presídios?(a) sim (b) não (c)qual
20. Você se sente seguro com os presídios?(a) sim (b) não
21. A presença dos presídios é boa para a cidade?(a) sim (b) não
22. O que você acha dos indultos concedidos a presos de bom comportamento?
(a) absurdo (b) É um direito (c) Errado, ele devia ficar preso (d)medo (e) não é uma preocupação (f) normal

Anexo 5: tabela com os dados de campo.

setor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
1	1	b	a	a	Analândia-sp	b	a	a	violência	a	b	a	a N. Itirapina	d	drogas	a b c	c	b	a	a	a	absurdo
2	1	c	b	b	Bairi-sp	b	a	b	b gosta do lugar	b	a	b	b	d	fam. presos	a c d	b	b	b	b	b	medo
3	1	d	a	a	Itaqueri-sp	c	b	e	a trafico de drogas	c	a	a	b	d	desemprego	a c g	c	c	b	b	b	normal
4	1	c	a	c	Londrina-pr	a	a	d	a violência	d	a	a	a N. Itirapina	a	nenhuma	a b d	d	a	b	b	b	medo
5	1	a	a	b	Rio Claro-sp	c	a	a	a presídios	a	a	b	a. Centro	d	presídios	a c f	a	b	b	b	b	é um direito
6	1	c	a	b	Itirapina-sp	d	* c	a	a trafico de drogas	b	b	a	b	d	drogas	b c d	b	a	a	a	a	absurdo
7	1	d	b	b	Itirapina-sp	e	* a	a	a violência	b	a	b	b	d	joventes sem ocupação	b c f	a	c	b	b	b	normal
8	1	a	b	c	Rio Claro-sp	f	b	c	a b gosta do lugar	b	b	a	b	b	nenhuma	a b c	c	d	b	a	b	errado, devia ficar preso
9	1	b	a	a	Itirapina-sp	g	* d	a	a violência	b	a	a	a. Vila Fepasa	d	nenhuma	a c d	d	c	b	b	b	medo
10	1	c	b	b	Itirapina-sp	g	* d	b	a trafico de drogas	a	a	b	b	d	drogas	a c d	c	b	b	b	b	errado, devia ficar preso
11	1	d	a	a	Boa Esperança-mg	b	b	a	a violência	b	a	a	a N. Itirapina	d	desemprego	e b d	a	c	b	b	b	não é uma preocupação
12	1	a	b	b	Itirapina-sp	c	* d	b	a presídios	b	a	a	b	a,d	desemprego	a c f	d	c	b	b	a	normal
13	1	c	b	a	Londrina-pr	d	b	b	a trafico de drogas	b	a	b	b	d	drogas	b c d	b	c	b	b	b	medo
14	1	b	a	a	Castro-pr	a	a	g	a b gosta do lugar	c	b	a	b	d	fam. presos	b c f	d	a	a	a	a	medo
15	1	c	a	b	São Paulo-sp	d	a	d	b a violência	b	a	a	a N. Itirapina	d	desemprego	a d c	d	c	b	a	b	é um direito
16	1	d	b	a	Itirapina-sp	a	* h	b	a trafico de drogas	b	a	b	a N. Itirapina	a	presídios	a c d	a	b	b	b	b	normal
17	1	c	a	a	Itirapina-sp	a	* b	a	a violência	b	a	a	b	d	presídios	a c d	b	b	b	b	b	absurdo
18	1	b	a	a	Rio Claro-sp	c	a	d	b a presídios	a	a	b	b	d	drogas	a b d	c	c	b	b	b	normal
19	1	c	b	a	Itirapina-sp	b	* f	a	a trafico de drogas	a	b	a	a N. Itirapina	d	drogas	a c f	b	d	b	a	a	normal
20	1	d	b	a	Maranguape-ce	e	a	c	a b gosta do lugar	b	a	a	a. Vila Fepasa	d	joventes sem ocupação	b c d	c	c	b	b	b	absurdo
21	1	a	b	b	Itirapina-sp	c	* c	a	a violência	a	a	b	a. Centro	d	fam. presos	b c a	d	b	b	b	b	é um direito
22	1	c	a	a	Rio Claro-sp	a	a	a	a violência	b	b	a	a N. Itirapina	d	presídios	a b c	a	b	b	a	a	normal
23	1	b	a	a	Itirapina-sp	d	* d	a	a trafico de drogas	c	b	a	b	a	drogas	a c d	d	c	b	a	a	medo
24	1	c	b	b	Itirapina-sp	c	* d	b	b gosta do lugar	b	a	b	a. Vila Fepasa	d	fam. presos	a c d	d	b	b	b	b	normal
25	1	d	a	b	Rio Claro-sp	b	a	d	b a violência	b	a	a	b	a,d	desemprego	a b d	d	c	b	b	b	não é uma preocupação
26	1	d	a	a	Analândia-sp	a	b	a	a trafico de drogas	a	b	a	a N. Itirapina	d	presídios	a c f	b	b	b	b	b	errado, devia ficar preso
27	1	c	b	a	Itirapina-sp	b	* d	b	a violência	c	b	b	b	d	drogas	b c d	d	b	b	a	a	medo
28	1	c	a	a	Londrina-pr	c	b	d	b a presídios	b	a	a	b	d	desemprego	b c f	d	b	b	b	b	absurdo

setor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
29	2	b	a	a	Itirapina-sp	d	*	d	a	b	gosta do lugar	b	a	b	a	abc	c	c	b	a	b	normal
30	2	a	a	c	Bandeirantes-pr	f	b	d	a	a	violência	b	a	b	b	acd	d	b	b	b	b	não é uma preocupação
31	2	b	a	a	Itirapina-sp	b	*	a	b	a	tráfico de drogas	c	a	a	a	afe	a	c	b	b	b	medo
32	2	a	b	a	Ipeúna-sp	e	a	c	a	b	gosta do lugar	b	a	b	b	abd	c	d	b	b	b	medo
33	2	b	b	b	Itirapina-sp	c	*	g	b	a	violência	a	a	a	a	acb	b	c	b	b	b	é um direito
34	2	c	a	a	Mococa-sp	a	a	f	b	a	violência	b	a	a	a	bcd	b	a	b	a	b	absurdo
35	2	b	a	a	Itirapina-sp	d	*	d	a	b	gosta do lugar	b	a	b	b	bcd	d	c	b	b	b	normal
36	2	a	b		Barbacena-mg	a	b	d	b	a	violência	b	a	a	b	abd	d	a	b	b	b	normal
37	2	d	b	a	Londrina-pr	f	a	c	b	a	tráfico de drogas	b	a	a	b	acd	c	c	a	a	b	errado, devia ficar preso
38	2	d	b	a	Itirapina-sp	c	*	f	a	a	violência	a	a	a	a	ade	d	b	b	b	b	é um direito
39	2	c	b	a	Araraquara-sp	g	a	a	b	a	gosta do lugar	b	a	b	d	abd	a	c	b	b	b	normal
40	2	b	a	b	Itirapina-sp	a	*	g	b	a	presídios	b	a	a	a	acb	d	c	b	b	b	normal
41	2	b	b	b	Rio Claro-sp	c	a	a	b	a	tráfico de drogas	c	a	a	b	bcd	a	b	b	b	b	absurdo
42	2	b	b	a	Itaqueri-sp	b	b	e	a	a	tráfico de drogas	b	b	b	b	bcf	d	d	b	a	a	absurdo
43	2	b	a	a	Itirapina-sp	a	b	d	b	a	violência	b	b	a	a	abc	d	c	b	a	a	medo
44	2	a	a	a	São Carlos-sp	c	b	d	a	b	gosta do lugar	b	a	b	b	acd	d	b	b	b	b	normal
45	2	b	a	b	Itirapina-sp	c	*	c	a	a	violência	c	a	a	b	afg	c	d	b	b	b	medo
46	2	a	b	b	Boa Esperança-mg	b	b	d	b	a	violência	c	a	b	b	abd	d	b	b	b	b	é um direito
47	2	a	a	b	Itirapina-sp	d	*	a	a	a	presídios	a	a	a	a	acf	b	b	a	a	b	medo
48	2	a	b	a	Divinópolis-mg	g	a	d	b	a	tráfico de drogas	b	a	a	b	bcd	d	c	b	b	b	não é uma preocupação
49	2	b	a	b	Itirapina-sp	e	*	d	a	a	violência	b	a	a	b	bcd	d	d	b	b	b	normal
50	2	b	a	a	São Paulo-sp	a	a	d	a	b	gosta do lugar	a	b	b	b	abc	d	c	b	a	a	absurdo
51	2	a	a	b	Itirapina-sp	c	*	a	b	a	violência	b	a	a	b	acd	d	c	b	b	a	errado, devia ficar preso
52	2	a	b	a	Itirapina-sp	b	*	c	a	a	presídios	b	b	a	a	afg	c	c	b	a	a	é um direito
53	2	b	b	a	Santana do Cariri-ce	c	b	d	a	b	gosta do lugar	a	a	a	b	abd	d	b	b	b	b	normal
54	2	a	a	a	Bandeirantes-pr	b	b	a	b	a	violência	b	a	b	b	acf	a	b	b	b	b	absurdo
55	2	b	a	a	Itirapina-sp	a	*	c	a	a	tráfico de drogas	b	b	a	a	bcd	c	c	b	a	a	não é uma preocupação
56	3	c	b	a	Rio Claro-sp	f	b	h	a	a	violência	a	a	a	b	bcd	d	b	b	b	b	normal
57	3	b	b	b	Itirapina-sp	d	*	d	a	a	tráfico de drogas	b	b	b	b	dbc	d	b	b	a	a	normal
59	3	a	b	a	Três pontas-mg	c	b	d	b	a	tráfico de drogas	a	a	a	b	afe	d	c	b	b	b	é um direito

setor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
60	3	a	b	a	Itirapina-sp	d	*	d	b	a	violência	b	a	a	drogas	a	b	d	b	b	b	medo
61	3	b	b	a	Itirapina-sp	e	*	d	a	b	gosta do lugar	b	a	a	drogas	d	d	d	b	a	a	normal
62	3	b	a	b	Itaqueri-sp	c	b	d	b	a	violência	c	a	a	fam. presos	d	c	c	b	b	b	medo
63	3	a	a	b	Itirapina-sp	a	*	b	a	a	presídios	b	a	b	desemprego	d	b	c	b	b	b	absurdo
64	3	a	a	a	Itirapina-sp	f	*	d	a	a	violência	b	a	a	presídios	d	d	b	b	b	b	errado, devia ficar preso
65	3	b	a	a	Castro-pr	d	b	c	b	a	gosta do lugar	a	b	a	presídios	c	c	a	b	a	a	normal
66	3	a	b	c	Itirapina-sp	b	*	d	a	a	violência	b	a	a	nenhuma	d	d	b	b	b	b	não é uma preocupação
67	3	a	a	a	Itirapina-sp	g	*	d	a	a	tráfico de drogas	b	b	b	drogas	d	d	c	b	a	a	é um direito
68	3	a	b	a	São Carlos-sp	a	b	e	b	a	presídios	b	b	a	nenhuma	d	c	c	b	a	b	não é uma preocupação
69	3	a	b	b	Itirapina-sp	c	*	d	a	a	violência	b	a	a	fam. presos	b	d	b	b	b	b	é um direito
70	3	b	a	a	Rio Claro-sp	a	d	a	b	b	gosta do lugar	b	b	b	fam. presos	d	d	b	b	a	a	não é uma preocupação
71	3	b	a	a	Itirapina-sp	e	*	a	b	a	tráfico de drogas	a	a	a	nenhuma	a	a	c	b	b	b	normal
72	3	c	b	b	Itirapina-sp	c	*	d	a	a	violência	a	a	b	jovens sem ocupação	a	d	b	b	b	b	normal
73	3	b	b	b	São Paulo-sp	b	b	h	b	b	gosta do lugar	c	a	a	presídios	a	f	g	d	b	b	absurdo
74	3	a	b	a	Mococa-sp	a	b	c	a	a	violência	a	a	a	desemprego	a	b	d	b	c	b	medo
75	4	b	a	b	Itirapina-sp	e	b	d	a	a	tráfico de drogas	b	a	b	drogas	a	c	f	d	b	b	é um direito
76	4	b	b	b	Bandeirantes-pr	f	b	d	b	a	violência	b	b	a	drogas	b	c	d	d	b	a	normal
77	4	a	a	a	Itirapina-sp	c	*	a	b	a	violência	c	a	a	presídios	b	e	f	a	c	a	não é uma preocupação
78	4	a	b	a	Itirapina-sp	c	*	d	a	a	presídios	b	a	b	desemprego	c	b	a	d	b	b	medo
79	4	b	b	b	Rio Claro-sp	a	b	e	b	b	gosta do lugar	b	a	a	presídios	a	c	d	d	b	b	medo
80	4	a	a	a	Itirapina-sp	d	*	c	a	a	violência	b	b	b	nenhuma	a	f	g	c	c	b	errado, devia ficar preso
81	4	a	b	b	Itirapina-sp	a	*	d	b	b	gosta do lugar	b	a	a	fam. presos	a	b	d	b	b	b	absurdo
82	4	b	a	b	Bandeirantes-pr	a	b	b	a	a	tráfico de drogas	c	a	a	nenhuma	a	c	f	b	c	b	não é uma preocupação
83	4	b	b	a	Análândia-sp	d	b	d	a	a	violência	b	b	a	desemprego	b	c	d	d	b	a	normal
84	4	b	b	b	Itirapina-sp	b	*	g	a	a	violência	b	a	b	drogas	b	c	f	d	b	b	não é uma preocupação
85	4	a	a	a	Porto Ferreira-sp	e	b	c	a	a	presídios	a	a	a	fam. presos	a	b	c	d	b	b	absurdo
86	4	c	b	a	Boa Esperança-mg	g	b	d	b	b	gosta do lugar	a	b	b	drogas	a	c	d	d	b	b	é um direito
87	4	b	b	b	Itirapina-sp	d	*	c	a	a	violência	b	b	a	desemprego	a	f	e	c	c	b	medo
89	4	a	b	b	Araraquara-sp	h	b	d	a	a	tráfico de drogas	b	b	a	drogas	a	c	f	d	b	b	normal
90	4	b	a	a	Rio Claro-sp	d	a	d	a	a	violência	a	a	a	fam. presos	b	c	d	d	a	b	não é uma preocupação
91	4	a	a	a	Itirapina-sp	b	*	b	b	b	gosta do lugar	b	a	b	desemprego	b	c	f	b	b	b	medo

	setor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
92	4	a	b	b	Itirapina-sp	f	*	c	a	a	tráfico de drogas	b	a	a	N. Itirapina	d	a	b	f	c	b	b	é um direito
93	4	a	b	b	Itirapina-sp	a	*	a	b	a	violência	a	a	b		d	a	c	d	b	a	a	normal
94	4	a	a	a	Itirapina-sp	c	*	d	b	b	gosta do lugar	a	a	b	b	d	a	f	d	b	b	b	errado, devia ficar preso
95	4	b	b	b	Mococa-sp	c	b	d	a	a	violência	b	b	a	b	d	a	b	d	b	b	a	absurdo
96	4	b	b	b	Itirapina-sp	e	*	d	a	a	presídios	a	b	b	a	b	d	a	f	d	c	b	absurdo
97	4	a	a	a	Itirapina-sp	b	*	c	a	a	tráfico de drogas	a	b	a	b	d	a	b	a	d	b	a	medo
98	4	a	b	b	Boa Esperança-mg	b	b	d	b	a	violência	b	b	a	b	d							normal
99	4	b	b	b	Itirapina-sp	d	*	b	a	b	gosta do lugar	b	a	b	b	d	a	b	c	b	b	a	normal
100	4	b	a	a	Bandeirantes-pr	b	b	a	a	a	violência	c	a	b	b	d	a	c	d	a	d	b	não é uma preocupação
101	4	b	a	a	Itirapina-sp	a	*	d	a	a	violência	b	b	a	b	d	a	f	d	c	b	b	é um direito
102	4	a	b	a	Itirapina-sp	g	*	c	a	b	gosta do lugar	a	b	b	a	d							normal
103	4	b	a	b	São Carlos-sp	f	b	g	a	a	violência	b	a	b	b	d	a	c	f	d	c	b	não é uma preocupação
104	4	c	b	a	Itirapina-sp	b	*	d	a	a	tráfico de drogas	b	b	b	b	d	a	c	d	b	b	a	medo
105	5	b	b	a	Itirapina-sp	a	*	c	a	b	gosta do lugar	c	a	a	a	d							não é uma preocupação
106	5	b	a	a	Itirapina-sp	a	*	d	b	a	violência	b	a	b	b	d	a	b	c	d	b	b	errado, devia ficar preso
107	5	c	b	a	São Carlos	c	b	d	b	b	gosta do lugar	b	b	b	a	d	a	c	d	b	b	a	normal
108	5	a	b	a	Itirapina-sp	b	*	c	a	a	violência	a	a	b	b	d	a	f	d	b	b	b	medo
109	5	c	a	b	Itirapina-sp	a	*	d	a	a	presídios	b	a	a	a	d	a	b	d	b	b	b	é um direito
110	5	d	b	b	Itirapina-sp	e	*	d	a	a	violência	b	b	b	b	d	a	c	f	d	c	b	normal
111	5	c	b	c	Cascavel-pr	b	b	b	a	b	gosta do lugar	b	b	a	a	d	a	b	c	f	b	b	absurdo
112	5	b	b	b	Itirapina-sp	a	*	g	a	a	violência	c	b	a	b	d	a	b	c	d	c	b	absurdo
113	5	a	a	a	Ipeúna-sp	f	b	d	a	a	tráfico de drogas	b	a	b	b	d	a	b	c	d	c	b	medo
114	5	b	b	a	Itirapina-sp	b	*	g	b	a	violência	c	a	b	b	d	a	c	d	d	b	b	é um direito
115	5	a	a	a	Itirapina-sp	c	*	a	b	b	gosta do lugar	a	a	b	b	d	a	f	d	a	d	b	normal
116	5	a	a	a	Itirapina-sp	a	*	d	a	a	violência	a	a	b	b	d	a	b	d	a	b	b	não é uma preocupação
117	5	c	b	a	Rio Claro-sp	e	b	d	b	a	violência	c	b	a	a	d	a	c	f	d	c	b	medo
119	5	b	a	b	Araraquara-sp	a	b	h	b	b	gosta do lugar	b	b	b	b	d	a	b	a	f	a	b	errado, devia ficar preso
120	5	b	a	a	Itirapina-sp	d	*	d	b	a	violência	c	b	a	b	d	a	b	c	d	b	b	absurdo
121	5	b	a	a	Itirapina-sp	b	*	f	a	a	presídios	b	a	b	a	d	a	c	d	d	b	b	normal
122	5	c	b	a	Itaqueri-sp	d	b	b	a	b	gosta do lugar	b	a	a	b	d	a	f	d	b	b	b	não é uma preocupação
123	6	a	b	b	Itirapina-sp	c	*	d	b	a	tráfico de drogas	a	b	a	a	d	a	b	d	c	b	a	é um direito

	setor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22		
124	6	a	a	a	Barbacena-mg	d	b	d	a	a	violência	a	b	b	d	drogas	a	c	f	d	b	b	a	medo	
125	6	b	b	b	Itirapina-sp	a	*	d	a	a	violência	c	a	a	a	N. Itirapina	a	b	c	d	c	b	b	é um direito	
126	6	a	b	a	São Carlos-sp	b	b	c	a	a	violência	b	b	a	a	N. Itirapina	d	b	c	f	c	b	b	medo	
127	6	b	b	b	Itirapina-sp	b	*	g	a	b	gosta do lugar	b	b	b	a	N. Itirapina	d	a	b	c	a	b	a	absurdo	
128	6	b	a	b	Itirapina-sp	c	*	d	b	a	violência	a	b	b	d	fam. presos	d	a	c	d	a	b	a	não é uma preocupação	
129	6	d	a	a	Análândia-sp	c	b	b	a	a	violência	b	b	a	b	drogas	a	f	b	b	b	b	a	errado, devia ficar preso	
130	6	a	b	a	Itirapina-sp	g	*	d	b	a	violência	c	a	a	b	desemprego	a	b	d	d	b	a	b	normal	
131	6	a	b	a	São Paulo-sp	d	b	d	a	b	gosta do lugar	b	a	b	a	drogas	a	c	f	d	b	b	b	não é uma preocupação	
132	6	b	a	a	Itirapina-sp	d	*	a	a	a	violência	a	a	a	a. Vila Fepasa	d	b	c	d	c	b	b	b	absurdo	
133	6	a	b	b	Itirapina-sp	c	*	c	a	a	presídios	c	b	a	b	presídios	d	b	c	f	c	c	b	a	medo
134	6	b	c	a	Itirapina-sp	b	*	d	b	a	violência	b	a	a	b	presídios	a	b	c	d	c	b	b	é um direito	
135	6	b	a	a	Porto Ferreira-sp	a	b	h	b	b	gosta do lugar	c	b	a	a	drogas	a	c	b	d	b	b	a	normal	
136	6	c	b	b	Itirapina-sp	e	*	a	a	b	violência	b	b	a	b	desemprego	a	f	g	a	b	b	a	não é uma preocupação	
137	6	b	a	b	Itirapina-sp	a	*	d	a	a	tráfico de drogas	c	b	a	b	desemprego	a	b	d	d	a	b	a	a	não é uma preocupação
138	6	a	a	a	Rio Claro-sp	f	b	d	b	a	violência	b	a	a	a	desemprego	a	c	f	d	d	b	b	normal	
139	6	a	b	a	Itirapina-sp	c	*	c	a	b	gosta do lugar	b	b	a	b	nenhuma	b	c	d	c	c	b	a	normal	
140	6	a	a	b	Análândia-sp	g	b	d	b	a	violência	c	a	b	b	drogas	b	c	f	d	b	b	b	errado, devia ficar preso	
141	6	a	a	a	Cascavel-pr	a	b	b	b	a	presídios	b	a	a	a	nenhuma	a	b	c	b	b	b	a	é um direito	
142	6	b	b	b	Cambuí-mg	f	b	d	a	a	tráfico de drogas	b	b	b	a	presídios	a	c	d	d	b	b	a	absurdo	
143	6	b	a	a	Terra Roxa-pr	b	b	g	b	a	violência	c	a	a	b	nenhuma	a	f	g	a	b	b	b	medo	
144	6	a	b	b	Rio Claro-sp	e	b	d	a	b	gosta do lugar	b	a	a	b	desemprego	a	b	d	d	b	b	b	é um direito	
145	6	b	a	a	Itirapina-sp	d	*	e	b	a	violência	b	b	a	b	drogas	a	c	f	d	b	b	a	não é uma preocupação	
146	6	c	a	b	Itirapina-sp	a	*	d	b	b	gosta do lugar	b	b	a	b	nenhuma	b	c	d	d	c	b	a	é um direito	
147	6	b	b	a	Boa Esperança-mg	c	a	e	a	a	tráfico de drogas	c	b	a	a	fam. presos	b	c	f	c	c	b	a	medo	
149	6	a	b	a	Bandeirantes-pr	d	b	d	b	b	gosta do lugar	b	b	a	b	drogas	a	c	d	d	c	b	b	medo	
150	6	c	b	b	Itirapina-sp	b	*	e	b	a	violência	b	a	a	b	drogas	a	f	e	a	b	b	b	não é uma preocupação	
151	6	c	a	a	Itirapina-sp	a	*	d	b	a	presídios	b	b	a	b	drogas	a	b	d	d	b	a	a	absurdo	
152	6	a	a	b	Itirapina-sp	e	*	b	a	a	violência	b	a	a	a	drogas	a	c	f	d	c	b	b	não é uma preocupação	
153	7	c	a	a	São Paulo-sp	f	a	d	a	b	gosta do lugar	b	a	b	b	nenhuma	b	c	d	d	b	b	b	normal	
154	8	b	a	b	Itirapina-sp	a	b	a	b	a	violência	b	a	a	b	presídios	b	c	f	a	b	b	b	errado, devia ficar preso	
155	8	b	b	a	Buritit-mg	f	a	c	b	a	violência	c	a	a	b	fam. presos	a	b	c	b	b	b	b	medo	

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
156	8	b	a	b	Itirapina-sp	c	b	a	b	gosta do lugar	a	b	b	a	desemprego	a	c	d	b	a	a	normal
157	8	a	b	a	Itirapina-sp	b	a	a	b	tráfico de drogas	c	a	b	d	drogas	a	b	b	b	b	b	absurdo
158	8	a	b	b	Divinópolis-mg	g	b	b	b	violência	b	a	b	b	drogas	a	b	b	b	a	a	normal
159	8	b	a	a	Itirapina-sp	h	*	a	a	violência	b	a	a	d	nenhuma	a	c	b	b	b	b	medo
160	8	a	b	b	Itirapina-sp	c	*	d	b	tráfico de drogas	b	a	b	d	fam. presos	b	c	d	a	b	a	é um direito
161	8	a	b	b	Itaquerei-sp	b	a	b	b	gosta do lugar	b	a	b	d	desemprego	b	c	f	c	b	a	normal
162	8	b	b	a	Itirapina-sp	a	*	b	a	violência	b	a	a	d	fam. presos	a	b	c	b	b	b	é um direito
163	8	a	b	b	Itirapina-sp	g	*	d	a	presídios	b	b	b	d	presídios	a	c	d	c	b	a	não é uma preocupação
164	8	c	a	a	São Carlos	e	b	b	b	violência	c	a	a	d	drogas	a	f	g	d	b	b	medo
165	8	c	b	b	Itirapina-sp	a	*	b	a	gosta do lugar	b	a	a	d	nenhuma	a	b	d	c	a	b	errado, devia ficar preso
166	8	a	a	a	Porto Ferreira-sp	f	a	b	b	violência	b	a	a	d, c	desemprego	a	c	f	d	c	b	medo
167	8	c	b	b	Itirapina-sp	a	*	d	b	tráfico de drogas	c	a	a	d	desemprego	b	c	d	d	b	b	medo
168	8	b	a	a	Ubajara-ce	h	b	a	a	violência	b	a	a	d	nenhuma	b	c	f	a	c	b	medo
169	8	a	a	b	Rio Claro-sp	b	a	a	b	gosta do lugar	b	a	a	d	jovens sem ocupação	a	b	c	c	b	b	é um direito
170	8	c	b	a	Itirapina-sp	a	*	c	b	presídios	c	a	b	d	nenhuma	a	c	d	c	b	b	normal
171	8	b	a	b	Itirapina-sp	f	*	b	a	violência	b	a	b	a, d	presídios	a	f	g	d	b	b	não é uma preocupação
172	8	b	b	a	Ribeirão Claro-pr	c	a	b	b	tráfico de drogas	b	a	a	d	drogas	a	b	d	c	b	b	medo
173	8	c	b	b	Itirapina-sp	a	*	d	b	tráfico de drogas	b	a	a	b	drogas	a	c	f	d	b	b	não é uma preocupação
174	8	b	a	a	Araraquara-sp	d	b	a	b	gosta do lugar	b	a	b	d	fam. presos	b	c	d	a	c	b	absurdo
175	8	a	b	b	Itirapina-sp	c	*	d	a	violência	b	a	a	a, Vila Fepasa	desemprego	b	c	f	d	b	b	não é uma preocupação
176	8	a	b	b	Itaquerei-sp	g	a	d	b	presídios	b	a	a	d	fam. presos	a	f	c	d	c	b	normal
177	8	a	b	a	Itirapina-sp	b	*	b	a	violência	b	a	a	d	desemprego	a	c	d	b	b	b	é um direito
179	8	b	a	a	Itirapina-sp	e	a	c	b	gosta do lugar	a	a	a	d	nenhuma	a	b	d	c	b	b	normal
180	8	b	a	b	São Carlos-sp	c	b	d	a	violência	b	a	b	a	presídios	a	c	f	d	c	a	errado, devia ficar preso
181	8	a	b	a	Itirapina-sp	h	*	b	b	gosta do lugar	b	a	b	d	drogas	b	c	d	b	c	b	absurdo
182	8	a	b	b	Alfenas-mg	c	b	b	a	violência	a	a	a	d	drogas	b	c	f	b	b	b	medo
183	8	b	a	b	Itirapina-sp	b	*	b	a	tráfico de drogas	b	a	a	d	nenhuma	a	b	c	b	b	b	é um direito
184	8	b	b	a	Itirapina-sp	h	*	d	b	violência	c	b	b	d	drogas	a	c	d	d	c	b	absurdo
185	8	a	a	b	Pacajus-ce	d	a	a	b	violência	a	b	b	d	nenhuma	a	f	g	a	b	a	não é uma preocupação
186	8	a	a	a	Itirapina-sp	a	*	d	a	gosta do lugar	b	a	b	b	nenhuma	a	b	d	c	b	b	medo
187	8	b	b	b	Frutal-mg	f	a	a	b	violência	c	b	a	d	jovens sem ocupação	a	c	f	a	b	a	não é uma preocupação

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
188	9	b	a	Carvalhópolis-mg	f	b	d	b	a	tráfico de drogas	b	a	a	b	d	b	c	d	b	b	b	normal
189	9	c	a	Rio Claro-sp	e	b	d	b	b	gosta do lugar	b	a	a	b	d	b	c	b	b	b	b	é um direito
190	9	c	a	Itirapina-sp	a	*	d	a	a	violência	b	a	b	d	a	b	c	b	b	a	a	medo
191	9	a	b	Itirapina-sp	h	*	d	a	a	presídios	c	a	a	a	d	a	c	b	b	b	b	é um direito
192	9	a	a	Itirapina-sp	f	*	b	a	a	violência	b	a	b	d	a	f	b	d	b	b	b	normal
193	9	a	b	Rio Claro-sp	b	b	d	a	a	tráfico de drogas	b	b	a	b	d	a	b	b	b	a	a	não é uma preocupação
194	9	d	b	Itirapina-sp	a	*	d	a	a	violência	c	a	a	b	d	a	c	a	a	b	b	medo
195	9	d	a	Itirapina-sp	g	*	d	b	a	tráfico de drogas	b	a	a	b	d	b	b	b	b	b	b	errado, devia ficar preso
196	9	b	b	Itirapina-sp	d	*	d	a	a	presídios	c	a	a	a	d	c	f	d	b	b	b	errado, devia ficar preso
197	9	a	b	Alfenas-mg	a	b	d	a	b	gosta do lugar	b	b	b	a	a	b	c	b	a	b	a	absurdo
198	9	c	a	Itirapina-sp	c	*	d	b	a	violência	b	a	b	a	d	a	c	a	b	b	b	normal
199	9	b	a	Mococa-sp	g	a	a	a	a	tráfico de drogas	c	b	a	b	d	a	f	a	b	b	a	medo
200	9	b	b	Itirapina-sp	a	b	d	a	b	gosta do lugar	b	b	b	b	d	a	b	c	b	a	a	medo
201	9	b	b	Brotas-sp	g	a	c	b	a	violência	b	a	a	b	d	a	f	c	b	b	b	é um direito
202	9	b	a	Itirapina-sp	a	*	d	a	a	violência	b	b	a	b	d	b	c	d	b	a	b	normal
203	9	a	b	São Carlos	d	b	b	a	a	tráfico de drogas	a	a	a	a	d	b	c	a	a	b	b	não é uma preocupação
204	9	b	a	Itirapina-sp	a	*	d	a	b	gosta do lugar	b	b	a	b	d	a	b	c	b	a	a	normal
205	9	b	a	Itirapina-sp	h	*	c	a	a	violência	c	b	b	b	d	a	c	b	b	a	a	errado, devia ficar preso
206	9	c	b	Castro-pr	b	b	d	b	a	tráfico de drogas	b	a	a	a	d	e	b	c	b	b	b	errado, devia ficar preso
207	9	c	a	Itirapina-sp	f	*	b	a	a	violência	c	a	a	b	d	a	b	b	b	b	b	não é uma preocupação
209	9	c	a	Itirapina-sp	c	*	d	b	a	violência	b	a	a	b	d	a	c	b	b	b	b	é um direito
210	9	a	a	Três pontas-mg	g	b	a	a	b	gosta do lugar	b	a	a	b	d	a	c	b	b	b	b	medo
211	9	b	b	Itirapina-sp	b	*	b	a	a	violência	b	b	a	b	d	a	b	c	b	b	b	é um direito
212	10	a	b	Itirapina-sp	f	*	d	b	a	violência	b	b	b	b	d	a	c	c	a	a	b	não é uma preocupação
213	10	a	a	São Carlos-sp	d	a	c	a	b	gosta do lugar	b	b	a	b	d	a	f	c	c	b	a	não é uma preocupação
214	10	a	b	Itirapina-sp	c	*	d	a	a	violência	b	a	a	b	d	a	b	b	b	b	b	absurdo
215	10	b	b	Itirapina-sp	a	*	b	b	a	tráfico de drogas	b	a	b	b	d	a	c	b	b	b	b	medo
216	10	b	b	Itirapina-sp	g	*	c	b	a	violência	b	b	a	b	d	d	c	b	b	a	b	não é uma preocupação
217	10	c	a	Araraquara-sp	b	b	d	a	b	gosta do lugar	b	a	a	b	d	a	f	c	c	b	b	não é uma preocupação
218	10	a	a	Itirapina-sp	e	*	a	b	a	violência	b	b	a	a	d	a	c	b	b	a	b	medo
219	10	b	b	Itirapina-sp	c	*	b	a	a	tráfico de drogas	b	b	b	b	d	a	c	b	b	a	b	é um direito

220	10	b	a	Fortaleza-ce	d	b	d	a	a	a	violência	b	a	a	b	a	b	d	nenhuma	a f g	d	b	b	b	b	normal
221	10	c	a	Andradas-mg	a	a	d	a	a	a	violência	b	a	a	a	N. Itirapina	d	drogas	a b d	d	a	b	b	b	b	não é uma preocupação
222	10	b	b	Itirapina-sp	d	*	d	a	a	a	trafico de drogas	b	b	a	a	Centro	d	nenhuma	a c f	d	b	b	a	b	a	absurdo
223	10	b	a	Porto Ferreira-sp	e	b	c	a	b	a	gosta do lugar	a	a	b	b	a. Vila Fepasa	d	presídios	b c d	c	c	b	b	b	normal	
224	10	a	a	Itirapina-sp	b	*	a	b	a	b	violência	a	b	a	a	b	drogas	b c f	d	a	c	b	a	b	normal	
225	10	a	b	Itirapina-sp	g	*	d	b	a	a	violência	b	a	a	b	b	drogas	a b d	d	d	d	b	b	b	medo	
226	10	b	a	Terra Roxa-pr	c	b	d	b	b	a	gosta do lugar	b	a	b	a	N. Itirapina	d	juvens sem ocupação	a c d	d	b	b	b	b	errado, devia ficar preso	
227	10	a	a	Uberaba-mg	d	a	d	a	a	a	violência	c	a	b	b	b	nenhuma	a c e	d	c	b	b	b	b	medo	
228	10	b	b	São Paulo-sp	a	a	d	a	a	a	presídios	b	a	a	b	fam. presos	d	fam. presos	a b d	d	b	b	b	b	medo	
229	10	b	a	Itirapina-sp	h	*	d	a	a	a	trafico de drogas	b	a	a	a	N. Itirapina	d	presídios	a b f	d	b	b	b	b	é um direito	
230	10	c	a	Rio Claro-sp	b	a	a	a	a	a	violência	b	a	b	a	N. Itirapina	d	drogas	b c d	a	c	b	b	b	é um direito	
231	10	a	b	Itirapina-sp	f	*	b	b	a	a	violência	c	a	a	b	b	desemprego	b c d	b	b	b	b	b	b	não é uma preocupação	
232	10	c	a	Brotas-sp	e	b	d	b	a	a	trafico de drogas	b	a	a	b	b	juvens sem ocupação	a b d	d	c	b	b	b	b	normal	
233	10	a	b	Itirapina-sp	c	*	c	a	b	a	gosta do lugar	b	b	a	a	N. Itirapina	d	nenhuma	a c d	c	b	b	a	b	normal	
234	10	a	a	Itaqueri-sp	c	a	d	a	a	a	violência	c	a	b	b	a	desemprego	a f g	d	c	b	b	b	b	não é uma preocupação	
235	10	c	a	Itirapina-sp	h	*	d	b	b	a	gosta do lugar	b	b	a	a	N. Itirapina	d	nenhuma	a b d	d	b	b	a	a	medo	
236	10	d	b	Itirapina-sp	b	*	a	a	a	a	violência	c	a	a	a	N. Itirapina	d	nenhuma	a c f	a	c	b	b	b	absurdo	
237	10	b	b	Itirapina-sp	g	*	d	a	b	a	gosta do lugar	b	a	b	b	b	drogas	b c d	d	d	b	b	b	b	é um direito	
239	10	a	b	Itirapina-sp	c	*	a	a	b	a	gosta do lugar	b	a	a	b	fam. presos	d	fam. presos	a b c	a	b	b	b	b	errado, devia ficar preso	
240	11	c	b	Itirapina-sp	f	*	d	b	a	a	violência	c	b	b	a	N. Itirapina	d	fam. presos	a c d	d	a	b	b	b	medo	
241	11	b	a	Itirapina-sp	b	*	d	b	a	a	trafico de drogas	b	a	a	b	b	nenhuma	a f g	d	d	b	b	b	b	é um direito	
242	11	b	a	São Carlos	f	b	b	b	a	a	violência	c	b	b	b	b	nenhuma	a b d	b	c	b	a	b	a	medo	
243	11	b	b	Itirapina-sp	e	*	d	b	b	a	gosta do lugar	b	a	a	b	b	drogas	a c f	d	c	b	b	b	b	não é uma preocupação	
244	11	b	b	Brotas-sp	c	a	a	b	a	b	violência	b	b	a	a	N. Itirapina	d	juvens sem ocupação	b c d	a	b	b	a	b	não é uma preocupação	
245	11	c	b	Itirapina-sp	h	*	d	a	a	a	violência	a	a	a	a	b	drogas	b c f	d	a	b	b	b	b	normal	
246	11	b	a	Cascavel-pr	a	a	d	a	a	a	trafico de drogas	c	a	a	a	N. Itirapina	d	desemprego	a f g	d	b	b	b	b	errado, devia ficar preso	
247	11	b	b	Andradas-mg	g	b	b	a	a	b	violência	a	b	b	a	N. Itirapina	d	juvens sem ocupação	a e d	b	c	b	a	b	medo	
248	11	a	b	Itirapina-sp	b	*	d	b	b	a	gosta do lugar	a	a	a	b	b	nenhuma	a c f	d	b	b	b	b	b	é um direito	
249	11	a	b	São Paulo-sp	f	a	c	a	a	a	violência	b	a	a	b	b	presídios	b c d	c	c	b	b	b	b	normal	
250	11	a	b	Itirapina-sp	d	*	d	b	a	a	violência	c	a	a	a	a. Vila Fepasa	d	drogas	b c e	d	c	b	b	b	não é uma preocupação	
251	11	b	b	Itirapina-sp	a	*	a	a	a	a	trafico de drogas	b	b	a	b	b	nenhuma	a c f	a	b	a	b	a	b	normal	

	setor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
252	11	a	a	a	Itirapina-sp	a	*	d	a	b gosta do lugar	b	a	a	b	a	fam. presos	a c d	d	b	b	b	b	absurdo
253	11	b	b	a	Barbacena-mg	c	a	d	b	a violência	b	a	b	a	a. Centro	desemprego	a f g	d	c	b	b	b	não é uma preocupação
254	11	a	b	a	Itirapina-sp	f	*	b	a	a presídios	c	b	a	b	d	presídios	a b d	b	b	b	a	b	medo
255	11	a	b	a	Rio Claro-sp	a	a	b	b	b gosta do lugar	a	a	a	b	d	juvens sem ocupação	a c f	b	d	b	b	b	não é uma preocupação
256	11	c	b	b	Itirapina-sp	e	a	d	a	a violência	b	a	b	b	d	fam. presos	b c d	d	c	b	b	b	é um direito
257	11	b	a	a	Ubajara-ce	g	b	d	a	a presídios	b	a	b	a	a N. Itirapina	nenhuma	b c f	d	c	b	b	b	errado, devia ficar preso
258	11	b	b	a	Itirapina-sp	b	*	d	a	b gosta do lugar	c	b	b	b	a N. Itirapina	drogas	a b c	d	b	b	a	b	normal
259	11	a	b	a	Itirapina-sp	f	*	d	b	a violência	b	b	a	b	d	desemprego	a c d	d	b	b	a	a	medo
260	11	a	b	a	Araraquara-sp	e	a	d	b	a violência	b	b	a	b	d	presídios	a b f	d	b	b	a	a	é um direito
261	11	b	a	a	Itirapina-sp	d	*	d	a	a trafico de drogas	c	a	a	a	a N. Itirapina	juvens sem ocupação	a b d	d	c	b	b	b	medo
262	11	b	a	b	Itirapina-sp	a	*	b	b	a violência	a	a	b	a	a N. Itirapina	drogas	a c f	b	b	b	b	absurdo	
263	11	a	a	a	Ribeirão Claro-pr	g	a	a	b	b gosta do lugar	b	b	a	a	a N. Itirapina	drogas	b c d	a	b	b	a	a	errado, devia ficar preso
264	11	c	a	a	Itirapina-sp	e	*	d	a	a violência	b	b	a	b	d	drogas	b c f	d	c	b	a	a	errado, devia ficar preso
265	11	d	b	a	Itirapina-sp	b	*	c	a	a violência	c	b	a	a	a. Vila Fepasa	juvens sem ocupação	b c e	c	b	b	a	a	absurdo
266	11	c	a	b	Rio Claro-sp	e	b	d	a	b gosta do lugar	b	a	b	a	a N. Itirapina	desemprego	a c g	d	c	b	b	b	normal
267	11	c	b	b	Itirapina-sp	f	*	d	a	a violência	b	a	a	b	d	presídios	a b d	d	b	b	b	b	normal
268	11	b	a	b	Diadema-sp	a	a	c	a	a trafico de drogas	b	b	a	a	a N. Itirapina	desemprego	a c f	c	b	b	a	b	não é uma preocupação
269	11	c	a	a	Itirapina-sp	b	*	c	a	b gosta do lugar	b	b	a	a	a N. Itirapina	drogas	a b d	c	c	b	a	b	medo
270	12	c	a	a	São Paulo-sp	a	b	d	a	a presídios	b	b	a	b	a	drogas	c d f	d	b	b	a	a	medo